



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 056 – QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti - PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB - 23</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL– 17, PSDB – 11</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais - PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER - PFL José Agripino - PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LíDER - PSDB Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati – PT Romero Jucá – PMDB</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 36ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 14 DE ABRIL DE 2004	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Parecer	
Nº 335, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.....	10192
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.....	10195
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2002 (nº 1.586/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Primavera de Criciúma Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.....	10195
Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 181, em 12 de abril de 2004, e publicada no dia 13 do mesmo mês e ano, que autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – Cemar e altera a alínea a do inciso I do artigo 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. <i>Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a sua tramitação.</i>	10195
1.2.3 – Ofícios	
Nº 30/2004, de 13 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 12, de 2003-CN..	10196
Nº 31/2004, de 13 do corrente, da Liderança da Minoria no Senado Federal, de indicação de membro para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 27, de 2003-CN.....	10197
Nº 107/2004, de 13 do corrente, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	10197
Nº 67/2004, de 14 do corrente, da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Romero Jucá para ocupar a 1ª Vice-Liderança do Governo.	10197
Nº 306/2004, de 14 do corrente, da Liderança do PRONA na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	10197
Nº 506/2004, de 14 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 179, de 2004.....	10197
1.2.4 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.	10198
1.2.5 – Leitura de requerimentos	
Nº 441, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 11, de 2003, e 8, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.....	10199
Nº 442, de 2004, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Alelaf, ocorrido hoje, na Cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.....	10199
Nº 443, de 2004, de autoria do Senador Ramez Tebet, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 41, de 2002, e 71, de 2003, por tratar-se de matéria correlata.....	10199
1.2.6 – Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal	
Nº 403/2004, de 13 do corrente, comunicando decisão proferida por aquela Corte nos autos do Inquérito nº 1.608, na sessão plenária do dia 31 de março de 2004.....	10200

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Considerações sobre a “PEC paralela” e a destinação de recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) para a recuperação das rodovias. Voto do Brasil no Congresso da ONU, em maio próximo, sobre Estratégia Global de Alimentação Saudável..... 10201

SENADOR *JOSÉ JORGE*, como Líder – Críticas à gestão do Ministro da Educação, Tarso Genro, e especialmente ao programa Universidade para Todos..... 10204

SENADOR *SERGIO ZAMBIASI*, como Líder – Considerações ao pronunciamento do Senador José Jorge. Justificativas sobre a PEC nº 13/2003, que altera a redação do § 4º do artigo 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de municípios..... 10205

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Polêmica da decisão do governo em fechar os bingos no País. Posicionamento contrário à medida provisória que faz mudanças na estrutura do Executivo e cria cargos de confiança no governo federal. Preocupação com o descumprimento do acordo firmado em torno da “PEC paralela”. 10206

SENADOR *JEFFERSON PÉRES*, como Líder – Considerações sobre o processo contra o Senador João Capiberibe, em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Cobrança pela votação da “PEC paralela”..... 10211

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE* – Esclarecimentos sobre processo em julgamento no Tribunal Superior Eleitoral..... 10212

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Proposta para absorver os trabalhadores dos bingos. Aumento do número de homicídios no Estado do Espírito Santo. Reflexões sobre a violência urbana no país e a gravidade da situação no Rio de Janeiro. Necessidade de uma política de segurança pública para o país..... 10212

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Comentários a respeito de seminário no Rio de Janeiro sobre avaliação do Governo Lula. Comentários ao artigo “Vendeta na Reforma Agrária”, de autoria de Xico Graziano, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**..... 10214

SENADOR *VALDIR RAUUP* – Preocupação com o conflito entre garimpeiros e os índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia. 10217

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Transcrição de discurso a respeito do conflito entre garimpeiros e os índios Cintas-Largas, no Estado de Rondônia. 10217

SENADOR *JOÃO RIBEIRO* – Abertura hoje da 4ª edição da Agrotins – Feira de Tecnologia Agropecuária. 10218

SENADORA *HELOISA HELENA* – Crítica à Medida Provisória dos bingos e apelo no sentido de proteger os trabalhadores do desemprego..... 10221

1.3 – ORDEM DO DIA**Item 1**

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Transferida a votação** para a Ordem do Dia da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã..... 10222

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da não deliberação do Item 1..... 10222

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da não deliberação do Item 1..... 10222

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da não deliberação do Item 1..... 10222

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA *MARIA DO CARMO ALVES*, como Líder – A comercialização de gás liquefeito de petróleo e gás natural. 10224

SENADOR *EFRAIM MORAIS*, como Líder – Necessidade de implementação de uma agenda produtiva para agilizar as votações no Congresso Nacional. Apelo ao Presidente Lula para que reveja a política governamental em relação aos servidores da Polícia Federal. Manifestação contrária ao Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004..... 10229

SENADOR *LEONEL PAVAN*, como Líder – Comentários a manchetes de jornais sobre Waldomiro Diniz e as campanhas eleitorais do PT, a violência no país e o crescimento do desemprego. Pleito apresentado pela CELESC. Falta de cumprimento

do acordo para a votação da PEC paralela na Câmara dos Deputados.	10232		
SENADOR <i>NEY SUASSUNA</i> – Falta de segurança no Brasil. Dificuldades enfrentadas pelo país no campo econômico.	10240		
SENADOR <i>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</i> – Comentários sobre matéria publicada no jornal A Tarde , da Bahia, sob o título “Suspenso o dinheiro das estradas”. Solicitação de que seu discurso seja encaminhado ao Ministro dos Transportes e apelo ao governo federal para que dê atenção ao problema das estradas.	10243		
1.3.2 – Comunicação da Presidência			
Deferimento, em virtude da pauta se encontrar sobrestada por Medidas Provisórias, do Requerimento nº 440, de 2004, do Senador Jonas Pinheiro.	10246		
1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação			
SENADOR <i>VALMIR AMARAL</i> – Importância da prevenção e destinação de recursos para o estudo, a pesquisa e o aparelhamento técnico visando o combate ao câncer, a propósito do Dia Mundial de Combate ao Câncer, no último dia 8 do corrente.	10249		
SENADOR <i>ARTHUR VIRGÍLIO</i> – Registro do artigo intitulado “Governar é preciso” de autoria do Sr. José Serra, publicado no jornal Folha de S.Paulo , de 5 do corrente.	10250		
SENADOR <i>LEONEL PAVAN</i> – Comentários às matérias intituladas “Presidente do PL ataca Palocci” e “Lula dobra o PL e Valdemar”, publicadas no Jornal do Brasil e no jornal O Globo , de 16 e 17 de março último, respectivamente.	10250		
SENADOR <i>PAULO ELIFAS</i> – Necessidade da recuperação da rodovia BR-364 no Estado de Rondônia.	10255		
SENADOR <i>ROMEU TUMA</i> – As dificuldades enfrentadas pelo sistema de saúde brasileiro, em especial pelas Santas Casas de Misericórdia.	10256		
SENADORA <i>LÚCIA VÂNIA</i> – Comentários sobre pesquisa de indicadores sociais realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.	10257		
		1.3.4 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia designada.	10258
		1.4 – ENCERRAMENTO	
		2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 14-4-2004.	
		3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		Ata Circunstanciada da continuação da 3ª Reunião, realizada em 16 de março de 2004.	10259
		4 – TERMOS DE REUNIÃO	
		Referentes às Medidas Provisórias nºs 178 e 179, de 2004.	10281
		5 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA	
		Nº 4, de 2004.	10283
		6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 60 a 63, de 2004.	10284
		7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nºs 679 a 683, de 2004.	10285
		SENADO FEDERAL	
		8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 36ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 14 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney e Romeu Tuma, da Srª Serys Shhessarenko,
e dos Srs. Papaléo Paes, Luiz Otávio e Osmar Dias*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Artur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Hélio Costa – He-loísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Marcos Guerra – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romeu Tuma – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Shhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 335, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 93, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Na Câmara dos Deputados, realizou-se o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art. 62 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2004. – **Osmar Dias**, Presidente – **Lúcia Vânia**, Relator – **Fátima Cleide** – **Flávio Arns** – **João Capiberibe** – **Aelton Freitas** – **Cristovam Buarque** – **Maguito Vilala** – **Valdir Raupp** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Papaléo Paes** – **Luiz Otávio** – **Jonas Pinheiro**.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 844 / 03

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

TITULAR - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TÁIO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI					VAGO				
JOÃO CAPIBERIBE	X				VAGO				
DUCTOMAR COSTA					VAGO				
ABELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA	X				GARBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA					LUIZ OTÁVIO	X			
SERGIO CABRAL					ROMERO LUCA				
JOSÉ MARANHÃO					VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
MARIA DO CARMO ALVES					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
REGINALDO DUARTE	X				JOÃO TENÓRIO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 17/02/2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cum-

pridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 10.597, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002

Altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga.

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.” (NR)

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOSTERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás.

Relatora: Senadora **Lúcia Vânia**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003 (nº 1.462, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato constante da Portaria nº 93, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação das

formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998, embora se requeira o ajuste do período de validade da outorga, que passa de três para dez anos, por força da Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002, que “altera o parágrafo único do art 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga”. Tal ajuste poderá ser efetuado por meio de emenda de redação que propomos ao final.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 844, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural Serra das Galés a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraúna, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de fevereiro de 2004. – **Osmar Dias**, Presidente – **Lucia Vania**, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 844, de 2003**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2002** (nº 1.586/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Primavera de Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Senhor Presidente da República adotou, em 12 de abril de 2004, e publicou, em 13 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 181, de 2004**, que “Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e altera a alínea ‘a’ do inciso I do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e

seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	4. Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB)

Ideli Salvatt	1. Duciomar Costa
Magno Malta (cessão)	2. Sibá Machado
João Capiberibe	3. Tião Viana

PDT

Jefferson Peres	1. Almeida Lima
-----------------	-----------------

(1)PL

Aelton Freitas	1. (vago)
----------------	-----------

(2)PPS

Mozarildo Cavalcanti	1. vago
----------------------	---------

(1) O PL se desligou do Bloco de Apoio ao Governo em 13-4-2004.

(2) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	1. Fernando Ferro
Angela Guadagnin	2. Ivan Valente

PMDB

José Borba	1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2. Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)

José Carlos Aleluia	1. Rodrigo Maia
Enéas	2. Kátia Abreu

PP

Pedro Henry	1. Celso Russomanno
-------------	---------------------

PSDB

Sebastião Madeira	1. Eduardo Gomes
-------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	1. Ricarte de Freitas
---------------------	-----------------------

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel	1. Miguel de Souza
--------------	--------------------

PPS

Júlio Delgado	1. Lupércio Ramos
---------------	-------------------

PSB

Renato Casagrande	1. Dr. Evilásio
-------------------	-----------------

(*)PSC

Pastor Amarildo	1. Renato Cazzolino
-----------------	---------------------

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 13-4-2004
- Designação da Comissão: 14-4-2004
- Instalação da Comissão: 15-4-2004
- Emendas: até 19-4-2004 (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: 13-4-2004 a 26-4-2004 (14º dia)
- Remessa do processo à CD: 26-4-2004
- Prazo na CD: de 27-4-2004 a 10-5-2004 (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 10-5-2004
- Prazo no SF: de 11-5-2004 a 24-5-2004 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 24-5-2004
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 25-5-2004 a 27-5-2004 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 28-5-2004 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 11-6-2004 (60 dias).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, Ofícios que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 30/LM/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 12, de 2003 – CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “apurar irregularidades

cometidas por empresa de seguros, revendedores de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos ‘salvados’, conforme denúncia do programa Fantástico da Rede Globo de Televisão”, solicito a gentileza de providenciar a substituição do nobre Senador ALVARO DIAS pelo Senador MARCOS GUERRA que passará a integrar a referida Comissão como membro Titular.

Cordialmente, – Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 031/LM/2004

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Tendo sido criada, pelo Requerimento nº 27, de 2003-CN, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de “investigar a regularidade das aplicações de valores arrecadados com o pagamento de multas por infração de trânsito, aferidas por meio de pardais”, indico o nobre Senador Marcos Guerra, que passará a integrar a referida Comissão como membro suplente.

Cordialmente, Senador **Efraim Morais**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 107/04

Brasília, 13 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, em substituição aos atuais membros, os nomes dos Deputados Edson Duarte e Leonardo Mattos para integrarem, na condição de titular e suplente, respectivamente, a atual composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado **Sarney Filho**, Líder do PV.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. 67/2004-GLGOV

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66-A, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho o nome do Senador Romero Jucá para ocupar 1ª Vice-Liderança do Governo.

Aproveito a oportunidade para renovar meus protestos de consideração e apreço. – Senador **Aloízio Mercadante**, Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício GAB-306/I Nº 14/04

Brasília, 14 de abril de 2004

Assunto: Substituição de parlamentar

Excelentíssimo Sr Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Dr. Elimar Máximo Damasceno para ocupar a titularidade do Prona na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Dr. Amauri Robledo Gasques, que se desligou do Prona desde dezembro de 2003 e filiou-se ao Partido Liberal (PL).

Informo, ainda, que a vaga de suplente será ocupada por este signatário.

Atenciosamente, – Dr. **Enéas Carneiro**, Deputado Federal – Líder do Prona.

OF. PSDB/Nº506/2004

Brasília, 14 de abril de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Vittorio Medioli, como membro titular, e o Deputado Ronaldo Dimas, como membro suplente, para integrarem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 179, de 2004, que “altera os arts. 8º e 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Di-

reitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Respeitosamente, – Deputado **Custódio Mattos**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2004

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto sobre Importação os instrumentos musicais quando importados diretamente por orquestras ou entidades afins, e, para uso pessoal, por músico profissional, regularmente inscrito no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil há, pelo menos, dois anos da data da solicitação do benefício.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo, quando outorgada a pessoa física, abrange apenas um instrumento musical por beneficiário e não será outorgada novamente antes de decorrido o prazo de cinco anos contados do despacho concessivo de isenção anterior.

Art. 2º A isenção será reconhecida pela repartição competente do Ministério da Fazenda, mediante prévia verificação de que o adquirente preenche os requisitos previstos nesta Lei.

Art. 3º A destinação do produto adquirido nos termos desta Lei a finalidade diversa daquela referida no art. 1º, bem como sua alienação, antes de cinco anos contados da data de sua aquisição, a pessoa que não satisfaça as condições nela estabelecidas, sujeitam o alienante ao pagamento do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária, sem prejuízo das penalidades porventura cabíveis.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Justificação

O apoio às manifestações culturais vem se constituindo numa das mais belas formas de atuação de muitos de nossos governos estaduais e municipais, os quais, nos últimos anos criaram importantes programas voltados para a preservação e o desenvolvimento das manifestações artísticas da população local. Na área federal, todos bem conhecemos os profícuos resultados dos incentivos instituídos pela “Lei Sarney”, cujos princípios foram restabelecidos pela “Lei Rouanet”.

Todas essas iniciativas estatais, na realidade, decorrem do dever atribuído ao Estado de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, dever esse consagrado no art. 215 da Constituição.

E quando se fala em cultura brasileira, a primeira forma de expressão que nos vem à mente é, sem dúvida, a música. Destaca-se ela como elemento distintivo das manifestações culturais nacionais, eis que seus efeitos benéficos se estendem a toda a população, sem exceção, pobres ou ricos, idosos ou recém-nascidos. Incentivar a cultura brasileira significa, portanto, incentivar especialmente a música e seus artífices.

Com esta iniciativa, buscamos mitigar um dos problemas enfrentados pelos músicos brasileiros: o alto preço dos instrumentos musicais importados.

Sabemos que, salvo raras exceções, é modesta a remuneração atribuída aos músicos pelo trabalho que realizam em prol de nossa cultura. Além disso, à proporção que o músico se aprimora em sua arte, surge a necessidade da aquisição de instrumentos mais sensíveis e sofisticados, muitos dos quais ainda não produzidos no País, o que o obriga a adquiri-los no mercado internacional e a suportar todos os ônus inerentes à operação de importação.

Não obstante, em face da parca remuneração média da categoria profissional, muitos músicos têm renunciado ao aprimoramento profissional, haja vista que a importação dos instrumentos musicais necessários ao progresso na carreira toma-se, geralmente, inviável. A impossibilidade da aquisição de instrumentos estrangeiros deve-se não só ao seu elevado preço, no país de fabricação, mas também aos encargos fiscais que incidem sobre a importação, razão pela qual entendemos ser

necessário propiciar a redução do custo final dos instrumentos mediante redução da carga tributária sobre eles incidente.

De fato, uma maneira de fazer justiça a uma classe de profissionais que cultiva e divulga nossa cultura seria a concessão do benefício, propiciando, assim, aos seus integrantes, a oportunidade de expandirem seus conhecimentos e aprimorarem sua técnica de execução e interpretação.

A isenção relativa ao Imposto de Importação é, aqui, proposta de molde a evitar que o benefício fiscal venha a ser utilizado de forma deturpada. Tivemos o cuidado de inserir nesta proposição algumas precauções que, além de restringir a isenção a um único instrumento a cada cinco anos, minimizando os efeitos da renúncia fiscal, asseguram a outorga do benefício apenas nos casos em que ele se justifique.

Tendo em vista o alcance social deste projeto, que toma o instrumento musical mais acessível àqueles que dele efetivamente necessitam como principal meio de trabalho e, dá, assim, importante incentivo ao aprimoramento de nossa cultura musical, contamos com o apoio decisivo dos nobres colegas Parlamentares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 441, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto das propostas de emendas à Constituição de nº 11, de 2003, e a nº 8, de 2004, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 442, DE 2004

Requeiro, nos termos do Art. 221, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de condolências à família do Senhor Pedro Alelaf, grande desportista do Piauí, ex-jogador de futebol, fundador e Presidente do Parnaíba Esporte Clube, pelo seu falecimento, nesta data, na Cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senadores **Mão Santa – Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 443, DE 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno, requeiro que passem a tramitar em conjunto o Projeto de Resolução do Senado nº 41, de 2002, que “Altera a Resolução nº 22, de 1989, para permitir a redução da alíquota de imposto incidente sobre produtos de cesta básica” e o Projeto de Resolução do Senado nº 71, de 2003, que “Estabelece alíquota mínima do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, medicamentos, insumos agrícolas, energia elétrica de baixa renda e sobre prestações de serviços de transportes e comunicações, para produtos da cesta básica”, por tratar-se de matéria correlata.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2004. — Senador **Ramez Tebet**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, Ofício do Presidente do Supremo Tribunal Federal que passo a ler.

É lido o seguinte:

*Supremo Tribunal Federal*Ofício nº *403* /PBrasília, *13* de *abril* de 2004.

INQUÉRITO Nº 1608

DENUNCIANTE: Ministério Público Federal

DENUNCIADOS: Luiz Otávio Oliveira Campos

Manoel Coriolano Monteiro Imbiriba Neto

José Alfredo Heredia

Alfredo Rodrigues Cabral

Enio Erasmo da Costa Alves

Lauro da Costa Nery Filho

David Jacob Serruya

José Roberto Lobão da Costa

Paulo Érico Moraes Gueiros

André Moraes Gueiros

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária realizada em 31 de março de 2004, proferiu, nos autos do processo mencionado, a seguinte decisão:

"O Tribunal, por decisão unânime, arquivou o inquérito quanto aos indiciados José Jesu Sisnando D'Araújo e Alberto Jacob Serruya. O Tribunal, por maioria, recebeu a denúncia contra os acusados Luiz Otávio Oliveira Campos, Alfredo Rodrigues Cabral, José Alfredo Heredia, David Jacob Serruya, Paulo Érico Moraes Gueiros e André Moraes Gueiros, pela prática dos delitos

(Fl. 2 do Ofício nº *403* /P, de *13* /4/2004).

dos artigos 19 e 20 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, e do artigo 299 do Código Penal, vencidos, em parte, os Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, e Gilmar Mendes, que excluíam o delito do artigo 299 do Código Penal. E, por unanimidade, o Tribunal, recebeu também a denúncia contra os acusados Manoel Coriolano Monteiro Imbiriba Neto e José Roberto Lobão da Costa, pela prática dos delitos do artigo 19 da Lei nº 7.492/86 e do artigo 299 do Código Penal, e relativamente a Enio Erasmo da Costa Alves e Lauro da Costa Nery Filho, apenas com relação ao crime previsto no artigo 299 do Código Penal. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim e, neste julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Cláudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República e, pelo denunciado, Luiz Otávio Oliveira Campos, o Dr. José Gerardo Grossi. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Maurício Corrêa".

Atenciosamente,



Ministro MAURÍCIO CORRÊA
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra pela ordem à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, como possibilita o Regimento, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, se possível antes da Ordem do Dia.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na seguinte ordem: Senadora Heloísa Helena, Senador Valdir Raupp e Senador João Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos para seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há meses, em todos os momentos que ocupo a tribuna, tenho chamado a atenção permanentemente e demonstro o meu inconformismo quanto à aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC 77 e quanto aos recursos provenientes da arrecadação da Cide. Enquanto esses dois problemas não forem resolvidos, continuarei a falar sobre eles da tribuna. Espero que haja uma solução em breve, pois o problema já se alonga demais. Pretendo até contar quantas vezes tratei dessa

questão aqui, pois não podemos fazer de conta que o problema foi esquecido, superado e resolvido.

Primeiro, abordarei a PEC Paralela, cuja tramitação, mais uma vez, está parada na Câmara. Estão acontecendo reuniões com entidades que se mobilizaram, e muito, durante a discussão das PECs 67 e 77. Naquela ocasião, essas entidades se mobilizaram, e, infelizmente, devem continuar, porque a PEC 77, que se encontra encalhada na Câmara, tem que ser aprovada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora Serys Slhessarenko, solidarizo-me com V. Ex^a quanto à aprovação da PEC 77. Quando da discussão da PEC Paralela, fui muito pessimista em relação à sua aprovação, pois não acreditava que se daria na velocidade que o Senado estava esperando, mesmo porque o Governo não tinha muito interesse em sua aprovação, apesar do acordo feito, e porque o Regimento da Câmara é mais complexo que o do Senado para a aprovação da PEC Paralela. A questão relativa ao Regimento, ao atraso, já está superada. Falta apenas vontade política do Governo para que a matéria seja aprovada o mais rápido possível. Tanto V. Ex^a como o Senador Paulo Paim têm sido baluartes na defesa da PEC nesta Casa, mas, para que tenhamos real possibilidade de aprová-la, é necessário que V. Ex^a e o Senador Paulo Paim comecem a votar contra algumas matérias de interesse do Governo. Só assim começarão a escutar aquilo que V. Ex^a está dizendo. Até lá, bate e volta. Quando de votação de matérias importantes, não é preciso, mas em matérias como as de hoje, esse trem da alegria que pretendem ver aprovado, seria um bom começo. Assim, chamaríamos a atenção do Governo para o que está ocorrendo nesta Casa. Senadora Serys Slhessarenko, parabênize V. Ex^a pelo pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador José Jorge, como já disse, continuaremos insistindo neste assunto. A Câmara tem de aprovar a PEC. Essa história de que o Regimento é complexo não convence. Houve até convocação extraordinária por conta disso. Lá se vão meses, e a matéria não avança. Mas tem de avançar.

Outro assunto que abordo cada vez que assomo à tribuna é a questão dos recursos da Cide. Não sei se em outros Estados não existem problemas nas estradas federais, mas no meu Estado, Mato Grosso, existem, e muito graves.

Repito que a medida provisória que destina 29% dos recursos da Cide para os Estados foi aprovada,

e os governadores estão usando esse dinheiro para consertar as estradas estaduais. Não estou discutindo se é correto, se é incorreto; já aconteceu, está acontecendo. Mas nós exigimos recursos, nós precisamos de recursos para as estradas federais. Em Mato Grosso, a BR-163, a BR-070, a BR-364, a BR-158 e a BR-174 estão praticamente intransitáveis, sendo que, na BR-163, há três pontos de emergência já decretados. Todavia, foram arrecadados pelo Tesouro R\$10 bilhões provenientes da Cide. E nada pode ser feito ou nada deverá ser feito, Senador Valdir Raupp, V. Ex^a que também luta pela melhoria das estradas federais em Rondônia. Os recursos da Cide destinam-se à conservação, restauração e construção de estradas federais.

Eu até vou contar quantas vezes falei aqui, da tribuna, a respeito deste assunto. E vou continuar falando. Se eu consegui me inscrever todos os dias, falarei todos os dias, porque considero inaceitável a manutenção da situação daquelas estradas, principalmente agora com a chegada do período de estiagem na região Centro-Oeste, da qual faz parte o meu Estado de Mato Grosso. Ou nós conseguimos recursos para consertar agora as estradas federais da região ou, com a volta das chuvas em agosto e setembro, nada poderemos fazer.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senadora Serys Slhessarenko, parabeno V. Ex^a por debater mais uma vez este tema. Desde o ano passado, V. Ex^a vem carregando a bandeira da restauração das rodovias federais. É lamentável que, depois de aproximadamente um ano e quatro meses, não tenhamos essas rodovias recuperadas, porque o prejuízo é muito grande. No final da semana passada, percorri aproximadamente 600 quilômetros de rodovias federais em meu Estado. Numa das viagens que fiz à noite, percorri 500 quilômetros e vi caminhões, automóveis e ônibus parados, com pneus estourados após terem caído em buracos à noite, quando não se tem boa visibilidade. O prejuízo causado pelos buracos é muito grande. Como V. Ex^a, tenho discutido muito sobre esta questão e venho fazendo isso desde o início do ano passado. Mas, infelizmente, ainda não há um projeto de recuperação para as BRs. Se existe projeto, não está sendo colocado em prática. V. Ex^a, que é do Partido do Presidente da República, e eu, do PMDB, que faz parte da Base de Apoio ao Governo, desejamos que o Governo dê certo e por isso não estamos criticando, mas apelando para que o atual Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, do Estado do Amazonas, nos apóie. O Ministro irá amanhã à noite ao meu Estado, onde lançará um programa de recuperação das BRs e da duplicação de um trecho próximo a Porto Velho. Acredito que o Ministro recen-

temente empossado dará um novo rumo ao Ministério dos Transportes. Não creio que a retirada de parte de recursos da Cide para recuperação de estradas comprometa o superávit primário, uma vez que essa contribuição foi criada pelo Congresso Nacional também para esse fim. Se assim é, por que não destinar, pelo menos, 20%, 30% desses recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a restauração de nossas BRs? Isso ia movimentar a economia e trazer desenvolvimento para o nosso País. O Governo precisa, o mais rapidamente possível, de um plano de ação não só na área de transporte, mas em todas as áreas. A iniciativa privada é importante para alavancar o crescimento do País, mas o Governo precisa também fazer a sua parte, principalmente na área de infra-estrutura – transporte, energia elétrica, saneamento básico, hidrovias, comunicação –, onde tem que investir maciçamente. Desejamos que isso aconteça o mais rápido possível. Parabeno mais uma vez V. Ex^a pelo pronunciamento. Muito obrigado.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador. V. Ex^a diz muito bem quando fala que estamos clamando por esses recursos. A Cide foi criada para três finalidades determinadas, uma delas a questão do meio ambiente, mas a principal é conservação, restauração e construção de estradas federais. Foram repassados 29%, através de medida provisória, para os governadores. É claro, como já disse aqui, que os governadores estão aplicando esse dinheiro nas estradas estaduais. A população anda pelo Estado, precisa de estradas federais, estaduais e municipais transitáveis. Então, que se faça bom uso desses 29% nas estradas estaduais. Mas as estradas federais estão totalmente deterioradas, precisam ser restauradas, e, para isso, são necessários recursos, Senador. Por isso, dirijo um apelo não apenas ao Ministro dos Transportes, mas, principalmente, ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Os recursos têm que ser liberados, porque a Cide foi criada para essa finalidade. Esses recursos não se destinam a compor o superávit primário, mas a tapar buracos, asfaltar estradas federais. Quando se abastece qualquer veículo, a Cide é imediatamente cobrada, por conseguinte temos direitos. Vidas estão sendo ceifadas, há dificuldade de escoamento da produção, prejuízo com o veículo que passa pelas estradas esburacadas e se estraga. Há momentos em que fico pensando que isso só ocorre em meu Estado. Será que é só em Mato Grosso –, o maior produtor de soja e algodão, que tem o maior rebanho bovino do País, o segundo maior numa série de outros produtos – que as estradas estão deterioradas? Será que é só lá que há dificuldade para o transpor-

te? Será que é só lá que pessoas têm que morrer em acidente um atrás do outro?

E disse que ia só lembrar desse assunto, mas não pude deixar de comentá-lo porque ele traz grandes dificuldades ao Estado do Mato Grosso.

Eu havia destinado meu tempo hoje para falar da questão reforma agrária, da proposta do nosso Governo. O Presidente da República assegura R\$1,7 bilhão para a reforma agrária em 2004, agora com dados realmente relevantes. Nossa expectativa é positiva: a reforma agrária vai começar realmente para valer. Sobre esse assunto, poderei falar outro dia, pois tenho urgência de me referir a uma outra questão. Senador Tião Viana, V. Ex^a é médico, e o assunto de que vou tratar refere-se ao posicionamento do voto do Brasil na ONU pela estratégia global de alimentação saudável. A esse respeito, várias organizações da área de medicina nos encaminharam um documento. Quero lê-lo a fim de que fique registrado o esforço por parte do nosso Governo, por parte do Senado, por parte principalmente do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, os três ministérios mais diretamente envolvidos com a questão.

Trata-se de um manifesto das Sociedades Científicas Brasileiras sobre a Estratégia Global para Alimentação Saudável, da Organização Mundial de Saúde, a recente manifestação adversa do Governo Brasileiro. Está havendo dúvidas com relação a esse voto na ONU. A votação ocorrerá em menos de um mês, e o Brasil precisa ter uma posição favorável a essa Estratégia Global para Alimentação Saudável.

As sociedades científicas signatárias do presente manifesto vêm a público com dois propósitos principais: 1) reiterar o seu apoio entusiástico à iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) denominada "Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde" e 2) manifestar estranheza diante da eventual possibilidade de mudança do voto do Brasil na ONU.

E pedem apoio político às entidades públicas e, em especial, ao Congresso Nacional.

São várias as razões que consubstanciam o apoio à iniciativa da Organização Mundial da Saúde:

A primeira razão decorre da extrema gravidade [inclusive o Presidente da sessão neste momento, o Senador Papaléo Paes, que também é médico, sabe da importância dessa questão] representada pela escalada mundial das doenças crônicas não transmissíveis, in-

cluindo, em particular, aquelas associadas à alimentação inadequada e à inatividade física, como a obesidade, o diabetes, a hipertensão arterial, a doença coronariana, a doença cérebro-vascular e vários tipos de câncer. Inquéritos epidemiológicos realizados em vários países, incluindo o nosso, vêm demonstrando que a velocidade de crescimento do problema tende a ser ainda maior nos países em desenvolvimento e, dentro destes, entre os segmentos mais pobres da população.

A segunda razão prende-se ao trabalho minucioso e atualizado, conduzido pela OMS, evidenciando as provas científicas que relacionam alimentação, atividade física e saúde e que demonstram o papel fundamental que dietas ricas em gordura, açúcar e sal e pobres em fibras e micronutrientes, ao lado de estilos de vida sedentários, exercem sobre o crescimento explosivo de doenças crônicas não transmissíveis em todo o mundo.

A terceira razão se ampara no longo e cuidadoso processo de construção da Estratégia, observado pela OMS, que envolveu a consulta criteriosa a toda a comunidade científica internacional e criou amplas oportunidades de participação para todos os países, diferentes instâncias da sociedade civil, o setor produtivo e demais agências internacionais. Por ter atuado intensa e propositivamente, com o auxílio e apoio das sociedades signatárias deste manifesto, em todas as etapas que redundaram na elaboração da Estratégia Global, incluindo a aprovação da Resolução WHA55.23, o Governo brasileiro não deveria apenas apoiar a iniciativa mas, sim, considerar-se um dos principais protagonistas de sua construção.

A quarta razão reside na consistência e no equilíbrio das ações propostas pela Estratégia Global. Sem desconsiderar a importância de capacitar os indivíduos a fazer escolhas saudáveis quanto à sua alimentação e padrões de atividade física, a Estratégia Global prevê ações de caráter regulatório, fiscal e legislativo sobre o ambiente que visam tornar factíveis as escolhas saudáveis.

Por último, como quinta razão, julgamos importante salientar que a Estratégia Global não é um documento prescritivo, mas, sim, um conjunto de orientações e indicações que devem ser adaptadas à realidade dos diferentes países e integradas às suas políticas nacionais de alimentação e nutrição.

Por fim, os signatários deste manifesto reconhecem que determinadas orientações da Estratégia têm o potencial de acarretar dificuldades para alguns setores empresariais, exigindo das mesmas mudanças e adaptações. Ainda assim, como no caso do combate ao tabagismo, julgamos que interesses econômicos não devam ter precedência sobre a saúde e o bem-estar da população.

Assinam este manifesto os presidentes das seguintes entidades: Associação Médica Brasileira; Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade; Sociedade Brasileira de Cardiologia; Sociedade Brasileira de Diabetes; Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; Sociedade Brasileira de Hipertensão; Sociedade Brasileira de Nefrologia; Sociedade Brasileira de Pediatria e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Sr. Presidente, fiz questão de ler este documento na íntegra. Teríamos ainda proposituras nesse sentido, mas o nosso tempo está esgotado e havia necessidade de registrá-lo da tribuna do Senado da República, porque o Brasil precisa dar o seu voto, em 17 de maio, na ONU, a favor da Estratégia Global de Alimentação Saudável. Para isso precisamos da mobilização inclusive do Congresso Nacional do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.) – Peço a palavra como Líder do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a fará uso da palavra.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação de interesse da Liderança do Partido.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se ainda há espaço para mais uma inscrição para comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Já temos quatro inscritos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então, fico como quinto inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Como quinto inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14,

inciso II, alínea a, do Regimento Interno, com a devida autorização do Senador José Agripino, que é o Líder do PFL no Senado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está sendo muito difícil ser Oposição ao Governo do Presidente Lula. São tantos os fatos a criticar, a trazer a debate neste plenário que, muitas vezes, ficamos em dúvida sobre o que falar. Eu pensava em falar hoje sobre o depoimento do Waldomiro Diniz, que considerarei muito comprometedor para o Governo. Pensei em falar também sobre o retrocesso que é o projeto das agências.

Pela manhã, quando lia o jornal, vi que D. Marisa, esposa do Presidente Lula, resolveu plantar dois jardins, Senador Tião Viana, com a estrela do PT, um no Palácio da Alvorada, outro na Granja do Torto, aparentemente. Ora, são palácios oficiais, não podem ter símbolo partidário. Tudo isso daria discurso.

Mas resolvi falar sobre o adiamento do programa Universidade para Todos. Essa é mais uma atrapalhada em que o Governo se mete. O Ministro Tarso Genro, logo que chegou ao Ministério da Educação, quando substituiu o nosso companheiro e colega Senador Cristovam Buarque, chegou como aquela pessoa que queria tirar o atraso. Ele chegou após mais de um ano de Governo e queria fazer em quinze dias aquilo que S. Ex^a imagina que não foi feito durante o ano anterior. Assim, inventou uma série de programas, a meu ver, todos equivocados. São programas lançados pelo Governo sem análise técnica, ou seja, sem uma análise econômica ou um debate com a sociedade.

Houve, por exemplo, o fim do provão. Já era previsto, ele modificou, mas manteve o fim do provão. Houve ampliação do ensino fundamental, do seu controle e acompanhamento, de uma maneira que considero não técnica e até mesma absurda. Há também no âmbito do ensino superior a questão das quotas, um assunto bastante polêmico, que o Governo queria tratar por medida provisória; entretanto, o próprio Governo, ou algum assessor, achou por bem fazê-lo por meio de projeto de lei. Já existe um projeto de lei sobre a matéria aqui no Congresso Nacional – eu mesmo sou autor de um.

Ontem, todas as pessoas foram convidadas para o lançamento desse programa chamado Universidade para Todos. Esse programa é uma enganação! É uma espécie de Fome Zero. Na realidade, é mais um programa para sair no jornal, para mostrar à mídia que se está fazendo alguma coisa. O que se pretende com esse programa – que, pelo que li, pode até ser

interrompido – é comprar vaga ociosa em universidade particular.

Ora, Sr^a Presidente, comprar vaga ociosa em universidade particular significa exatamente beneficiar os donos das piores faculdades porque V. Ex^a sabe tão bem quanto eu que não existe vaga ociosa em escola boa, assim como não existe vaga ociosa em curso bom. Elas existem nos piores cursos das piores escolas. É aí que querem colocar os estudantes pobres, os negros, os índios. E deixar as universidades públicas, que são elitistas, para a elite econômica e social do País.

Esse é um programa que, na realidade, não passa pela comunidade universitária, não passa pela comunidade educacional, se for discutido.

E o que se viu? Ontem, marcou-se uma reunião para hoje para que esse programa fosse lançado por medida provisória – o que é outro absurdo. Mas ontem o Presidente Lula resolveu adiar o lançamento desse programa. Achei que foi muito bom que ele tivesse sido adiado. Deve até acabar esse programa, segundo meu ponto de vista. Não precisamos disso.

Um programa para atender os estudantes de renda mais baixa deve ser feito nas universidades públicas e pelo sistema de financiamento que já existe, através da Caixa Econômica. Então, a única coisa a fazer, se se quiser, é oferecer mais vagas por esse sistema.

Está dito aqui o seguinte:

“Presidente Lula adia o Universidade para Todos”

O Presidente Lula adiou o lançamento do programa Universidade para Todos, que pretende abrir vagas para alunos pobres nas universidades privadas em troca de incentivos fiscais. Já havia até solenidade marcada para amanhã no Palácio do Planalto, com convites distribuídos para a assinatura da medida provisória que criaria o programa. O adiamento é por prazo indefinido.

A mesma coisa aconteceu no Nordeste há um mês. Iam lançar um programa – se não me engano, o Nordeste Competitivo – por duas medidas provisórias, mas na última hora alguém percebeu que elas eram inconstitucionais, pois a matéria de que tratariam só poderiam ser estabelecidas por emendas constitucionais.

Então, o que se vê é que o Governo está perdido, quer dizer, ele toma uma decisão hoje e amanhã é obrigado a voltar atrás, porque não teve como examinar melhor o assunto. Talvez por excesso de Ministro. Quarenta e cinco Ministros, aliás – desculpem –, trinta e cinco Ministros é difícil de coordenar, Sr^a Presidente, principalmente porque o Presidente Lula nunca foi

Prefeito ou Governador e não tem experiência na área administrativa. Certamente, se tivesse sido Governador, não teria criado tantos Ministérios. Hoje há 35 Ministérios, cujos Ministros não se entendem e ficam batendo cabeça. O adiamento do programa Universidade para Todos é a prova mais cabal de como as coisas estão sendo conduzidas. É por isso que o Presidente Lula tem, seguidamente, perdido apoio da população brasileira, conforme demonstram as pesquisas.

Era só isso, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Shhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shhessarenko. PT – MT) – Com a palavra o nobre Senador Sérgio Zambiasi pela Liderança do PTB.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna não é este; porém, ao cumprimentar o Senador José Jorge, cuja manifestação acompanhei, eu não poderia deixar de dizer que conheço o Ministro Tarso Genro de longa data, visto que S. Ex^a é gaúcho e foi Prefeito de Porto Alegre, e considero S. Ex^a um homem preparado para a vida pública. Tenho absoluta convicção, mesmo não tendo procuração para defendê-lo, de que S. Ex^a cumprirá o mandato calcado na seriedade, na transparência, e de que a sua passagem pelo Ministério da Educação, sem dúvida nenhuma, será histórica. S. Ex^a transformou o processo educacional em Porto Alegre, de cuja história faz parte, como Prefeito. Confiamos plenamente na sua administração. Podemos até concordar que há excesso de Ministérios, porém o Ministério da Educação é insubstituível. Confiamos plenamente no êxito da administração do Ministro Tarso Genro à testa desse Ministério.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Tomara que V. Ex^a tenha razão.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS) – Muito obrigado, Senador José Jorge, pela compreensão.

Venho à tribuna para tratar de outro tema, que é questão das emancipações.

Em 1996, inexplicavelmente, sem que houvéssemos sofrido qualquer mudança na ordem institucional brasileira, uma emenda constitucional centralizou nas mãos da União, retirando-a dos Estados, a competência de legislar sobre as emancipações de respectivos municípios, até então garantida na Constituição de 1988.

Ora, as leis são instituídas para serem cumpridas, porém devem ordenar-se de forma a contemplar o bem comum. Não podem ser instituições fim das decisões e sim meio, para uma sociedade aspirar a um futuro melhor e evoluir para alcançar tal objetivo.

Por isso, apresentamos no Senado Federal, onde tramita desde o ano passado, proposta de emenda constitucional que devolve aos Estados a competência, que entendemos legítima, de legislar sobre as emancipações de seus respectivos municípios, em nome da autonomia e do respeito ao pacto federativo, valorizando o papel precípuo dos Parlamentos estaduais, que melhor conhecem as particularidades e as realidades de cada região.

Pesquisas e dados estatísticos desenvolvidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul indicam que as regiões que passaram pelo processo de emancipação tiveram suas realidades revigoradas social, política, cultural e economicamente.

Com a elevação da qualidade de vida observada nos últimos anos, no Rio Grande do Sul especialmente, tendo o PIB dos municípios emancipados crescido anualmente desde 1990, as melhoras ocorridas foram verificadas não apenas entre as populações emancipadas, como também nos seus municípios de origem e nas regiões vizinhas.

Segundo essas pesquisas, municípios novos passam a cuidar melhor do patrimônio público, de escolas, redes de saúde, infra-estrutura, saneamento, limpeza, inclusive desenvolvendo ações ambientais com atenção à preservação de rios, nascentes e matas. O motor que move essa transformação é o aumento da auto-estima da população que, num contexto de mais liberdade, passa a participar de um projeto autônomo e real de comunidade, num exercício de cidadania que contempla inclusive o surgimento de novas lideranças políticas locais, discutindo problemas, encaminhando alternativas com mais propriedade.

Os novos municípios passam a ter projeto de vida com decisões relativas ao futuro de sua gente, criando identidade própria, evitando o êxodo para centros maiores. A comunidade planeja e realiza seu próprio presente projetando seu futuro com menores restrições e pressões de sedes municipais distantes, muito distantes, e muitas vezes limitadoras e cerceadoras de opções.

Existem vários exemplos de países que estão na vanguarda em termos de administração pública, como a Suécia, por exemplo, com 72% da administração municipalizada, implicando, diretamente, grande autonomia financeira e administrativa para que as gestões locais possam avançar.

Todavia, a história da administração pública no Brasil é uma história de centralização. O excesso de poder da União sempre desequilibrou as forças de nossa sociedade, relegando nossos representantes regionais – governadores e prefeitos – à condição de pedintes, sujeitos aos humores daqueles que ocupam o poder central.

O Brasil, país com distâncias continentais e diferenças regionais tão grandes, pode ser um conceito demasiadamente amplo e vago para algumas populações do sertão, do pantanal ou do pampa gaúcho. O município, não. Ele é o próprio cotidiano das pessoas: nele nascemos, estudamos, trabalhamos, morremos.

Nele está contido o conceito de comunidade, nele exercemos a nossa cidadania. É a partir do município que nos construímos.

A base política do cidadão é o município, e ele próprio é o conceito mais moderno de administração. Há que se resgatar o direito de as comunidades se organizarem segundo seus interesses mais legítimos, cuja competência de análise e decisão deve voltar às Assembléias Legislativas, constituídas por homens e mulheres com verdadeiro conhecimento de causa em seus respectivos Estados.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento, quero registrar a presença nas galerias da Casa – a quem não poderíamos ficar alheios – de pessoas, provavelmente trabalhadores da área de bingo, que tiveram seus direitos de servidores dessas casas abalados por uma decisão do Governo, a qual realmente me parece muito polêmica pela maneira como foi tomada. Todos nós, nesta Casa – não quero aqui discutir mérito –, recebemos a mensagem de que o Governo, por meio de seus representantes nesta Casa, iria regularizar e regulamentar a situação dos bingos. Logicamente, quando o Governo passa essa mensagem, as pessoas que investem nessa área aumentam seus investimentos, com a segurança de que a regularização fará com que possam ampliar seus negócios.

Então, quero prestar a minha solidariedade a todos os que sofreram essas conseqüências e chamar a atenção para o fato de que hoje está na pauta da nossa sessão a medida provisória sobre os bingos, que é uma medida drástica, dramática, não dando nenhuma sensação de sobrevivência, para que possamos pelo menos discutir de forma ampliada esses

casos e chegar a uma solução. Se são 300 mil, 200 mil, cinco mil ou somente um trabalhador, os direitos são os mesmos.

Presto aqui a nossa solidariedade a essas pessoas. Reconhecemos a necessidade de todos, tanto dos investidores, quanto dos funcionários.

Trazemos um assunto completamente diferente desse. Não podemos deixar de comentar, mais uma vez, a questão da PEC nº 77, que a cada dia fica mais confusa, Senador Ramez Tebet, trazendo-nos a sensação de que realmente o compromisso não vai ser cumprido. E há também uma situação em que nossa sessão é preenchida totalmente por discussões sobre medidas provisórias, sem darmos uma solução. O Governo está atropelando os nossos trabalhos, apresentando uma medida provisória em cima da outra.

Ontem, por exemplo, a partir das 16 horas, os Senadores discutiram sobre uma medida provisória só, e não se chegou, até às 22 horas, à conclusão alguma. Realmente, esta Casa ficaria constrangida, sem saber explicar para o povo como é que se quer criar mais de dois mil cargos quando os representantes dos Governos dizem que é preciso diminuir a despesa com servidores. E, para isso, fizeram o Plano de Demissão Voluntária. Milhares de pessoas, desesperadas com seu salário baixo, optaram por aquela indenização achando que o que receberiam ira resolver o problema de suas vidas. Essas pessoas, hoje, estão passando necessidade.

O Governo dizia que era necessário fazer a reforma da previdência e apresentou a esta Casa a PEC nº 67, para que se diminuísse a folha de pagamento, para que diminuíssem as despesas com encargos e salários dos servidores públicos. Agora, o Governo quer criar quase três mil cargos para nomeações, as quais colocamos em dúvida: serão nomeações feitas de uma maneira correta, ou serão nomeações apenas políticas? Disso não se sabe.

Faço esse registro, Senador Ramez Tebet, e lembro o discurso que V. Ex^a fez ontem aqui sobre a participação do PMDB no Governo. V. Ex^a deixou bem claro que o PMDB quer participar de uma forma responsável do Governo, não trocando apoio por cargos. Entendo assim, não faço questão de um cargo, isso não me interessa. Mas todos nós Parlamentares e todos nós do PMDB não queremos ser figuras decorativas, votando em plenário a favor de tudo o que o Governo quer. Temos que ser ouvidos antes, exatamente para votarmos de acordo com a nossa consciência.

Parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento de ontem, em que deixou bem clara essa situação e até concluiu que, se o PMDB estivesse fazendo parte do Governo, das ações administrativas gerenciais do

Governo, colaborando com o Governo, jamais uma medida provisória como aquela viria para esta Casa.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Papaléo Paes, não pedi o aparte apenas para agradecer a gentileza de V. Ex^a, mas para dizer que, em treze minutos, V. Ex^a fez um discurso de mais de meia hora, porque abordou vários assuntos que são plenamente atuais e que estão aqui nesta Casa. Permito-me, uma vez que V. Ex^a me concedeu um aparte, abordar essa medida provisória do bingo sem entrar no mérito dela, apenas dizendo o seguinte: imagine V. Ex^a que os bingos existem, os Estados os haviam regulamentado, o Governo manda uma mensagem para cá e diz que vai regulamentar o jogo no Brasil, depois vem uma medida provisória, e tudo isso acaba. Penso na segurança jurídica, no que o abuso de medida provisória pode provocar no País. Uma medida provisória pode desconstituir situações já consolidadas. Contratos e leis ficam desconstituídos por uma simples edição de medida provisória. O que provoca isso? Provoca insegurança no seio da população. V. Ex^a já vem abordando nesta Casa um sentimento partidário, consentâneo com suas raízes e com a história do Partido, e não estranho o fato de V. Ex^a ocupar esta tribuna hoje para fazer essas considerações de forma simples e sincera, sem erguer a voz, apenas chamando a nossa atenção, procurando mostrar para a sociedade e para o Governo a situação. Realmente, todos nós queremos colaborar. E colaborar não é chegar e homologar, mas sim falar o que sentimos a respeito das questões do nosso País. Isso é o que V. Ex^a tem feito nesta Casa. Desde que V. Ex^a chegou aqui, eu já o admirava, mas, na votação da reforma da previdência, vi a coragem de V. Ex^a. Meus cumprimentos por sua atuação.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet. Suas palavras enriquecem nosso pronunciamento e nos dão uma sensação de que estamos no caminho certo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senador Papaléo Paes, antes de abordar o assunto que motivou este aparte, eu gostaria de fazer um registro histórico sobre a assunção à Presidência da Casa do Senador Osmar Dias, que está assumindo a postura de um verdadeiro Senador do Império. Desejo a V. Ex^a felicidade nessa rápida passagem pela Presidência,

esperando que V. Ex^a volte em outras circunstâncias, presidindo-a por delegação dos companheiros, porque mérito e competência V. Ex^a possui para tanto.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes. É pena que eu não tenha direito à reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a é contra ou a favor da reeleição?

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Sou sempre contra a reeleição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Está certo.

Mas V. Ex^a tem mérito para trilhar os caminhos e fazer com que tenhamos o privilégio de ser presididos por V. Ex^a. Caro Senador Papaléo Paes, durante a tarde inteira vimos essa discussão que sempre resvalava para a questão maior: a desconfiança em relação à atitude não muito clara do PT, às vésperas de eleições, em querer preencher de maneira rápida esses cargos. Ontem apresentei a questão e fiz uma contabilidade rápida do montante que o PT arrecada hoje com a participação voluntária dos servidores brasileiros para as contribuições do seu fundo partidário. Não sou contra o detentor de mandato eletivo que se filia a um Partido, por desejo próprio, por vontade de contribuir com aquela agremiação que lhe dá guarida, como também não sou contra o servidor público dar tal contribuição. Foi o PT que entrou com ações populares contra os Governos que praticavam esse tipo de expediente em vários Estados, usando todos os artifícios de combate possíveis. Na hora em que assume o poder, o Partido utiliza-se exatamente do método que sempre combateu. Isso é legal – a Justiça já disse. O que se questiona é se, moralmente, o PT tem condições de fazer a cobrança. Não tenho dúvida de que, ao final de quatro anos, o PT será o Partido mais rico do planeta. É só fazer a conta de quem contribui no universo dos servidores públicos. Haverá um partido milionário num país empobrecido. Essa é outra questão. O PT, para ser fiel a tudo o que pregou durante 20 anos, deve se debruçar mais atentamente sobre esse projeto e precisa observar que pelo menos 70% do que está aqui foi o que o Partido levou às praças públicas como tendo sido erros cometidos pelo Governo de então. O Partido prometia à população brasileira corrigir esses erros de imediato. Na semana passada, em um debate com as Lideranças do PT, questionei o prazo de que o PT necessita para começar a governar, para pagar promessas. Temos paciência. Senador Papaléo Paes, V. Ex^a é um homem equilibrado e permanentemente atento. Se examinarmos todas as crises que o Governo viveu até agora – o Senador Magno Malta poderá dizer se tenho ou não razão –, veremos que todas elas foram criadas pelo Governo. Nunca vi uma Oposição

tão desejosa de ajudar um Governo a dar certo quanto a Oposição brasileira de agora, mas o Governo não se ajuda. Há um “fogo amigo” – e está muito em moda esse termo – atacando o próprio Governo. Não acusem o PFL, o PSDB ou um dissidente disso ou daquilo! Todas as crises são criadas pela base do Governo. Há uma guerra entre amigos, uma fogueira de vaidades. A questão que estamos vivenciando é apenas mais uma. Não venham aqui com estatísticas, dizendo que o Presidente Fernando Henrique nos mandou 100 medidas provisórias e que o PT nos mandou 70! Não se trata de um campeonato de bola ao cesto. O problema é que os membros do PT combateram medidas provisórias durante todo o tempo e diziam para a população brasileira que as sepultariam a partir do momento que seu Governo tomasse posse no País, mas, ao contrário, proporcionalmente, esse Governo já mandou mais medidas provisórias para esta Casa do que o do ex-Presidente Fernando Henrique. É bom que se frise que algumas das emendas reeditadas haviam sido, no período de transição, devidamente combinadas com o Governo atual. Eu pretendia fazer essas considerações em apreço a V. Ex^a, que é o grande representante do Norte brasileiro nesta Casa. Aproveito para felicitá-lo por, embora participar da base do Governo, reconhecer que essa situação está demais.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena. Em seguida, eu o concederei ao Senador Magno Malta.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Eu e o Senador Magno Malta estamos aqui falando sobre a democracia em que as damas falam em primeiro lugar. Mas, às vezes, não sou muito dama.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Principalmente, as mulheres valentes falam primeiro.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Papaléo Paes, eu me inscrevi para fazer uma comunicação inadiável, para falar sobre os trabalhadores dos bingos. Vou deixar esse assunto para mais tarde em função da minha inscrição. Também não vou falar sobre a criação dos cargos, porque ontem já ficamos aqui – coincidentemente, todos os Senadores que aqui estamos – até às 22 horas tratando dessa situação vexatória, vergonhosa, desses balcões que são montados, onde se apropria o espaço público como se este fosse uma caixinha de objetos pessoais a ser manipulado pelo Partido A ou pelo Partido B. Sinto-me muito envergonhada, porque falávamos muito quando esse tipo de estrutura era montado por quem tinha um tucaninho de broche. Hoje, os que criticavam o tucaninho de broche, que são os da estrelinha no peito, fa-

zem a mesma coisa. Mas vou aproveitar o aparte para falar sobre a PEC paralela. Já vi muitos Parlamentares cobrarem o acordo relacionado à PEC paralela. V. Ex^a e o Senador Osmar Dias, além de mim e de alguns outros Senadores desta Casa, fizeram um esforço hercúleo, um esforço sobre-humano para possibilitar as modificações relacionadas à reforma da Previdência. E, evidentemente, não a caracterizo como reforma da previdência. Trata-se de uma farsa denominada “reforma da previdência”. Não era reforma da previdência, porque com ela não se combateram privilégios, não foram auditadas as contas da Seguridade Social – superavitária, apesar dos saques que são feitos pelos cofres públicos e pelo Palácio do Planalto para engordar os gigolôs do Fundo Monetário Internacional – e não foram incluídos os filhos da pobreza. Muitas entidades de servidores, de forma correta, tentavam fazer com que algumas alterações aqui fossem feitas. Todo o tempo e o tempo todo, eu e vários outros Parlamentares dizíamos: “Se queremos promover as alterações e se as alterações promovidas na PEC nº 67 voltarão para a Câmara – da mesma forma que ocorreria se uma nova PEC fosse feita –, por que ela não foi alterada quando lá estava?” Então, Senador Papaléo Paes, espero realmente que essa PEC paralela tenha uma tramitação rápida e que o Governo cumpra a sua palavra. Não adianta responsabilizar os Deputados e a Câmara. Sabemos que o Governo, para aprovar o que quer, faz até balcão de negócios, com distribuição de cargos e de prestígios, com liberação de emendas e de poder. Foi o que o Governo fez nas duas fraudes da reforma dita previdenciária e da reforma dita tributária. Então, espero realmente que a PEC paralela seja aprovada o mais rápido possível. É evidente que muitos – e espero que estejam com dor na consciência – impossibilitaram que as alterações fossem feitas na PEC originalmente. E o fizeram por convicção, por concepção. Mas muitos outros se aproveitaram da PEC paralela para, de alguma forma, fazer jogo de cena para os trabalhadores do setor público. Portanto, espero realmente que a PEC paralela seja aprovada, até porque esse foi um compromisso do Governo e de muitos Senadores da Casa que se expuseram no debate para aprová-la. Entretanto, não tenho dúvida de que não se trata de responsabilidade da Câmara dos Deputados. Vamos acabar com isso, que é muito feio. Isso é falta de coragem! É preciso dizer que a responsabilidade é do Governo, porque o Governo, quando quer, aniquila até a Constituição, acabando com a possibilidade de se instalar uma CPI. Imaginem, então, o que o Governo faz para aprovar a reforma!

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Realmente, a PEC

nº 67 foi muito bem usada para se conseguir número para aprovar a PEC nº 77 e também para fazer esse jogo de cena para o servidor público.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (PL – ES) – Senador Papaléo Paes, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Eu o estava ouvindo do meu gabinete e me dirigi ao plenário exatamente com a intenção de apartear-lo. Aproveite-me Deus que eu chegasse em bom tempo para poder apartear-lo. Representantes dos servidores públicos federais, pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), estão reunidos no Plenário nº 7 nos esperando, os Senadores que são a favor da PEC nº 77, a chamada PEC paralela, para nos congratularmos e reafirmarmos nosso compromisso. Eu dizia a eles ali no corredor: “A Câmara pode fazer o que quiser com a PEC nº 77, porque, quando ela chegar ao Senado Federal, vamos colocá-la no devido lugar”. Os avanços conseguidos por esta Casa – a regra de transição, a paridade, a questão dos inativos e dos portadores de doenças incapacitantes – foram uma grita da Oposição, do Senador Paulo Paim, da Senadora Serys Slhessarenko e daqueles que somos da base do Governo e de alguns Senadores, inclusive o nosso querido Geraldo Mesquita, do PSB. Vamos mantê-las. Só votamos a PEC nº 67 porque nos foi dada a garantia de que a PEC nº 77 seria votada, que os seus avanços seriam votados. Só não sabíamos que iriam instigar a Câmara contra o Senado. Neste ponto, a vaidade tomou conta. Lembro-me de que estive numa reunião no gabinete do Presidente da Câmara, com líderes das duas Casas, e eles disseram que não admitiriam aquilo porque quem tinha sido vaiado havia sido eles; quem tinha levado tomatada na cara havia sido eles. Agiam como se fosse uma gincana, uma disputa. Na verdade, quem está em jogo são os servidores públicos federais, são servidores de outras categorias, que tiveram a perspectiva de avanço com essa PEC paralela, uma invenção do Senador Tião Viana. Que saudades de Tião Viana na Liderança! Tião, pelo menos, ganhava-nos pelo coração. Muitas vezes, não concordávamos nem com o mérito do que estava sendo discutido, mas a figura de Tião, respeitosa, carinhosa... Que saudades do Senador Tião! S. Ex^a criou essa PEC paralela e, acreditando nos avanços nela embutidos, esta Casa votou a PEC nº 67. V. Ex^a também era um dos irredutíveis, mas acreditou no avanço e nas promessas que nos fizemos de que isso seria votado imediatamente. O que aconteceu, então? Uma convocação descabida no recesso, com gastos exorbitantes, mas a Câmara não votou a matéria. O Presidente da Câmara reagiu duramente, e agora a PEC nº 77 está sendo alterada na sua totalidade na-

quela Casa para ficar igual à PEC nº 67. Não permitiremos isso. Reafirmo aos servidores e aposentados deste País que essa PEC paralela é terminativa no Senado. V. Ex^a sabe disso, Senador Papaléo Paes, e, sendo terminativa, vamos manter aqui aquilo que garantimos. Isso é muito ruim, porque a credibilidade do Governo e o respeito às lideranças vão quase a zero nesta Casa. Sinto-me profundamente decepcionado, porque me sinto enganado neste momento, a não ser que a situação tome outro corpo. Percebo, pela reação que existe nesta Casa, que a credibilidade do Governo não está abalada no Senado da República, está no chão. Isso vai valer para todas as outras questões. Então, vejam que há uma questão como essa e há uma medida provisória em pauta para criar três mil cargos. Quero, de antemão, garantir que o meu Partido, o PL, não vota a favor dessa medida provisória. Votamos contra, queremos vê-la no chão, porque votar a favor, neste momento, na minha visão, seria um escárnio contra a população brasileira. O moço que ateou fogo ao corpo em frente ao Palácio do Planalto é do meu Estado, da cidade de Cariacica. Ele agiu assim porque estava desempregado, angustiado. E o que estamos fazendo? Quando não se produz trabalho, produz-se desonra. A honra de um homem é o seu trabalho. Um homem sem trabalho é um homem sem honra. E um homem sem honra é levado a qualquer situação. Portanto, entendo que este não é o momento. O Governo tinha de retirar essa medida provisória de pauta em respeito não só a esta Casa, nem à outra, mas em respeito à sociedade brasileira. Se, na campanha eleitoral, falava-se em dez milhões de empregos, não se pode criar três mil da noite para o dia, porque será indicação meramente política. V. Ex^a está de parabéns.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Papaléo...

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, vou concluir meu pronunciamento – aliás, as minhas palavras, porque o pronunciamento que trouxe para hoje vai ficar para uma próxima oportunidade. Quero só lembrar que não votei na PEC nº 67 porque não acreditei – e quero estar errado nessa situação – na PEC nº 77. Votei contra a PEC nº 67 porque jamais acreditaria que, depois de o Governo passar por tanto desgaste aqui dentro e na Câmara para aprová-la, aprovaria uma outra corrigindo aquela.

A outra questão que quero levantar, sobre a qual V. Ex^a falou muito bem, é que alguém me perguntava nesta Casa, por esses dias, como eu estaria me sentindo do lado de fora. Ora, Senador Magno Malta, não há um aqui dentro, por mais opositor que seja, que es-

teja torcendo para que o Governo se dê mal. Estamos torcendo pelo bem do Governo, que é o bem do nosso País. O que nos angustia muito é que me parece que o Governo, o Executivo, não escuta, como diz o Mão Santa, a voz rouca das ruas. E a conseqüência é que nós, que convivemos diariamente, estamos, sim, ouvindo nas ruas a falta de crédito do Governo perante o povo. E é necessário que se faça uma pesquisa, não uma encomendada por fregueses do Governo, mas uma pesquisa séria, para saber a realidade. Isso porque não podemos perder a esperança. Assim, a falta de credibilidade existe e, politicamente falando, o Governo está sendo considerado um não cumpridor de compromissos políticos. Isso é muito ruim para um Governo em que o povo brasileiro acreditou e para o qual deu 60% dos seus votos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, A SRA. Serys Silhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Osmar Dias.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Pela ordem.) – Gostaria que V. Ex^a me inscrevesse, como Líder do meu Partido, para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Ex^a deseja falar antes da Ordem do Dia? Fica inscrito como Líder do seu Partido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, gostaria que me inscrevesse para falar pela Liderança do PSDB, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PSDB.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, gostaria que me inscrevesse para falar pela Liderança do PDT, antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – O Senador Jefferson Péres também está inscrito pela Liderança do PDT.

Consulto S. Ex^a se deseja usar seus cinco minutos neste momento. (Pausa.)

Então, tem a palavra V. Ex^a, por cinco minutos.

Senador Magno Malta, V. Ex^a também deseja usar a palavra agora?

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Quero falar depois do Senador Jefferson Péres, até porque eu sou fã dele.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Em seguida falará V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dois assuntos, nos cinco minutos que me são concedidos.

As instituições republicanas no Brasil nunca foram grande coisa. Mas ontem me convenci de que o que falta mesmo neste País é espírito republicano. Vou falar algo antipático, mas que precisa ser dito. Presenciei ontem, neste plenário, um fato inusitado: a Ordem do Dia foi adiada por mais de uma hora, com Senadores se sucedendo em solidariedade a um Colega nosso, com críticas a uma questão **sub judice** no Tribunal Superior Eleitoral. Não há precedente. Nunca vi isso. A questão está em julgamento num tribunal composto por três Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dois advogados saídos de uma lista sêxtupla indicada pelo Supremo Tribunal Federal. É um Tribunal, portanto, idôneo.

Ontem, vi Senadores se sucedendo em apartes ao nosso Colega, pelo qual tenho respeito e consideração, Senador João Alberto Capiberibe, mas ele está **sub judice**. Elogiaram-no muito como Governador – o TSE não está julgando o desempenho do Senador Capiberibe como Governador do Amapá –, e elogiaram-no como Senador – o Tribunal não está avaliando a atuação do Senador aqui no Senado. O Tribunal está julgando a denúncia de um fato ocorrido durante a campanha eleitoral. Ou a denúncia é verdadeira, ou não é.

Vi pessoas criticarem o Tribunal e os três Ministros que deram o seu voto porque teriam se precipitado, julgando com duas provas inconsistentes. Meu Deus do céu! Leram os autos? Como pensar que Ministros de um Tribunal Superior são tão levianos a ponto de julgar e querer a cassação do mandato de um Senador por provas insubsistentes, inconsistentes?

Houve quem quisesse que o Presidente do Senado fosse ao Tribunal, Senador Osmar Dias, o que seria uma interferência absolutamente indébita de um Poder em outro. Estou torcendo para que o Senador João Alberto Capiberibe – que infelizmente não está presente para me ouvir – se saia bem nesse processo, mas o Senado não tem nada a ver com isso. **Dura lex sed lex**. Ou houve a compra de votos ou não houve. Quem vai avaliar e decidir o caso é o Tribunal.

Se houve compra de votos – e o Senador Capiberibe, com certeza, não tem nada a ver com isso, foi a sua equipe, mas não importa –, Senador Osmar Dias, o mandato do Senador está maculado de um vício insanável, que implica perda de mandato, conforme a lei. E vi os Senadores indignados com isso, questionando a autoridade ou a isenção do Tribunal Superior Eleitoral.

Dizer isso me custa antipatia aqui – o que pouco me importa, pois não estou em campeonato de simpatia, Senador Osmar Dias –, mas isso é falta de espírito republicano. Não importa que seja Senador. Se infringiu a lei – não sei se o fez –, que se apliquem as respectivas penas. A lei, em uma república com “R” maiúsculo, vale para o gari e vale para o Senador da República.

Sr. Presidente, outro assunto é a famosa PEC paralela. Na reunião de Líderes que houve ontem, ficou acertado que a proposta será votada na Câmara dos Deputados em maio. Possivelmente em maio, Senadora Heloísa Helena. O relatório do Deputado Pimentel já mudou o teto do funcionalismo nos Estados – uma das grandes reivindicações da classe –, já mudou a regra especial, que não é mais para os que se aposentarem até a promulgação da PEC, mas sim até 1998.

Se a proposta for votada na Câmara dos Deputados em maio – e talvez seja em junho –, voltará para o Senado, mas sabemos que não haverá votação de matéria alguma no segundo turno. E ainda estou aqui com um calhamaço de discursos de Senadores e Líderes dos Partidos da base governista.

Senadora Heloísa Helena, quando subíamos na tribuna para dizer que duvidávamos que aquela PEC fosse para valer e que a Câmara dos Deputados referendasse o acordo, recebíamos como reposta a indignação dos Senadores governistas. Não tínhamos o direito de duvidar da palavra empenhada.

O que está havendo? Onde estão os Líderes que deram sua palavra? Onde estão os Senadores, como Paulo Paim e Pedro Simon, que, de boa-fé, votaram a PEC nº 67 porque foram convencidos de que a PEC paralela seria aprovada?

Que País é este, Sr. Presidente, onde acordos assumidos publicamente no plenário do Senado não são cumpridos, e tudo fica por isso mesmo?

Chegou no plenário o Senador João Capiberibe. Acabei de dizer desta tribuna que estou torcendo pela absolvição de V. Ex^a e que ficarei muito alegre se ela ocorrer. No entanto, com absoluta franqueza, parece-me impróprio que Senadores duvidem da idoneidade ou da isenção de um Tribunal Superior e, mais ainda, que se dirijam aos seus Ministros. Trata-se de um assunto da inteira alçada daquele Tribunal.

Portanto, antes que minhas palavras sejam deturpadas, digo-lhe isso com toda a sinceridade. V. Ex^a merece respeito e, mais do que respeito, estima. V. Ex^a tem sido um bom Senador realmente, mas essa matéria é da alçada do Tribunal Superior Eleitoral.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem.) – Peço a palavra por ter sido citado pelo Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, V. Ex^a tem a palavra, por cinco minutos, para uma explicação pessoal.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não houve compra de voto. Devo satisfação a esta Casa. Devo satisfação ao povo do Amapá, que me elegeu para o Senado, e aos meus Pares, Senadores e Senadoras, com os quais convivo ao longo de um ano e quase quatro meses.

Portanto, procurei meus colegas para explicar-lhes que não compramos votos; que não conhecemos as pessoas que nos acusam, nem elas nos conhecem; que não houve nenhum contato entre nós e os nossos acusadores. E é minha obrigação, sim, explicar. Somos agentes políticos, eleitos legitimamente pelos cidadãos e cidadãs dos nossos Estados. Representamos os Estados nesta Casa e, com muita frequência, discordamos, mas temos respeito uns pelos outros. Exatamente por isso, preocupa-me, sim, prestar satisfação a todos os Senadores e Senadoras desta Casa.

Afirmo categoricamente que não houve compra de votos, em nenhum momento, no pleito de 2002, até porque fiz uma campanha para o meu candidato a Governador, que foi derrotado. Não fiz campanha para o Senado. Fiz campanha para Governador, porque queria ver o meu candidato me sucedendo no Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, que se fundamenta nas teses do desenvolvimento sustentável, na combinação da economia com preservação ambiental. Considero um absurdo converter a Amazônia em campo de soja; considero um absurdo reproduzir um modelo em uma região que ainda está intacta e preservada, onde poderemos construir o novo. Eu queria ver o meu Governador eleito para dar continuidade a um programa de oito anos, um programa bem-sucedido, considerando os dados estatísticos do IBGE.

Portanto, insisto que esta Casa merece uma prestação de contas do meu mandato. Mais do que isso, as manifestações das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, ao longo desses dias, foram feitas com profundo respeito à Justiça Eleitoral. Em nenhum momento vi qualquer restrição à ação da Justiça. Ao contrário, há uma confiança irrestrita de que esse processo será concluído fazendo justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR)

– Com a palavra, pela Liderança do PL, o Senador Magno Malta.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna não é exatamente esse assunto, mas, sim, o fato de que quero saudar os trabalhadores dos bingos, presentes hoje nesta Casa. Alguns estavam conversando comigo. A minha posição é conhecida neste País. Sou o Presidente da Frente Parlamentar Contra a Legalização dos Bingos por convicção e sou o autor do requerimento de instalação da CPI dos Bingos.

Saúdo os trabalhadores presentes e reafirmo o que tenho dito, que toda regra tem exceção. Existem neste País, Senador Geraldo, 20% de empresários que lidam com bingo, meu Presidente Osmar Dias, e que trataram o bingo como empresa para gerar emprego. Mas a maioria absoluta dos bingos é fachada para lavagem de dinheiro de contravenção. Infelizmente, as pessoas que os usam, as pessoas que lá estão e os que neles trabalham estão interessados no seu trabalho, o que é justo.

Mais do que justo seria que, ao enviar a medida provisória, o Governo já estivesse enviando junto uma proposta para absorver os trabalhadores que agora estão sem trabalho devido ao fechamento dos bingos. Liguei para o Ministro Berzoini fazendo uma proposta para que esses funcionários fossem absorvidos rapidamente. A minha proposta, Senador Geraldo, era chamar a CNC e a CNTur, que tomam conta da rede hoteleira brasileira, de bares e similares, que tomam conta da rede de churrascarias deste País, porque de 80% a 85% dessa mão-de-obra poderia ser absorvida na rede hoteleira brasileira, que é vasta, e eles estariam dispostos a fazer isso.

Num segundo momento, o Governo poderia chamar os Governadores de Estado e o seu Secretário de Turismo para convocar todos os demitidos de bingo. A princípio, poderia começar cadastrando os que têm carteira assinada, que não representam esse número de trabalhadores que estão sendo colocados na rua. Em seguida, cadastrar-se-iam aqueles que pertencem

a cooperativas que prestam serviço a bingo – até porque a cooperativa é uma maneira simples de não se pagar tributo. Uma terceira medida a ser estabelecida seria cadastrar, entre aqueles que fazem segurança, apenas os que não foram expulsos da Polícia Militar e que não respondem a processo criminal. Passei essa proposta ao Governo e ao Ministro Berzoini.

Quanto aos ex-funcionários dos bingos, que estão hoje sem trabalhar, é mais que legítimo que estejam atrás dos seus trabalhos, que o queiram de volta, porque a honra de um homem é o seu trabalho. E não se pode desonrar sem oferecer uma perspectiva de honra, porque a coisa fica sem justificativa.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna – vou falar desse assunto mais tarde – é o número de homicídios no Espírito Santo, que cresceu 369% em 20 anos, segundo o jornal **A Gazeta** de hoje, do meu Estado. A violência urbana é uma situação tremenda, angustiante por que passa a população brasileira. No meu Estado, que viveu 12 anos refém do crime organizado, a situação durante muito tempo foi assustadora, porque só estávamos nas páginas policiais da imprensa, da mídia escrita, falada e televisada deste País, meu Presidente.

A situação por que passa hoje o Rio de Janeiro é semelhante à tragédia que vivem os pequenos municípios, numa menor escala. A violência imposta pelo crime no Rio de Janeiro, advindo do tráfico e do uso de drogas, tem de chamar a nossa atenção para o tipo de instrumento que devemos produzir para a Justiça brasileira a fim de que ela possa fazer justiça com mão de ferro àqueles que têm tocado o terror, Senador Motta, e tirado a paz da sociedade brasileira.

No Brasil, parece-me que, quando o crime põe o pé na parede e diz “eu quero”, “nós queremos”, os homens públicos “põem o galho dentro” e dão um passo atrás, como se estivessem amedrontados.

Avaliem V. Ex^{as} a nova Lei de Narcotráfico votada na Câmara e que está vindo para esta Casa: ao traficante, tudo; ao usuário, nada.

Meu amigo, isso não existe. Só existe traficante porque existe usuário. Se quer quebrar um empresa, acabe com o seu cliente; se quer promovê-la, promova o seu cliente. É verdade que o usuário não tem de ser tratado como traficante. Desta tribuna já disse e avalio que, se fizessemos uma guerra contra calça **jeans** neste País, impedindo que as pessoas a usassem, fechariam as fábricas, porque faltaria usuário. Como pode uma lei que propõe ao traficante tudo, ao usuário, nada?

Há o instrumento chamado justiça terapêutica, criado por nós na Lei de Narcotráfico e descaracterizado na Câmara. Tive o prazer de ser o Relator da Lei

de Narcotráfico, criada após a morte de Celso Daniel, na Comissão Mista de Segurança, composta por membros da Câmara e do Senado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – Segundo a Lei do Narcotráfico, o juiz deve impor ao usuário ou dependente a recuperação e, depois, as penas alternativas. Morre nisto: só se faz o cadastramento. Ora, trata-se de um incentivo à impunidade. É preciso que, em não cumprindo as penas alternativas, o juiz disponha de outro instrumento, porque, para o projeto que foi votado na Câmara, os traficantes estão batendo palmas e fazendo mil festas, porque os usuários estarão impunes e protegidos pela lei, e eles poderão traficar. Aí está a violência do Rio de Janeiro.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que a situação do Rio é grave. Não importa só que o Exército vá às ruas, Senador Motta, porque vai às ruas e irá embora após três, oito dias. E depois? Como fica? Qual é o plano efetivo? O clima do narcotráfico no Brasil, quando vivemos um estado de exceção na segurança pública brasileira, requer muito mais que isso, requer um projeto efetivo.

Como é o clima de guerra? Como ocorre na guerra? Quando se descobre o aparelho do inimigo, onde está o seu potencial bélico, pode-se destruí-lo e assumir o seu lugar. A saída para o Rio de Janeiro é colocar batalhões da Polícia Militar no topo dos morros, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL – ES) – E abrir mais entradas nas favelas, porque só existe uma em cada favela. É necessária também a presença efetiva do Estado num plano efetivo, porque o tráfico de drogas e os traficantes substituem o Estado nas favelas, socorrendo os moradores, sendo benfeitores da população. O Estado precisa se fazer presente.

Deve-se discutir um plano efetivo, em que o Estado esteja presente e deixe de ser ausente nas comunidades mais carentes não somente do Rio de Janeiro, mas do País todo, porque o que vamos resolver se colocarmos o Exército nas ruas e tirá-lo com oito, dez, doze dias?

Governos e políticos não podem digladiar-se. É preciso, agora, prestar atenção, porque, senão, o que está ocorrendo no Rio vai alastrar-se por este País inteiro em função da falta de política de segurança pública. É preciso agora aproveitar esse incidente, discutir, Senador Guerra, e convocar uma nova reforma na Constituição brasileira para instituímos prisão per-

pétua para narcotraficante e para integrantes do crime organizado no Brasil e para, a partir daí, mudarmos essa lógica infame que tem colocado a população brasileira contra a parede.

Sr. Presidente, desculpe ter-me alongado. Obrigado pela benevolência. Gostaria de sempre tê-lo na Presidência, porque V. Ex^a é bom de coração. Ultrapassei o tempo em três minutos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Senador Magno Malta, eu gostaria de ouvir V. Ex^a mais um pouco, mas outros Senadores também desejam usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Osmar Dias. PDT – PR) – Concedo a palavra, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, e transfiro a Presidência ao Senador Luiz Otávio.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um seminário no Rio de Janeiro de avaliação do Governo Lula, promovido pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

No dia de ontem, o economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro Fernando Cardim afirmou aquilo que estamos cansados de afirmar: o Governo Lula está sem rumo. Mas foi além e disse que o Presidente Lula pode acabar o seu mandato como o ex-Presidente argentino Fernando de la Rúa.

Relembrando, Fernando de la Rúa, eleito em 1999, foi obrigado a renunciar em dezembro de 2001, após uma grave crise político-econômica, quando também renunciou o Ministro da Economia Domingo Cavallo.

O professor e economista Fernando Cardim afirma que não há projetos de curto nem de longo prazo, que o Governo não tem rumo, nem de curto, nem de longo prazo, que o curto prazo foi entregue ao Ministro da Fazenda e o longo prazo ainda está esperando para saber qual é a estratégia de desenvolvimento imposta pelo atual Governo.

Se há falta de rumo, consagra essa ausência, sobretudo neste momento, a desordem institucionalizada no meio rural.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna responsabilizar o Governo. Não há como não responsabilizar o Governo do Presidente Lula pela institucionalização da desordem no meio rural brasileiro. Não há mais lei. O império da lei cede espaço à violência, porque não há autoridade governamental, que não se impõe. Há uma apatia sem precedentes por parte do Governo, talvez constrangido por ter sido, ao longo do tempo, parceiro do MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

As lideranças do movimento insistem em afirmar que o Governo Lula é aliado. Estabeleceu-se, neste momento, uma aliança promíscua, porque a violência faz degenerar a instituição pública brasileira, oferecendo espaço a uma desordem que certamente será responsável por prejuízos imprevisíveis à nossa economia.

Faço apenas um relato dos últimos dois meses, março e abril, embora abril ainda esteja em curso. Nesse período, houve 102 invasões, das quais 69 foram patrocinadas pelo MST, em 16 Estados da Federação, onde aproximadamente 21 mil famílias estão acampadas. Muitos desses trabalhadores são desempregados urbanos que se reúnem, integram o movimento e invadem as terras, provocando a insegurança de forma fatal para a produção agrícola brasileira.

O Governo é, sim, responsável. O MST foi instrumentalizado politicamente pelo Partido dos Trabalhadores. O MST apoiou abertamente a candidatura de Lula à Presidência da República, e Lula afirmava ser o único candidato capaz de promover reforma agrária em paz no País. Certamente esse constrangimento leva à inanição, à passividade, diante de toda esta movimentação que afronta a legislação do País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Infelizmente, Senador Eduardo Suplicy, estou falando pela Liderança e não há como conceder apartes.

Ontem, ao final da reunião da CPI da Terra, a conclusão foi um diagnóstico pessimista que impõe uma missão das mais difíceis ao Governo brasileiro. O bolsão de pobreza cresce assustadoramente no campo; a pressão social é avassaladora; e o Governo necessita disponibilizar recursos e instrumentalizar o Incra para que se promova a reforma agrária no País de forma mais competente, recuperando a credibilidade. A descrença dos trabalhadores sem terra e dos proprietários rurais leva a essa conflagração.

Ontem, houve acusações de parte a parte. Os trabalhadores sem terra acusam os proprietários rurais de constituírem milícias armadas, promovendo a violência. Os proprietários rurais acusam os trabalhadores sem terra, por meio do MST, de promoverem a violência.

Desta tribuna, responsabilizamos o Governo. Das acusações de proprietários às acusações de trabalhadores sem terra, preferimos responsabilizar o Governo. Um governo é eleito para impor autoridade, estabelecer o respeito à ordem e à lei vigente. O Governo Lula está sendo incompetente para fazer com que a ordem se estabeleça no País e incapaz de fazê-lo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço para dar como lido um artigo escrito por Xico Graziano,

publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulado “Vendeta na Reforma Agrária”, que deveria ser lido pelo Presidente Lula – é recomendável –, pois traz sugestões importantes que podem contribuir para que Sua Excelência tente semear a paz no campo. De início, convocando os seus aliados do MST para um diálogo, a fim de impedir a continuidade desse movimento de rebeldia, que leva pessoas humildes, trabalhadores muitas vezes desesperados, à violência. A responsabilidade por essa violência é, acima de tudo, do Governo Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º do Regimento Interno.)

VENDETA NA REFORMA AGRÁRIA

Xico Graziano

O Incra não está encontrando terras improdutivas para desapropriar. Por isso, mesmo contra sua vontade, não consegue implementar novos projetos de assentamento rural. Perdido, o governo experimenta de seu próprio veneno, destilado pelo MST, seu antigo aliado.

Afora a confusão, esse “abril vermelho” pode trazer uma guinada positiva na questão agrária brasileira. Para tanto, basta o Incra ter a coragem de afirmar aquilo que os economistas rurais não-ideológicos já sabem: terras disponíveis, hoje, somente se encontram na Amazônia ou no sertão. E considerá-las improdutivas significa afrontar a ecologia. Ou a agronomia.

Nas principais regiões agropecuárias do país, as fazendas se modernizaram e incorporaram “frentes internas” no processo produtivo. A expansão dos cultivos exigiu, também, a abertura de novas fronteiras, especialmente aquelas verificadas em Mato Grosso, na Bahia, no Tocantins, Piauí e Maranhão. Esse processo de expansão produtiva tem sido notoriamente documentado.

Paradoxalmente, o fim do latifúndio improdutivo virou um problema. Eternamente insatisfeito, o MST coloca a faca no pescoço do governo e exige mais assentamentos. Como escapar do dilema?

O melhor caminho seria brandir a arma da verdade. Ninguém melhor que o PT, agora no poder, para chamar os pseudo-revolucionários do MST e conversar sério. A portas fechadas, quiçá rodeados por algum bispo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

“Olha”, diria o Ministro, “demos aqui uma analisada com calma e descobrimos que aqueles números estão ultrapassados, a realidade mudou, a safra expan-

diu-se, a pecuária renovou-se, o Lula está gostando, divisas entram no país, os empregos, pelo menos no campo, se expandem, por isso, calma aí companheiro, chega de invasão, vocês estão atrapalhando o país. Entendeu Stédile?!”

Incerto seria o resultado da conversa. Boa vontade não se deve esperar de quem é contumaz em brandir facões e foices. Além do mais, seus líderes sabem que a realidade da agricultura está diferente. Pouco importa. Eles vivem do problema, não da solução.

Quando radicalizam, seu intento real visa a acessar verbas federais, repassadas em convênios com finalidades disfarçadamente altruístas. A tática almeja fortalecer a organização para disputar espaços no poder. Que exercem de forma autoritária. Quem ainda pensa o MST como movimento social padece da santa inocência.

Complicado é o governo cair na armadilha. A movimentação dos sem-terra embute claramente uma farsa. A horda invasora, regra geral, se constitui de desempregados urbanos, facilmente manipuláveis pela fábrica de sem-terra montada na organização.

O perigo se esconde dentro do aparelho de Estado. O acirramento das invasões empurra os pseudo-revolucionários ali infiltrados, provocando um deus-dará na reforma agrária. Desgraçadamente, o governo tem abandonado critérios técnicos e normas processuais, entrando no jogo da confusão. O pior resultado surge: imóveis produtivos estão sendo desapropriados para aplacar a fúria do MST.

A Fazenda Vale dos Bois, em Goiás, é um exemplo dessa insanidade administrativa. Com 1500 hectares, totalmente explorada com pecuária, alta lotação das pastagens, reserva florestal averbada à margem da escritura, coisa rara por lá, empregados com carteira assinada, sem nenhuma história de conflitos, tudo como manda o figurino. Não adiantou nada.

Motivada por uma vendeta, a fazenda entrou na roda do infortúnio. A bronca vem de uma deputada estadual chamada Magda Mofatto, ex-proprietária do imóvel, contra o atual detentor da área, seu companheiro de outrora. Por aquelas razões que nunca se descobrem nas brigas desse gênero, a mulher jurou aniquilar o homem, um advogado de bem.

Há coisa de um ano, a fulana mancomunou com o Incra de Goiás a desapropriação da fazenda que lhe pertencera. Juntou a fome com a vontade de comer. Tudo em nome da reforma agrária. Feito o conluio, daí para frente uma sucessão de vistorias e laudos resultou no desfecho previamente arranjado: a fazenda está declarada improdutivo, apta para desapropriação. O MST bate à sua porta. Um absurdo total.

Somente aos *experts* é possível descobrir como se processam tais operações. Métodos caquéticos de avaliação, baseados em índices que verificam o estoque, não o fluxo da produção, facilitam a montagem desse processo kafkiano, comandado pelo delírio ideológico. Os artifícios garantem que é ocioso aquilo que esbanja produção, praticando uma avaliação às avessas. Uma triste mágica.

Como, no passado, se flagraram os fazendeiros maquiando a produtividade, emprestando gado para colocar dentro de sua cerca, agora os técnicos do Incra vistoriam a fazenda, mas nem contam o gado existente. A eles interessam tão somente documentos, provando qual o rebanho que o proprietário manteve, no ano anterior. Se inexistirem notas fiscais, ou papéis não forem encontrados, dane-se o coitado do produtor. A fazenda vira improdutiva na hora. Pela caneta.

Quem lê isso, não acredita. Mas é assim que funciona. O grau de improdutividade é calculado numa máquina de somar reses e dividir pastos. A possibilidade de manipulação é enorme. Estando, como se sabe, o Incra aparelhado pelo MST, aqui sim está o verdadeiro bode tomando conta da horta.

A solução para o dilema agrário que se esconde nesse abril será essencialmente política. Poderia, todavia, se iniciar pelo aprimoramento dos normativos técnicos que definem a ociosidade da terra. Representaria um bom começo para banir a vendeta e excluir a falcatura da reforma agrária.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º
do Regimento Interno.)*

Comentários Conjunturais 14 ABRIL

► **Em Seminário” AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA” promovido ontem no RJ pela Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, o Economista e Professor da UFRJ, Fernando Cardim, afirmou que o governo Lula “está sem Rumo” e pode acabar seu Mandato como ex-presidente Argentino Fernando De la Rúa.**

► **DADO: O Presidente De la Rúa foi eleito em 1999 e foi forçado a renunciar em 20 de dezembro de 2001, após grave crise político-econômica.(o então ministro de economia da Argentina, Domingo Cavallo, renunciou juntamente com o presidente De la Rúa).**

► **ATENÇÃO: Pontos destacados pelo Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fernando Cardim, em sua palestra no seminário da ABONG, sobre os rumos do governo Lula:**

► **” NÃO HÁ PROJETOS DE CURTO NEM DE LONGO PRAZO”;**

► **” O GOVERNO NÃO TEM RUMO, NEM DE CURTO NEM DE LONGO PRAZO”;**

► **” O CURTO PRAZO FOI ENTREGUE AO MINISTÉRIO DA FAZENDA E O LONGO PRAZO AINDA ESTÁ ESPERANDO PARA SABER QUAL É A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO”;**

► **MOTES CONJUNTURAIIS**

► **2. CENÁRIO CONFLAGRADO**

► **ONDA DE INVASÕES: AS AÇÕES DOS SEM-TERRA NOS MESES DE MARÇO E ABRIL TOTALIZAM 102 INVASÕES NO TOTAL**

► **69 PATROCINADAS PELO MST**

► **NUMA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DE 16 ESTADOS DA FEDERAÇÃO**

► **21 MIL FAMÍLIAS OCUPAM AS ÁREAS, APROXIMADAMENTE.**

► **A CIDADE DO RIO DE JANEIRO VIVE CLIMA DE GUERRA CIVIL, COM REPERCUSSÃO INTERNACIONAL**

► **3. OPERAÇÃO ABAFA, COORDENADA PELO GOVERNO, GANHA CONTORNOS DEFINITIVOS APÓS O DEPOIMENTO DE WALDOMIRO DINIZ À ALERJ.**

► **O MINISTÉRIO PÚBLICO OFERECERAM DENÚNCIA APARENTEMENTE ANTES DA HORA, NÃO HÁ SEGURANÇA DE QUE O JUIZ ACEITARÁ AS ACUSAÇÕES. TUDO PODE SER ARQUIVADO.**

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Osmar Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a está inscrita, mas há ainda três Senadores inscritos para fazer uma comunicação inadiável, entre eles a Senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas, e o Senador Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, a quem concedo a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que a Senadora Fátima Cleide abordou o mesmo assunto ainda esta semana, mas não poderia deixar de falar sobre o conflito dos índios cintas-largas, em Espigão d'Oeste, Rondônia, com garimpeiros.

A tragédia é realmente muito grande. Falaram em vinte mortos, mas as últimas notícias são estarrecedoras, mencionam sessenta e duas mortes.

Desde o ano passado, venho alertando as autoridades federais – não só eu, mas a Prefeita Lúcia Tereza, os vereadores daquele município, as autoridades do Estado. Algumas providências foram tomadas, mas é quase impossível, para a Polícia Federal e até mesmo a Polícia Estadual, proteger os limites de uma reserva de dois milhões de hectares da invasão de garimpeiros e, na Sexta-feira da Paixão, houve o conflito entre índios armados e garimpeiros, uma verdadeira chacina.

Esperamos a apuração dos fatos pela Polícia Federal. E hoje fui informado pelo Superintendente da Polícia Federal de Rondônia que o Delegado Dr. Mauro se encontra em Espigão d'Oeste, acompanhado de uma equipe grande da Polícia Federal. Depois de muitas delongas da Funai, após cinco dias ou mais, a Polícia Federal foi autorizada a entrar na reserva.

A situação é desesperadora, principalmente para as famílias de garimpeiros mortos no conflito. Esperamos que o número de 62 mortos, que não é oficial, não seja verdadeiro.

Com todo o respeito, como prefeito e governador sempre tive uma convivência muito boa com os índios de Rondônia, assim como com garimpeiros e com toda a sociedade do meu Estado. Entendo que os garimpeiros também têm alma, são pessoas dignas, desempregadas, desesperadas em busca do ganhão de cada dia.

Sr. Presidente, assim como ainda existe a ilegalidade dos garimpeiros, existe também a ilegalidade dos índios, porque o subsolo nas reservas não está registrado para ninguém. Ninguém está autorizado a garimpar diamantes na reserva Cinta-Larga. Eu sugeri ao Ministro da Justiça e à Ministra das Minas e Energia a criação de uma cooperativa, única solução legal para a questão daquela reserva. Dessa forma, os índios cintas-largas explorariam os diamantes, e um posto da Caixa Econômica Federal, instalado dentro da reserva, compraria os diamantes, evitando assim o contrabando. A reserva do Roosevelt, situada na reserva Cinta-Larga, no Espigão do Oeste, é a maior jazida de diamante do mundo. Quem sabe não estaria aí a solução para a falta de recursos da Funai, que não tem dinheiro sequer para a saúde dos índios? Com a criação da cooperativa, parte dos recursos ficaria para os índios cintas-largas e parte seria destinada à manutenção da Funai em todo o Brasil. Se é a maior jazida de diamantes do mundo, legalmente explorada, acompanhada pelos órgãos oficiais, poderia ser uma saída para a situação da Funai.

Deixo aqui registrada a situação de Rondônia, que merece muita atenção. Estivemos ontem com o Governador do Estado, com a bancada federal, com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que nos prometeu que hoje – e já está lá o delegado da Polícia Federal – tomaria as primeiras ações e que, na próxima semana, numa ação mais pesada, haveria uma varredura para que se obtenha oficialmente o número de garimpeiros mortos naquela reserva.

Sr. Presidente, deixo aqui o nosso alerta à Nação, às autoridades federais, para que providências mais energias sejam tomadas na reserva Cinta-Larga.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Ainda na prorrogação da Hora do Expediente...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Pela ordem, Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento, justamente sobre essa questão que o Senador Valdir Raupp acabou de se referir, seja dado como lido. No documento, tento es-

clarecer os fatos que estão ocorrendo em Rondônia. Lamento que as notícias sejam tão desencontradas a respeito de tão triste episódio.

Juntamente com o Senador Valdir Raupp e com a Bancada Federal do Estado de Rondônia, estamos atuando junto ao Ministério da Justiça, que já tomou providências. Peço mais uma vez ao Governador do Estado de Rondônia que mantenha a Polícia Florestal na força-tarefa formada com a Polícia Federal na fiscalização da área indígena da reserva Roosevelt.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizou-se, ontem à noite, no Ministério da Justiça, uma reunião sobre os últimos episódios do conflito entre os índios Cintas-Largas e garimpeiros que ambicionam as jazidas de diamantes nas terras indígenas de Rondônia.

Participaram da reunião o Ministro Márcio Thomaz Bastos, acompanhado por seu chefe de gabinete e seu assessor especial para assuntos indígenas, e o Governador Ivo Cassol, acompanhado por parlamentares das bancadas estadual e federal de Rondônia.

Questionado sobre as providências necessárias à resolução do conflito que recrudescer em Rondônia, o ministro informou que o governo tem pleno conhecimento da situação e já definiu as ações a realizar em caráter de urgência. Tão logo se concluírem as buscas para o resgate dos corpos vitimados no confronto entre índios e garimpeiros, terão início as providências definidas pelo Ministério da Justiça para evitar o agravamento da situação e a reincidência de invasões garimpeiras na área indígena.

Na condição de parlamentar de Rondônia, quero aqui contribuir para o esclarecimento dos fatos relativos ao trágico conflito que se desenvolve em meu estado.

São 4 as Terras Indígenas Cinta Larga: TI Roosevelt, TI Parque Aripuanã, TI Aripuanã e TI Serra Morena, totalizando 2,7 milhões de hectares.

Sobre uma imensa jazida de diamantes, desde que foram contatados, em fins dos anos 1960, os Cintas-Largas têm sido agredidos e invadidos por garimpeiros e madeireiros – o que resultou na redução de 5.000 indivíduos para 1.300 sobreviventes.

Assim como em outras regiões brasileiras, restam grandes concentrações de recursos naturais em Rondônia onde restam áreas ocupadas tradicionalmente por povos indígenas.

Por quê?

Ao contrário dos argumentos recorrentes, inclusive aqui no Senado, essa “coincidência” não é deliberada pelos antropólogos que atestam a ocupação tradicional indígena nas diferentes áreas. Essa coincidência de recursos naturais, minerais e biológicos, nas áreas indígenas, hoje, deve-se ao fato de que o insustentável padrão de produção e consumo dos não-índios, já esgotou tudo que se tomou dos povos originais do território brasileiro.

Ao contrário de nós, não-índios, as populações descendentes dos povos originais deste Continente – que conseguiram, por diferentes condições históricas e culturais, se manter longe de nossos hábitos -, não esgotaram os recursos que manejam milenarmente. E, por isso, os têm em abundância hoje.

Este é o caso dos Cintas-Largas, por exemplo, que estão no centro de uma disputa insana e selvagem pela jazida de diamantes em seu território – diamantes considerados de ótima qualidade em jazidas de fácil acesso.

Antes de questionar e corrigir nosso sistema degradador de exploração de recursos naturais, muitos de nós arvoram-se a transgredir o direito desses povos a decidir por si mesmos como querem e se querem explorar o que é de seu exclusivo usufruto por direito e por justiça.

Para conter o processo violento contra os Cintas-Largas, depois de seus direitos minimamente reconhecidos a partir da Constituição de 1988, o Governo Federal, de vez em quando, retirava os garimpeiros invasores. Mas estes sempre retornavam pouco tempo depois.

A partir do governo Lula, o Ministério da Justiça coordenou uma operação, no início do ano passado, para retirar e manter fora da área indígena cerca de 5 mil garimpeiros da TI Parque Aripuanã, constituindo um grupo tarefa da FUNAI, apoiado pela PF, pela Polícia Florestal e pelos próprios Cintas-Largas.

O grupo tarefa elaborou, junto com as lideranças CL um “Plano Emergencial para Proteção e Apoio ao Etnodesenvolvimento Sustentável do Povo Cinta-Larga” – o Congresso Nacional aprovou crédito suplementar para que fossem destinados recursos para sua execução. O plano consiste em atividades a serem desenvolvidas pelos próprios Cinta Larga, em piscicultura e agroextrativismo, além de reflorestamento das áreas degradadas pela extração de minério e pedras preciosas e pelo desmatamento provocado pelas madeiras.

Nesse processo, deu-se início a um mínimo resgate social e cultural dos Cintas-Largas, com a melhoria de algumas estradas de acesso às aldeias, abertura de roças comunitárias, implementação pre-

liminar do projeto de piscicultura na aldeia Roosevelt, e o incentivo à produção de Pupunhas e Açaí para retirada de palmito. Também se manteve a fiscalização por sobrevôos às 4 áreas Cinta Larga, atenta à presença ilegal de novos focos de garimpo e retiradas de madeira.

Contudo, o maior mérito de toda esta operação deve-se ao trabalho de resgate da auto-estima daquele povo, de suas condições básicas de sobrevivência e de relacionamento com a sociedade envolvente.

Impossível, porém, a esta altura da história recente daquele povo, evitar a exploração de diamantes. Os próprios índios estão convencidos de que, mesmo que quisessem, não poderiam evitá-lo, pois a sociedade envolvente os pressiona pela exploração dos diamantes.

Essa situação exige regulamentação, através de atos administrativos do governo federal (MJ, MME e MMA), além de medidas legislativas que cabem ao Congresso Nacional – na regulamentação do artigo 231 da Constituição que diz respeito aos direitos indígenas à exploração de recursos minerais em suas terras.

Uma equipe de técnicos desses três ministérios e lideranças indígenas iniciaram a discussão dessa matéria até outubro do ano passado, quando chegaram a uma minuta de decreto – para ser discutida no governo, sob a coordenação do MME, e entre as organizações indígenas, sob a coordenação da COIAB.

Os ministérios do atual governo e as organizações indígenas da Amazônia defendem que é preciso regulamentar a Constituição.

Porém enquanto essa discussão não for concluída, o Ministro da Justiça afirma que entende ser seu dever concentrar esforços em ações de proteção aos Cinta-Larga e a seu território, contra a ação social e ambientalmente devastadora do garimpo ilegal, apoiando o grupo tarefa em suas atividades de retirada dos garimpeiros e as demais previstas no plano emergencial.

E em relação aos agentes da FUNAI e órgão aliados nessa operação, queremos aqui registrar nossa solidariedade e nosso respeito aos responsáveis pelo fato de que, depois de 20 anos de ausência, é a primeira vez que a FUNAI investe no indigenismo e mantém técnicos qualificados naquela região.

A equipe que desenvolve este trabalho, conta com a confiança dos Cintas-Largas – o que é muito importante neste momento -, deve ser apoiada e ter aprimoradas as condições para continuarem trabalhando, inclusive para que continuem colaborando com a

apuração minuciosa de denúncias de corrupção e crimes ambientais naquela área.

Do nosso ponto de vista, aquela equipe precisa ser ampliada e sua atuação terá de avançar para uma ação duradoura e íntegra, como exige a gravidade dos problemas sob sua responsabilidade.

Nesse sentido, as mortes dos garimpeiros devem ser, mais que lamentadas, apuradas rigorosamente, inclusive com a devida investigação sobre a participação de agentes políticos e policiais locais denunciados por estímulo à re-invasão da área indígena, a agressão aos índios em geral e a seus bens.

Por tudo isso, é fundamental que ampliemos a participação de outros parceiros institucionais importantes nessa difícil tarefa: MPF, Ibama, MMA, Secretaria de Direitos Humanos, ABIN, SIPAN, FUNASA, MEC, todos os órgãos de governo que tenham afinidade com as soluções formuladas para este conjunto de problemas, de modo a dar sustentação articulada e integrada às ações necessárias e improrrogáveis em favor dos Cintas-Largas, de Rondônia e do Brasil.

Brasil, tão rico e tão grande, mas que não conhece a sua pluralidade étnica e, por isso mesmo, ainda não aprendeu a amá-la e respeitá-la efetivamente, nem compreende o quanto essa pluralidade torna tão singular e mais bela nossa identidade nacional.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, V. Ex^a será atendida na forma do Regimento. V. Ex^a também continua inscrita para falar após a Ordem do Dia.

Ainda na prorrogação da Hora do Expediente, o Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins, tem assegurado o uso da palavra para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Tocantins realiza, pela quarta vez, o maior evento de difusão de tecnologia direcionada ao setor rural de toda a região Norte brasileira. Trata-se da quarta edição da AGROTINS – Feira de Tecnologia Agropecuária –, uma iniciativa do Governo do meu Estado, que é tomada por intermédio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em parceria com instituições públicas (federais, estaduais e municipais), com a iniciativa privada e entidades de classe ligadas ao setor produtivo.

Pude constatar hoje, pessoalmente, o entusiasmo de todos os participantes que, na companhia do Minis-

tro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, do nosso Governador Marcelo Miranda, do vice-Governador Raimundo Nonato Pires dos Santos, do nosso Secretário de Agricultura, Roberto Jorge Sahium, e dezenas de outras importantes autoridades participaram da abertura oficial do evento.

Até o final desta semana, estarão expostos no Centro Agrotecnológico de Palmas os resultados de pesquisas realizadas por universidades e pela Embrapa, nos quais se destacam as novas tecnologias em sementes, insumos, técnicas de cultivo e manejo de pragas e doenças. Além disso, serão apresentadas as novas áreas de plantio de culturas anuais, tecnologia para agricultura familiar, para piscicultura, suinocultura, avicultura e também as últimas novidades em máquinas, equipamentos, implementos e serviços destinados ao campo.

Nesta edição, o parque de exposição foi ampliado e ganhou melhorias na sua infra-estrutura, com a inauguração de auditórios, área de alimentação e espaços mais bem divididos para os expositores e visitantes.

Na esteira das novidades, foram também inauguradas as obras da Unidade de Laboratórios da Unitins Agro, no Complexo de Ciências Agrárias do Estado do Tocantins. Esse é o resultado do termo de acordo de cooperação técnica entre a Unitins (Fundação Universidade do Tocantins) e a Seagro (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), visando à implementação da pesquisa agropecuária para o desenvolvimento rural do nosso Estado.

Na Unidade de Laboratórios da Unitins Agro funcionarão laboratórios de solos, fitossanidade, biotecnologia e cultura de tecidos, além de herbário, sala de experimentos, câmara fria, sala de treinamentos e ainda o Nemet – Núcleo Estadual de Meteorologia, numa área de 622m².

São esperados cerca de trinta mil visitantes, os quais deverão movimentar algo em torno de 20 milhões de reais. A feira tem ainda como meta capacitar 3 mil produtores rurais, 500 técnicos, implantar 60ha com experimentos e unidades demonstrativas.

As obras e iniciativas, juntamente com os resultados esperados nesta 4ª AGROTINS, mostram o quanto o Estado do Tocantins tem a oferecer ao Brasil e o quanto está se aparelhando e se preparando para assumir a liderança no setor da agropecuária em nosso País.

A abertura, hoje, da AGROTINS foi um sucesso e contou com a presença do Ministro Roberto Rodrigues.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Ribeiro, o Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Senadora Heloísa Helena tem a palavra para uma comunicação inadiável.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, ao chegar ao meu local de trabalho, depararei com dezenas de trabalhadores das chamadas casas de bingo. Eles estavam quase que desesperados na entrada do Congresso Nacional, ora tentando entrar aqui – e havia determinação de que não poderiam fazê-lo –, ora dizendo que a estrutura do governo estadual os estava impedindo de apresentar as suas faixas e reivindicações.

Sr. Presidente, eu me senti na obrigação de fazer um apelo à Casa, porque, como todos sabem, já tive oportunidade de, por várias vezes, me pronunciar sobre a maldita estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico, esteja ele onde estiver, esteja com raízes no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto, no Judiciário, nas estruturas de fiscalização deste País, nas casas de bingo, na estrutura do capital financeiro, esteja ele onde estiver. Nada me irrita mais do que o moralismo farisaico dos que acham que a solução para o combate ao narcotráfico está nas sardinhas, ou seja, nos filhos da pobreza, caracterizados como sardinhas, que abarrotam os presídios deste País, enquanto os verdadeiros tubarões da estrutura do narcotráfico permanecem absolutamente impunes. Até porque quem tem iate ou avião para transportar livremente pasta base de cocaína ou outras estruturas importantes para o narcotráfico é evidente que não são os filhos da pobreza.

Sr. Presidente, sei que este é um debate que vamos fazer na próxima semana porque, embora esteja na pauta, a tal MP dos Bingos não será votada agora. O apelo que faço à Casa é que tenhamos uma atenção muito especial. Já tive oportunidade de ser muito sincera em relação ao caso. A minha preocupação é especialmente com os trabalhadores das casas de bingo. É evidente que não podemos generalizar dizendo que todos os empresários dessa estrutura estão diretamente envolvidos com a lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico no País. Eu já disse várias vezes nesta Casa que só uma comissão parlamentar de inquérito poderia realmente me fazer, até humildemente, pedir desculpas à opinião pública, aos empresários do bingo ou à cúpula do PT incrustada no Palácio do Planalto; eu só diria que eles são ino-

centes se uma comissão parlamentar de inquérito me mostrasse isso, até porque a estrutura dos jogos neste País sempre foi instrumento para lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico. E se existem empresários de bingo, ou Ministro da Casa Civil, ou Presidente da República, ou Senador, ou Parlamentar envolvidos com a estrutura do narcotráfico e a lavagem de dinheiro, é de fundamental importância que haja uma CPI, porque só a CPI, por ter poder de investigação próprio das autoridades judiciais, pode realmente identificar e desvendar os mistérios sujos dessa operação. Daí a necessidade, a importância de se abrir uma comissão parlamentar de inquérito.

Sr. Presidente, espero que o Relator da medida provisória e os Senadores possam se dedicar especialmente a analisar a situação dos trabalhadores empregados nas casas de bingo. Isso é de fundamental importância. Temos que pensar coletivamente que alternativas vamos criar, porque a esta altura apenas o Senador Maguito Vilela pode efetivamente incluí-las, por meio de projeto de lei de conversão. E espero que isso possa ser feito com auxílio desta Casa.

Mais uma vez, Sr. Presidente, faço um apelo para que os Líderes da Base do Governo indiquem os membros da comissão parlamentar de inquérito para que possamos, de fato, desvendar os mistérios sujos da lavagem de dinheiro do narcotráfico em nosso País. Se existem ou não representantes dos empresários de bingo na Casa Civil ou no Palácio do Planalto, a única alternativa que temos para desvendar esses mistérios sujos é a comissão parlamentar de inquérito.

Na próxima semana estaremos analisando a chamada MP dos Bingos, que todos sabem caracteriza uma demagogia vexatória do Palácio do Planalto. Na abertura dos trabalhos da Casa, apresentaram aqui, em mensagem presidencial, a regulamentação dos bingos e, depois que o escândalo Waldomiro estourou, para abafar a operação, montaram uma tropa de choque aqui no balcão de negócios para viabilizar que a base de bajulação não indicasse os membros da comissão parlamentar de inquérito e acabaram editando a medida provisória. Portanto, fica o meu apelo ao Relator da medida provisória e a todos os Senadores para que estudemos uma alternativa concreta, ágil e eficaz para os trabalhadores, que são mulheres e homens dignos que nada mais estão fazendo do que defender os seus postos de trabalho. Num País marcado pela maior taxa de desemprego dos últimos 18 anos, é inadmissível que o Senado fique insensível diante de uma situação como essa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

3

Item 1:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral
(Bloco/PT – MS)

A sessão foi suspensa por solicitação do Relator, que pediu 24 horas para emitir o seu Parecer sobre a Emenda nº 9 apresentada.

Com a palavra o Relator.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir mais vinte e quatro horas exatamente para buscar um acordo para esse tema tão importante debatido na sessão de ontem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – De acordo com art. 348, II, defiro a solicitação de V. Ex^a.

Encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(PMDB-RR)

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 22, DE 2004

*(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela
(PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Voltamos à lista de oradores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, novamente gostaria de pedir ao Senador Delcídio Amaral que seja dada uma interpretação ao estado de espírito das vinte e quatro horas, senão vamos começar muito tarde amanhã. Se a Oposição resolver considerar rigidamente as vinte e quatro horas, iremos começar a votação praticamente às 16 horas e 30 minutos. São quatro itens ou mais a serem votados, de acordo com o que vier da Câmara dos Deputados.

Agradeceria também se V. Ex^a puder informar ao Plenário se foi confirmada para amanhã aquela audiência pública proposta ontem sobre a situação no Rio de Janeiro, com a presença da Governadora e do Prefeito, a ser realizada à tarde, no plenário desta Casa, para que todos os Senadores possam se programar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A pergunta de V. Ex^a pode ser respondida pelo Presidente da Subcomissão de Segurança da Comissão de Constituição e Justiça, que ficou encarregado de fazer a audiência pública referida.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Sem Partido – AL)

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um pequeno esclarecimento sobre o andamento dos trabalhos, até porque o Senador Delcídio Amaral tem todo o direito, como Relator, de solicitar mais 24 horas. É importante que fique absolutamente claro para o povo brasileiro que quem está obstaculizando a votação da matéria não é a Oposição. A Oposição quer votar contra, porque não quer ser parte de um vexatório balcão, certamente, de criação de cargos, a serem distribuídos, em ano eleitoral, sabe Deus a quem. Então é importante que se deixe claro que não é a Oposição que está obstaculizando. Se a base do Governo não tem número suficiente para aqui aprovar a medida provisória, ela efetivamente tem que assumir isso. Ou entendamos todos nós que o Senador Delcídio Amaral quer mais 24 horas para trabalhar a possibilidade de modificação do relatório. Mas a Oposição nada tem a ver com isso. Se ficamos até as 22 horas de ontem debatendo o tema é porque regimentalmente é permitido. Se poucos defenderam o Governo, é porque a proposta é feita mesmo para se defender.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tem a palavra pela ordem o nobre Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu queria me referir à opinião, à palavra do Senador Eduardo Suplicy, que mencionou que a Oposição poderá ser rígida com relação às 24 horas. Como a Senadora Heloísa Helena acabou de dizer, quem está pedindo prazo não é a Oposição. A Oposição estava pronta para votar ontem à noite, prontinha. Havia número, ela estava pronta para votar.

Acontece que a matéria é inconveniente ao interesse nacional, é inoportuna no momento em que os policiais federais fazem um “apitajo” ou um “relampejado” na porta do Ministério da Justiça reivindicando aumento de salário que o Governo insiste em não dar. Como é que o Governo aparece com uma proposta, com uma medida provisória que trata da nomeação, sem concurso público, de mil e quatrocentas pessoas para cargos de confiança, com salário de mil a sete mil reais, salário médio superior a quatro mil reais, e mais inúmeras funções gratificadas e quer que a Oposição se manifeste favoravelmente?

Não estamos obstaculizando a apreciação da matéria, mas defendendo um ponto de vista. Vamos votar de forma contrária e estamos prontos para votar! Se o Relator assim o desejar, se quiser fazer encaminhamento de votação agora, a Oposição estará pronta para votar e votará – repito – de forma contrária.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabei de entregar ao Relator umas contas que tive oportunidade de fazer, para exatamente auxiliá-lo no parecer que vai dar sobre esse destaque.

Dei-me o trabalho, Sr. Presidente, de examinar, desde o DAS-6 ao DAS-1, os valores dos salários e o percentual que o PT cobra de cada um desses companheiros. Cito como exemplo o valor de DAS-6, que é de R\$7,5 mil de salário para um total de 12 pessoas, o que resulta em R\$90 mil, com um custo total anual de R\$1,170 milhão. O PT cobra desses 12 companheiros 10%, o que equivale a R\$117 mil. Na tabela, segue o valor de DAS-5, que é de R\$6,3 mil de salário, o que corresponde a um custo total anual de R\$5,733 milhões. O PT cobra 10%, o que equivale a R\$573 mil.

Para não ser repetitivo e não perdermos tempo, entreguei esses dados ao Senador Delcídio Amaral – e gostaria de dizer que os estou entregando também a outros companheiros, inclusive ao Senador Ney Suasuna, Líder do PMDB em exercício –, exatamente para que possamos analisar isso com mais calma.

Há outro fato importante, Sr. Presidente. Ontem, o Senador Aloizio Mercadante disse que muitos desses recursos eram para funcionários públicos concursados. Também fiz essa conta: do total de R\$46,373 milhões, que esse trem da alegria vai custar por ano, o valor de R\$41,992 milhões é exatamente o correspondente aos cargos comissionados. Apenas R\$4,380 milhões

são correspondentes a gratificações – portanto, são 10% desse salário.

Entendo que são pontos muito esclarecedores, a fim de que possamos votar o projeto. Peço, inclusive, ao Senador Delcídio Amaral que amanhã possamos votar o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a minha inscrição como Líder da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Mesa aguarda a solicitação de V. Ex^a.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Será entregue logo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves, pela Liderança do PFL.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, de acordo com a autorização da Mesa.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje a fim de tecer alguns comentários a respeito de uma questão altamente importante para a nossa economia, que tem penalizado de forma injusta os consumidores, sobretudo os mais carentes. Refiro-me à cobrança do GLP, ou seja, em linguagem mais simples, o aumento no preço do gás de cozinha. Esse aumento tem sido divulgado pela imprensa, em uma versão equivocada, procurando atribuir aos Estados produtores, como é o caso do meu Estado, a culpa por parte do recente aumento de um produto essencial à cesta básica do brasileiro.

Segundo a tese divulgada, inclusive pelo Governo, os Estados produtores estariam cobrando indevidamente o ICMS do gás natural, onerando o GLP, seu derivado direto, e praticando o crime da bi-tributação, já que, por sua vez, os Estados consumidores continuam cobrando o ICMS no local da venda.

Tais notícias têm repercutido, nesta Casa, em pronunciamentos do meus ilustres Pares com muita

razão, preocupados que estamos com esse impasse, porque realmente pode estar ocorrendo uma bi-tributação, prejudicando o comprador. Mas, a bem da verdade, ao contrário do que se tem noticiado, a culpa não cabe aos Estados produtores, mas sim aos Estados consumidores, que, acredito por engano, continuam a cobrar um ICMS que não lhes cabe.

Permitam-me, preliminarmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dizer-lhes que minha afirmação não está lastreada em análises acadêmicas sujeitas a contestações variadas, mas na interpretação rigorosa do texto legal que rege nosso sistema tributário.

Embora discorrer sobre dispositivos tributários requeira uma análise um tanto árida, parece-me, contudo, inadiável fazê-lo para evitar que novas penalidades tributárias continuem a recair ilegalmente sobre um consumidor já tão esmagado por uma legislação tributária absurda, uma das maiores do mundo, que, lamentavelmente, o atual Governo continua insensatamente aumentando.

Primeiramente, é imperativo que se diga que os Estados produtores do gás natural e seus derivados não estão inovando ou criando direito algum ao realizarem a cobrança de parcela de ICMS na origem da operação de comercialização do GLP, produzindo a partir do gás natural. Estão apenas acordando de uma letargia de 15 anos e exercendo o direito constitucional que lhes é assegurado: realizar a cobrança de tributo que lhes cabe.

O primeiro aspecto importante que merece o devido reparo é o de natureza técnica. É o pressuposto fático que indica a tributação. Daí por que o conceito atribuído às coisas e fatos ensejou a hipótese de incidência da norma tributária. Desconsiderar a natureza das coisas para enquadrá-las em determinada norma é ferir de morte a adequação do fato ao direito, ou seja, a aplicação da lei hipotética ao mundo real, lei esta de cuja criação participou, ativa e indispensavelmente, esta Casa – e a seus membros é incumbido o respeito, a obediência e, principalmente, o zelo.

Analisando-se a questão sem emocionalismo e nos reportando simplesmente ao texto legal, não resta nenhuma dúvida. Afirmar que o GLP, o gás de cozinha, é produzido em refinaria e que também poderia ser produzido diretamente no poço de petróleo, ou seja, “destilado por Deus, que ali o colocou”, é o mesmo que conferir igual valor à grafite e ao diamante. Afinal, ambos são formados por átomos de carbono que a natureza apenas arrumou de forma diversa.

A diferença do tratamento tributário conferido ao petróleo e seus derivados, e ao gás natural e seus derivados, é decorrente do fato de que, muito embora os dois sejam compostos por átomos de carbono, a

natureza arrumou-os de formas diferentes: o petróleo em estado líquido e o gás natural em estado gasoso. Portanto, indispensável é a distinção entre os dois produtos que, até por determinação legal, poderiam ter o mesmo tratamento. Ocorre, entretanto, que essa não foi a opção do Constituinte ou do Legislador ordinário.

A realidade fática, ou seja, a diferença entre os dois produtos compostos de carbono, foi plenamente acolhida por esta Casa, que aprovou a legislação tributária pertinente, e hoje integra o texto legal.

Impõe-nos, portanto, puramente cumprir a lei e não apelar para sofismas diversionistas, que redundam em bi-tributação pela cobrança ilegal do GLP, o gás de cozinha, nos Estados consumidores. Em resumo, a lei estabelece sem laivo de dúvidas: esse privilégio pertence exclusivamente aos Estados produtores, de modo inverso ao que ocorre com o petróleo.

A Constituição Federal, em seu art. 20, § 1º, deixa claro o fato de que, para o constituinte, petróleo e gás natural não são a mesma coisa, merecendo tratamento diferenciado, tanto que ambos são expressamente mencionados entre os bens naturais, cuja exploração dará direito ao recebimento de participação no resultado por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Estabelece o art. 20, § 1º da Constituição:

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

Petróleo ou gás natural. O constituinte, de maneira deliberada, distingue os dois produtos, identificando-os e conferindo-lhes tratamento diferenciado. Quisesse o constituinte identidade de tratamento, utilizar-se-ia de um termo genérico para se referir a ambos os produtos, a exemplo da denominação substantiva hidrocarboneto, onde os dois produtos poderiam ser igualmente classificados, para que tivessem o mesmo tratamento.

Percebe-se, dessa forma, que não foi apenas Deus quem diferenciou os hidrocarbonetos petróleo e gás natural, os nobres integrantes do Congresso Nacional também o fizeram. Registre-se, aliás, com todo senso de justiça.

Em decorrência dessa distinção realizada é que o petróleo e o gás natural sempre tiveram tratamento tributário diferenciado previsto na Constituição. Qui-

sesse o constituinte conferir tratamento idêntico teria feito expressa menção aos dois hidrocarbonetos no § 2º, X, **b**, do art. 155 da Constituição Federal, que trata da regra da não incidência do ICMS.

Essa regra excepcional informa não incidir o ICMS “sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica”. Como a opção do constituinte foi tratar diferentemente o petróleo e seus derivados, do gás natural e seus derivados, apenas foram retirados da hipótese de incidência o petróleo e os lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.

Com efeito, afigura-se claramente que é a única e exclusiva para o petróleo e seus derivados a regra de não incidência, não sendo aplicável ao gás natural e seus derivados, como é o caso do GLP produzido no Estado de Sergipe.

Sr. Presidente, ratificando o entendimento consagrado pelo constituinte originário, o constituinte derivado, ao editar a Emenda à Constituição nº 33, confirma a regra inicial implícita existente por exclusão de que ao petróleo e ao gás natural e seus respectivos derivados será conferido tratamento tributário diferenciado.

Temos, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que à comercialização de GLP aplica-se à regra geral tributária, cabendo aos Estados produtores a primeira fase da cobrança do ICMS, e aos demais a cobrança do imposto sobre a diferença de alíquota, de forma a não ocorrer cumulatividade tributária. A compreender de outro modo, chegar-se-ia ao entendimento esdrúxulo por parte dos contribuintes de que a circulação de gás natural e seus derivados não seria tributada, pois estaria carente de previsão legal para que a amparasse, o que, convenhamos, é coroar o absurdo.

Diante da transparência e clareza da legislação, dúvidas não tenho de que este Plenário ou qualquer pessoa jamais poderá, de boa-fé, questionar a constitucionalidade da decisão dos Estados produtores em ampliar aos derivados do gás natural e, dentre eles, ao GLP dele derivado, o mesmo tratamento tarifário do ICMS praticado para qualquer outra mercadoria.

No caso específico do Estado de Sergipe, o GLP lá produzido é derivado única e exclusivamente do gás natural e não do petróleo, razão pela qual o tratamento tributário a ser conferido ao referido produto é o mesmo atinente ao gás natural e às mercadorias em geral, pois aplicável, repita-se, à regra matriz geral.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Maria do Carmo Alves, quando puder, gostaria de ter permissão para um aparte.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Concedo um aparte ao nobre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senadora Maria do Carmo Alves, não vou entrar no mérito da ordem econômica e do problema do ICMS sobre o gás liquefeito de petróleo ou de gás natural, como V. Ex^a está expondo. V. Ex^a tem o zelo de descrever não só o gás liquefeito, como fazer uma comparação com o combustível produzido à base de petróleo. Também trata da legislação pertinente à cobrança correta do ICMS. O ângulo que devemos focar é a responsabilidade do Governo Federal sobre o aspecto social. Havia, para as pessoas mais carentes, um benefício de desconto, uma suplementação, para que as pessoas pudessem comprar o gás. Parece-me que o preço hoje é de R\$30,00 por botijão, e o Governo tinha de dar uma boa parte para que a parcela da sociedade mais carente pudesse, com seu salário, adquirir e utilizar com tranquilidade o gás para preparar a sua refeição diária. Mas o preço do botijão não poderia ultrapassar 10% a 15% do valor do salário mínimo. Então, esse aspecto, com a junção de todos os projetos sociais, enseja-nos analisar onde ficou a ajuda que o Governo Federal dava para a compra do botijão de gás. Pela descrição de V. Ex^a, isso parece ter desaparecido. Esse é um ponto que temos de analisar. V. Ex^a está pensando no mais carente, naquele que realmente precisa da ajuda do Estado para sobreviver, naquele que não está pedindo esmola, pois está ganhando alguma coisa. Essa não é uma luta contra a fome, mas pelo direito de usar os benefícios da modernidade. Cumprimento V. Ex^a e reafirmo que o Governo tem de nos informar onde foi parar a ajuda ao cidadão para a compra do gás.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Maria do Carmo, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Concedo o aparte ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senadora Maria do Carmo, dois assuntos da maior importância foram tratados aqui: um por V. Ex^a e o outro pelo Senador Romeu Tuma. Quero me somar a V. Ex^a e dizer claramente que não há bitributação. Não está havendo qualquer bitributação, e os Estados produtores não podem ser acusados disso. O que está havendo é que a Constituição não está sendo respeitada – esse é o ponto –, quando se faz a cobrança do ICMS na fronteira. V. Ex^a tem absoluta razão de abordar esse tema, mesmo porque teremos de discutir cada vez mais esse assunto. Não devemos permitir que a Emenda à Constituição nº 33 seja desrespeitada. Então, V. Ex^a tem absoluta razão, e não está havendo em hipótese alguma bitributação. O outro aspecto levantado por V.

Ex^a e também exposto pelo Senador Romeu Tuma é o preço do GLP, do gás de cozinha. No meu entendimento, temos que ampliar a subvenção a esse produto, porque a sua produção – e refiro-me não ao que é produzido no poço, mas ao que é destilado do petróleo, nas refinarias – fica ao critério exclusivamente técnico da Petrobras e dos seus quinhentos mil acionistas. Então, precisamos ver o que o povo, neste momento, tem a receber. Tem que haver claramente uma subvenção para o GLP. Louvo sobremaneira a ponderação feita por V. Ex^a, tanto em relação a essa questão social quanto no tocante ao aspecto constitucional. Por mais que o assunto seja árido, como disse V. Ex^a, não há bitributação, mas desrespeito à Constituição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não, Senador

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Maria do Carmo Alves, congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade deste pronunciamento. Enquanto aqui estamos discutindo a questão da bitributação, o povo nos telefona. Graças à eficiência da TV Senado, acabo de receber vários telefonemas do povo, de cidadãos de classe média e baixa do meu Estado do Piauí, pedindo para que eu parabenize V. Ex^a pela sensibilidade de trazer esse assunto à Casa. O último telefonema que recebi foi de uma senhora que reside em um dos bairros mais populosos de Teresina, Dirceu Arcoverde, que me disse: “Pois é, Senador, enquanto isso, o botijão de gás vai sofrer um aumento de R\$5,00. Até que se discuta este assunto, o sofrimento vem para o nosso bolso”. Portanto, associe-me a V. Ex^a nessa cruzada e coloque-me à sua inteira disposição. O discurso de V. Ex^a tem que ter consequência. É apenas o início de uma luta que vem de algum tempo e que precisa ser levada a sério, para que se encontre uma solução com rapidez para a questão. Louvo também o Senador Rodolpho Tourinho pelo aparte enriquecedor, uma vez que, especialista na questão, traz ao debate subsídios importantes para a defesa do menos assistido e do mais carente. Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço aos Srs. Romeu Tuma, Rodolpho Tourinho e Heráclito Fortes pelos apartes. Concordo com V. Ex^{as} em que temos que nos empenhar fortemente nessa luta, porque as pessoas mais carentes não podem pagar mais de R\$30,00 por um botijão de gás. Lamentavelmente, vamos voltar ao tempo em que se cozinhava nos fogões a lenha, se vigorar a proposta de aumentar o preço do botijão de gás em R\$5,00.

Portanto, Sr. Presidente, o que podemos verificar é que o procedimento fiscal adotado pelos Estados produtores não caracteriza um problema de bitributação na venda de GLP, porque, sendo o ICMS um imposto não cumulativo, a carga tributária já paga é compensada da carga tributária futura.

Somente haverá bitributação se os Estados consumidores abandonarem os princípios que regem a ordem tributária nacional, passando a exigir recolhimentos indevidos contra os quais os contribuintes deverão valer-se do Poder Judiciário para livrar-se da obrigação.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Maria do Carmo Alves?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não, Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL RN) – Senadora Maria do Carmo Alves, acrescento um fato a mais ao que V. Ex^a acaba de citar. Haverá bitributação se não for respeitada a Emenda nº 33, de 2002. V. Ex^a defende é a possibilidade de se evitar que o seu Estado e o meu Estado, por exemplo, além de uma queda, levem um coice. Porque Sergipe e Rio Grande do Norte produzem petróleo e não recebem nenhum real de ICMS. Se o seu Estado e o meu Estado cobrassem ou se a Constituição permitisse que fosse cobrado o ICMS sobre o petróleo extraído de Sergipe ou do Rio Grande do Norte, o Governador João Alves e a Governadora Wilma Faria, talvez, nem precisassem vir a Brasília buscar coisa nenhuma. A riqueza do Estado seria suficiente à equação dos problemas de Sergipe e do Rio Grande do Norte. A Constituição não dá cobertura, mas dá cobertura, pela Emenda nº 22, para o gás extraído, independentemente do petróleo, ou seja, gás independente de petróleo, até transformado em GLT, para que o gás consumido por outros Estados pague a tributação no Estado de origem. O que V. Ex^a, portanto, está defendendo, e quero endossar em gênero, número e grau, é a Constituição Brasileira, que, se por um lado, nos apenas na questão do ICMS do petróleo, por outro, nos dá cobertura no ICMS do gás. Mas perder a arrecadação do ICMS do petróleo e, agora, por meio de um *bypass* na interpretação da lei, falar em bitributação, permitir a cobrança do ICMS na fronteira de Estado produtor com Estado consumidor, é burlar a Constituição. Estou acompanhando esse assunto muito de perto com a Governadora do meu Estado, com os interesses da Bahia e de Sergipe, dos centros produtores de gás, vou procurar ajudar no que puder na interpretação da Adin que está colocada junto ao Supremo e que trata desse assunto, não para defender interesses do meu Estado de Sergipe, pura e simplesmente, mas para defender, como Parlamentar

que sou e V. Ex^a o é, a Constituição, a defesa da interpretação clara e cristalina, sem nenhuma dificuldade do que reza a Constituição brasileira, que eu ajudei a fazer em 1988.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Pois não.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – O caso da nossa Paraíba é exatamente contrário ao do Rio Grande do Norte. A Paraíba está sendo taxada com o maior índice sobre o gás. Não é culpa do Estado de V. Ex^a e de nenhum outro Estado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdão, Sr. Presidente, serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo já se esgotou.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Já vou concluir. A verdade é que a Paraíba está sendo bitributada e estamos com esperança nessa Adin. Entendemos a posição de V. Ex^a, que tem que defender o seu Estado, mas estamos muito perplexos de ver que, em um Estado pobre como a Paraíba, o preço do botijão de gás aumentou em 10,18%, chegando, em algumas cidades, a R\$40,00. Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Agradeço aos Senadores José Agripino e Ney Suassuna pelos apartes tão esclarecedores.

Acredito que atribuir o aumento do preço do botijão de gás de cozinha aos Estados produtores é esquivar-se de responsabilidade, que é própria dos Estados consumidores.

Logo, se está sendo constatado o aumento do número de latas de óleo servindo de fogareiro nesses Estados consumidores, devem os parlamentares interessados, junto aos seus governadores e às suas Secretarias de Fazenda, diligenciar para que estes não penalizem o pobre cidadão, promovendo de modo ilegal o aumento do gás de cozinha, visto serem eles os únicos responsáveis pela cobrança em duplicidade do ICMS.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a responsabilidade e a solução do problema do aumento do custo do botijão de gás, no que diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, está nas mãos dos Estados consumidores do GLP derivado do gás natural, não cabendo, portanto, culpa alguma aos Estados produtores, que apenas aplicam a legislação pertinente de acordo com as normas constitucionais vigentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Maria do Carmo Alves, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela Liderança da Minoria, ao Senador Efraim Morais.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, li, nos jornais, que o PL pediu para se desligar do Bloco. Indago à Mesa se esse fato é verdadeiro, porque, se o for, o PMDB passará a ser o maior Partido no Senado e, portanto, terá direito à Liderança da Maioria. Assim, instarei ao meu Líder, como fez hoje toda a Bancada, que faça valer os nossos direitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, ontem foi lido o requerimento do Senador Magno Malta, Líder do PL, informando o desligamento do PL do Bloco. A solicitação de V. Ex^a será levada à Presidência da Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo ao Senado Federal que estamos recebendo a visita auspiciosa da Senadora Ideli Salvatti, recuperada de uma cirurgia importante da coluna. S. Ex^a está quase pronta para o bom combate nesta arena democrática que é o plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência manifesta as boas-vindas à Senadora Ideli Salvatti e deseja sua pronta recuperação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento de V. Ex^a. Quando o Senador Ney Suassuna pede para mudar o Líder da Maioria, por acaso S. Ex^a está querendo destituir o Líder Aloizio Mercadante?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Do Governo!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas o Governo é a Maioria. Quem é o Líder da Maioria nesta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Líder do Governo é o Senador Aloizio Mercadante e o Líder do PMDB é o Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – E quem é o Líder da Maioria?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não há. Por enquanto não se apresentou.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É a Senadora Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – S. Ex^a é Líder do PT.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas a Senadora Ideli Salvatti é Líder do Bloco de apoio ao Governo, e não da Maioria.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – É verdade. É a Líder da Maioria.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – A Maioria tem que ter mais de 40 membros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria que não houvesse debate entre os Parlamentares. Peço aos Srs. Senadores que se dirijam à Mesa para que sejam esclarecidas as dúvidas.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Quero só perguntar quem é o Líder da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não há. Com a saída do PL, devido ao número de Senadores, a Senadora Ideli Salvatti perdeu a Liderança da Maioria. Portanto, o PMDB tem que definir e encaminhar ao Presidente o nome do Líder do partido majoritário, que é o PMDB.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Há precedente na Casa. Como as definições de Bloco de apoio ao Governo e da Maioria foram determinadas no início dos trabalhos deste período legislativo, a ponderação que faço à Mesa é que considere a possibilidade de se manter a Líder Ideli Salvatti à estrutura administrativa, que lhe é de direito, até o fim deste período legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela estrutura administrativa para cálculo do início da gestão, está certo, mas para a discussão em plenário, modifica o quadro.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Portanto, apenas do ponto de vista administrativo.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr.

Presidente, em primeiro lugar, quero saudar, com muita alegria, o retorno da Senadora Ideli Salvatti a este plenário. Pelo visto, S. Ex^a não vai encontrar aqui dias de calmaria, mas de tormenta, provocada pelos próprios aliados da sua Bancada.

Quero dizer ao Senador Ney Suassuna, a quem quero muito bem, que discordo frontalmente de S. Ex^a. A Senadora Ideli Salvatti só poderá deixar de ser Líder da Maioria se esse cargo tiver que passar para o Senador Efraim Morais, porque, na marcha em que as coisas estão acontecendo, com essas intensas desfilições e mudanças de bloco, a tendência é a Minoria se tornar Maioria. Mas esse é um segundo processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Há um orador na tribuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Estamos interrompendo o Líder da Minoria.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não

concluí a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vamos deixar o Senador Heráclito Fortes terminar a sua questão de ordem e já passarei a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito

obrigado.

Feito este registro, renovo aqui, em nome dos meus companheiros do PFL, a alegria pelo retorno da Senadora Ideli Salvatti. Quero dizer que S. Ex^a conta com o apoio do PFL para a sua permanência na presente função.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– E qual é a questão de ordem, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eu já

a explicitarei: não abrimos mão na mudança das regras do jogo. A Senadora Ideli Salvatti, por vontade nossa e até mesmo por obediência regimental, será a Líder da Maioria nesta Casa.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,

pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna e, logo após, a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não

há equívoco, Sr. Presidente. A Senadora Ideli Salvatti continua Líder do PT ou do Bloco que remanesce. Apenas o PMDB, sendo agora o maior Partido, passa a ter direito à liderança da Maioria, função essa que

não existe, que passará a existir. Uma não colide com a outra.

Não estamos entrando nesse mérito, mas apenas pedimos informações à Mesa por ser este o nosso entendimento. Queremos esclarecimentos a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Vamos levar este tema à Presidência da Casa, para que, amanhã, S. Ex^a traga a definição.

V. Ex^a, sem dúvida, tem razão na contagem.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu caro

Presidente, quero deixar bem claro que a nobre Senadora Ideli Salvatti continua Líder do Bloco PT, PSB e PTB. Quem saiu do Bloco foi o PL, o que desfez o conceito de Bloco da Maioria, mas isso seguramente será interpretado a partir de agora pela Mesa, e S. Ex^a continuará Líder do Bloco PT, PSB e PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Efraim Morais, por favor, como Líder da Minoria.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, há mais um Senador pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) –

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – CE) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer que o PSB já fez parte do Bloco de Oposição. Desligou-se do mesmo e, nem por isso, deixou de ser Oposição.

Assim, a informação que quero dar à Casa, recebida ontem, é que o Líder do PL se desligou do Bloco, mas continua apoiando o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a não é da Situação? V. Ex^a continua na Oposição, mas me parece que é da situação!

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais como Líder da Minoria, por vinte minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, veja V. Ex^a que a Minoria desta Casa está em paz; a Oposição está em paz, e a briga, a guerra ocorre dentro do Governo. Parece-me que o Governo do Presidente Lula não está satisfazendo as condições dos partidos aliados.

O assunto que vou tratar é sobre greve. Faço um apelo aos companheiros do Governo para que tenham paciência em relação a essa questão de liderança.

Concordo com o Senador Heráclito Fortes no sentido de que, com a saída do PL do Bloco, com o estremecimento do PMDB, vamos ter que acumular também a liderança da Maioria daqui a pouco. Portanto, peço ao companheiro e conterrâneo Ney Suassuna que tenha paciência. Sei da sua competência,

mas, no momento, segundo o próprio Governo, deve-se tentar uma agenda positiva. O Governo quer uma agenda positiva!

O Governo está paralisado, e quem está paralisando o Governo não é a Oposição; quem está paralisando o Governo é o próprio Governo, porque está na hora de o Presidente Lula governar.

Sr. Presidente, faço um apelo aos companheiros do Governo: façamos uma agenda positiva. Que venham ao plenário votar, porque ontem não conseguiram; hoje, também não vieram, e a Oposição estava aqui para votar!

Quando se queria implantar e se criar a CPI do Waldomiro, o Governo disse que a Oposição queria parar o Brasil. Abafaram a CPI do Waldomiro e, agora, não há agenda positiva! O Governo não se entende, as Lideranças não se entendem.

Como Líder da Minoria, faço um apelo à Base do Governo: vamos votar, vamos elaborar uma agenda positiva para o País, vamos ajudar o Governo a governar ou a iniciar o seu Governo.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que trago nesta tarde é a greve da Polícia Federal, órgão que V. Ex^a tão bem honrou, Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma. Greve que já dura dois meses e tem sido alvo de críticas e de transtornos, sobretudo em face da intransigência exibida pelo Governo Federal no trato da questão.

É uma atitude que surpreende e decepciona a todos por pelo menos dois motivos: o primeiro decorre de algo simples. Os grevistas, como pretendo demonstrar neste pronunciamento, têm razão, mas estão sendo tratados como se não tivessem. A lei – e irei demonstrá-la – está ao lado deles.

O segundo motivo decorre do paradoxo de estar agindo assim um Governo que tem em seu comando um Presidente da República cuja liderança e prestígio foram forjados exatamente no trato desse tipo de questão. Quantas e quantas vezes o líder sindical Lula criticou a intransigência dos patrões mesmo quando nenhuma lei estava sendo violada? No caso presente, repito, a lei está com os policiais grevistas. E o Presidente e ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva não manifesta a mais remota sensibilidade para com a natureza do que está sendo reivindicado. E o que está sendo reivindicado é justo e rigorosamente legal.

Senão, vejamos: as Leis nºs 5.645, de 1970, e 9.266, de 1996, transformaram todos os cargos dos quadros da Polícia Federal de nível médio em nível superior. Primeiramente, foram os delegados, pela lei de 1970. Depois, vieram os agentes, os escrivães e papiloscopistas, em 1996.

Ora, Sr. Presidente, ocorre que, em contradição com a elevação funcional dessas categorias ao nível superior, os vencimentos básicos respectivos não sofreram, desde então, qualquer alteração. Ou seja, servidores de nível superior recebem, ainda, oito anos após a sanção da lei, vencimentos de nível médio. E a situação é tanto mais esdrúxula quando se sabe que as diárias de deslocamento que eventualmente lhes são pagas têm como base a tabela de nível superior. Quer dizer, há o reconhecimento explícito de um direito que lhes é negado sistematicamente.

A situação seria risível e poderia ser encarada como mera falha da burocracia estatal não fosse a existência de afronta direta ao texto legal em vigor, reforçada pelas manifestações expressas do Tribunal de Contas da União, da Justiça Federal, da Procuradoria Geral da República e da própria administração do Departamento de Polícia Federal (DPF). Fica, pois, difícil compreender a intransigência do Governo em não aquiescer à mais do que justa reivindicação dos profissionais da Polícia Federal.

O Sindicato dos Policiais Federais no Distrito Federal protocolou, em 17 de setembro de 2003, no gabinete do Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, ofício em que encarecia que a reivindicação fosse encaminhada ao Ministro da Justiça para atendimento, o que foi feito no dia seguinte, com a observação do diretor-geral de que apoiava o pleito, com base em parecer da Coordenação de Recursos Humanos de seu próprio órgão e na manifestação da Advocacia Geral da União, de 2003.

Recebido o expediente do Diretor da Polícia Federal, foi ele encaminhado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para “análise e manifestação dessa Pasta”, no dia 24 de outubro de 2003, após o que nada aconteceu. O Governo silenciou sobre o pleito e não lhe deu resposta alguma, o que é simplesmente espantoso, para dizer o mínimo. Ao contrário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou a acusar os policiais de tumultuarem a vida dos cidadãos nos aeroportos e de reivindicarem aumentos salariais. Incomodou-se – e incomoda-se – com as consequências, mas despreza as causas. E elas se resumem no desprezo aos direitos dos grevistas.

Parece-nos, Sr. Presidente, que este Governo, para além do discurso da transparência, está-se tornando mestre na mistificação e no desrespeito aos pleitos da sociedade. A tabela que foi anexada à Lei nº 9.266 herdou das normas anteriores, para agentes, escrivães e papiloscopistas, os valores dos vencimentos básicos das então tabelas de nível médio, consolidando a dicotomia entre a classificação funcional revista

para cima e a remuneração retida em nível inferior, o que configura incongruência inaceitável.

Mesmo com pareceres favoráveis e com decisão da Justiça Federal da 5ª Região do Estado do Ceará, também favorável aos demandantes, o Governo faz ouvidos moucos e cala-se em seu dever de dar satisfação às legítimas pretensões dos demandantes da Polícia Federal.

Sr. Presidente, legislar não pode ser ato inócuo em nosso País se quisermos ter uma sociedade organizada e justa. Legislar e fazer respeitar as leis são pilares do Estado democrático de direito. A folclórica tradição brasileira de leis que “não pegam” é intolerável e demonstra o despreparo de dirigentes, legisladores e sociedade no exercício da democracia.

Respeito às leis – e leis justas – é princípio basilar, sem o qual desmorona a ordem jurídica, deteriora-se a credibilidade das instituições políticas do Estado e estabelece-se o caos social. Se as leis estão mal redigidas, que se lhes dê nova redação e a devida adequação às exigências sociais. O que não se pode é passar ao largo das leis, como se simplesmente não existissem. Nada mais pernicioso para uma sociedade do que a desmoralização de sua ordem jurídica e o advento de um estado de anomia. Esta, no entanto, parece ser a situação que se apresenta em face da demanda dos servidores da Polícia Federal.

Eles, por meio de sua legítima representação, formularam fundada e justa demanda às autoridades competentes, seguindo os devidos protocolos hierárquicos, sem que houvesse, da parte das autoridades ministeriais, qualquer empenho em estabelecer um diálogo. É no mínimo estranho, para um Governo que tem a comandá-lo um dos maiores líderes sindicais da História do Brasil.

Quando os superiores desprezam as demandas de seus subordinados, colhem, fatalmente, o desgaste de sua autoridade. No caso de uma corporação como a Polícia Federal, responsável pela mais alta administração da segurança nacional, é algo gravíssimo. Como podemos falar em segurança do Estado e dos cidadãos se a sua principal força é tratada como se não existisse?

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, uma das atribuições precípuas do Estado – sobretudo um Estado democrático de direito – é garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos. Um dos instrumentos mais eficazes para garantir esse ambiente de legalidade é o aparelho policial de vigilância e proteção da sociedade contra o abuso de indivíduos ou grupos que a ameacem. E a Polícia Federal é a elite dessa estrutura de proteção à sociedade. Não pode, pois, ser tratada

dessa maneira, fragilizando ainda mais a segurança do País.

No momento em que uma das principais cidades brasileiras, o Rio de Janeiro, presencia uma guerra entre traficantes, que ameaça a sua população pacífica e desarmada, não pode o Governo central dar tal tratamento a sua Polícia Federal, cujos serviços, mais do que nunca, fazem-se necessários. É a Polícia Federal quem zela pelas fronteiras e combate o contrabando de armas e drogas. É ela que precisa ser prestigiada neste momento. Como pode um agente da Polícia Federal zelar pelo cumprimento das leis de nosso País, se o governo a que serve as descumpre em relação a seus próprios agentes?

O Governo Lula, que assumiu com a promessa de ampliar e aprofundar a prática democrática, ouvindo e respondendo com presteza às demandas da sociedade brasileira, mostra-se, a cada dia que passa, mais e mais distante dessa mesma sociedade. Encastelado no discurso de que todos os males do País são uma herança maldita dos governos que o antecederam, mostra-se incapaz até de fazer cumprir a lei. Como, então, supor que irá cumprir parcela mínima que seja das demais promessas eleitorais?

Apesar disso, Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, desejo dar, ainda, crédito de confiança às sempre reiteradas boas intenções do Presidente Lula, a quem faço um apelo desta tribuna, para que reveja o comportamento de seu Governo junto aos servidores da Polícia Federal, dando acolhimento a mais do que justo pleito que formulam, desde o ano passado, a seus Ministros.

Confiante, Sr. Presidente, na sensibilidade social do Presidente e ex-líder sindical Lula, aguardo um desfecho justo e feliz para esse conflito ainda este mês.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que volte ao Presidente Lula o sangue do sindicalista, para que pelo menos converse, abra o diálogo com a Polícia Federal, com o funcionalismo público.

Com muito prazer, ouço V. Ex^a, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Nobre Senador Efraim Moraes, quero aproveitar seu brilhante pronunciamento – sem querer desvirtuá-lo – para ler algumas manchetes de jornais que circularam pelo Brasil nos últimos dias. Permita-me, V. Ex^a, fazer esse levantamento: “A trajetória e a Tragédia do PT” – **Folha de S. Paulo**; “Coleta de Lixo em Campinas é alvo de denúncia do PT contra o PT – **O Globo**”; “O PT Federal não trabalha, mas cobra” – **O Globo**; “Gastos sociais não aumentam com Lula” – **Folha de S. Paulo**; “Nas mãos de Deus” – **Folha de S. Paulo**. “O Governo Lula passa a sensação de todo poderoso a fracassado.

Gasto com social fica estagnado no 1º ano de Governo Lula” – **Folha de S.Paulo**; “Lula aumenta a carga de tributos que afetam os pobres” – **Folha de S.Paulo**; “Presidente contraria discurso e corta gasto com saneamento” – **Folha de S.Paulo**; “Para Ianni, Lula frustra seu papel histórico” – **Folha de S.Paulo**; “Crise política abala confiança dos analistas na economia” – **Folha de S.Paulo**; “O preço da omissão. Governo cometeu o equívoco de achar que podia com MST”. O Presidente Lula dizia que eram seus filhos. “Queda da renda da população e incertezas sobre marco regulatório, carga tributária e juros pesam em decisões do empresariado. Investimentos em marcha lenta” – **Jornal do Brasil**; “PT tenta abafar série de críticas internas à política econômica” – **Folha Online**. Apenas usei o espaço de V. Exª para dizer à população brasileira, porque muitos não têm acesso aos grandes jornais do Brasil, que, quando acusam o nosso Líder Efraim Morais de fazer uma dura oposição, eles deveriam, de repente, responsabilizar a imprensa nacional. Esses títulos mostram o fracasso do atual Governo Federal e certamente dão razão a todos os seus pronunciamentos, que acontecem praticamente todos os dias, alertando o Governo Federal em relação a esse desgoverno, a este Governo que ainda não começou a trabalhar. O meu aparte foge um pouco de seu tema, mas o fiz para comunicar ao Brasil inteiro que a imprensa do País está chamando a atenção do Governo muito mais, às vezes, do que a própria Oposição.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan o aparte. Considero importante essa observação que, por meio da nossa televisão, V. Exª faz ao povo brasileiro, àqueles que não têm acesso à grande mídia, à grande imprensa nacional, para que entendam o que está acontecendo no País.

V. Exª diz que não há mais controle do Presidente Lula sobre seus filhos do MST. Imagine, então, com o irmão Waldomiro, como era chamado. Se Sua Excelência não controla os “filhos”, imagine o “irmão” Waldomiro.

Uma manchete de jornal hoje estampa que o Presidente da República diz que Dirceu continua o capitão do time.

Veja bem, V. Exª, para onde nós vamos! Se comparamos com o futebol, já que o próprio Presidente da República gosta de fazer muitas comparações, se continuarmos com esse capitão, não passaremos nem das eliminatórias. Essa é a minha preocupação e da sociedade brasileira.

Para concluir, Sr. Presidente, eu diria as palavras do Presidente Lula:

“O povo brasileiro não suporta mais mentiras, não suporta mais que as coisas não sejam cumpridas”. Luiz Inácio Lula da Silva, sexta-feira, em discurso no interior de Goiás. Embora pareça, mas ele não estava fazendo autocrítica.

Portanto, Sr. Presidente, deixo aqui, mais uma vez, bem claro à sociedade brasileira, ao povo brasileiro, que ontem não se votou nada nesta Casa, que hoje não se votou nada nesta Casa, e a Oposição esteve presente ontem até às 21 horas e 50 minutos, esperando a base do Governo para que votássemos as medidas provisórias que foram enviadas pelo Executivo e que estão trancando a pauta do Senado Federal.

Hoje, aqui estamos nós, da Oposição, novamente, preparados para votar contra esse “trem da alegria” que o Governo criou, trazendo aproximadamente três mil cargos em comissão para serem utilizados pelos companheiros e companheiras do PT, para irem para as eleições municipais e para contribuir para os cofres do PT. Vamos votar contra! Há uma reação não só da Oposição, mas dos próprios Senadores e Senadoras da base que não querem votar esse “trem da alegria”, esse absurdo que está sendo trazido ao Plenário desta Casa. Em vez de resolver a questão da Polícia Federal e outras dezenas e centenas de compromissos que têm com o funcionalismo público; em vez de utilizar esse dinheiro para dar um melhor salário mínimo ao trabalhador brasileiro, o que pretende o PT? Ele quer cargos comissionados, para engordar seu caixa e gastar esse recurso – que é o suor do povo brasileiro; que é o imposto pago pelo povo brasileiro – na tentativa de ganhar as eleições.

Mas digo, Senador Leonel Pavan – o PT já sabe disso –, que estão abafando a CPI dos Bingos e a CPI do Waldomiro, mas não vão abafar a CPI das urnas, porque o povo brasileiro vai, sim, no mês de outubro, derrotar esse Partido que fez do palanque da eleição passada e do Governo, hoje, um verdadeiro estelionato eleitoral com a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de continuar lendo as manchetes dos jornais, porque fui cortado no aparte que estava fazendo ao nobre Senador Efraim Morais.

“Waldomiro confirma que doou R\$ 100 mil para candidato do PT Geraldo Magela (DF)” – **O Globo**. Ou seja, defende o Governo, mas diz que doou dinheiro para a campanha do PT do Distrito Federal.

“Magela e tesoureiro se contradizem” – **O Globo**;

“Assassinatos no Brasil crescem 130%” – **Folha de S.Paulo**;

“Recessão ou estagnação” – **Folha de S.Paulo**;

“Lula quer aumento real do mínimo de até 6%” – **Folha de S.Paulo**;

“Investimento em infra-estrutura cai 54%” – **Folha de S.Paulo**;

“MEC reduz em 300 mil a meta de atendidos pelo Brasil Alfabetizado” – **Folha de S.Paulo**;

“Desemprego afeta trabalhador com maior grau de instrução” – **Jornal do Brasil**;

“Cresce número de crianças que trabalham na rua” – **Jornal do Brasil**;

“Economia estagnada alastra violência” – **Jornal do Brasil**;

“PT recebeu 100 mil de Carlinhos Cachoeira” – **Jornal do Brasil**;

“Indústria de base tem 53,8% menos investimento.” **O Estado de S.Paulo**;

“Waldomiro confirma doação para campanha de Magela.” **Correio Braziliense**;

“Investimento no Governo Lula cai pela metade” **Correio Braziliense**.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, li os destaques de matérias de alguns jornais, para mostrar que não é a Oposição que está levantando esses casos. Se a imprensa alerta, comunica à população a situação por que passa o País, como nós, Parlamentares, temos de ficar calados?! Não podemos calar-nos; temos de agir, de usar as prerrogativas de Senador e vir à tribuna para dar nossa opinião. A imprensa está contribuindo, fazendo seu papel, e também nós somos obrigados a alertar a população. A imprensa está ouvindo o Governo e a Oposição, assim como o povo nas ruas, os empresários, os trabalhadores, porque a situação não está boa. Realmente, está um caos.

Sr. Presidente, quero deixar como lido um pronunciamento relativo a um pedido e a uma reclamação da Celesc, de Santa Catarina, referente à Lei nº 10.762, de 2003, que autorizava às empresas tributárias de energia elétrica de direito público a contratação de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, à semelhança do que é permitido às empresas privatizadas do setor.

Hoje, recebi um manifesto de várias entidades de classe – e, certamente, todos os Senadores –, que diz o seguinte:

As Entidades de Classe signatárias vêm manifestar a Vossas Excelências o mais veemente repúdio e indignação pelo descaso

do Governo Federal e Lideranças Partidárias quanto ao compromisso público assumido durante as negociações para a aprovação de EC 41/2003, compromisso este que consistia na aprovação da PEC 227 (PEC paralela), contendo os pontos modificados no Senado Federal, para não inviabilizar a aprovação da PEC original ainda em 2003 [que seria a PEC nº 77].

Entretanto, o que seria natural (o cumprimento do acordo político, jamais descumprido na história do Parlamento brasileiro), para revolta da Nação e de todos os que acreditaram no Governo, está se transformando em traição traduzida nas manobras para eternizar a votação PEC 227, na Câmara dos Deputados, e nas profundas modificações introduzidas pelo Relator, que pioram, em alguns casos, a situação geral dos servidores públicos.

Por estas razões, as Entidades propõem ao Senado Federal seja dada uma resposta adequada e decisiva à Sociedade, diante do descumprimento do acordo político, sugerindo-se, entre outras ações, a obstrução das votações até que a PEC paralela tenha sua regular tramitação e aprovação nos termos aprovados pelo Senado Federal [sic].

Essas entidades de classe tiveram uma conversa com o Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Paulo Paim, que sugeriu que entregassem também aos demais Senadores essa nota de repúdio. S. Ex^a disse que não haverá mais votação nesta Casa enquanto não se decidir a questão da PEC na Câmara dos Deputados.

Em função disso, passo a fazer um pronunciamento sobre a PEC.

No ano passado, aprovamos, no Congresso Nacional, uma reforma da Previdência Social. Na verdade, parte dela ainda tramita na Câmara dos Deputados.

Não quero – e não preciso, porque os extensos debates que travamos ao longo do ano passado já bastaram para isso – falar sobre as amplas implicações dessa reforma. Ao lembrá-la hoje, quero apenas resgatar a razão, a justificativa maior para o esforço – que foi e ainda é grande – não só de fazê-la, mas também de lidar com os seus efeitos.

Essa justificativa, Sr. Presidente, da forma como vejo, só pode ser uma. Só se justifica tamanha intervenção na vida das pessoas se for para torná-la melhor; só se justifica todo o esforço que fizemos se a situação da Previdência, dos que dela dependem hoje e dos que dependerão no futuro ficar melhor do que antes.

Para o futuro, o que se dizia era que, caso não fosse reformada, a Presidência logo entraria em colapso. A questão não era se, no futuro, a situação estaria melhor ou pior. Sem reforma, dizia o argumento, simplesmente não haveria futuro.

E a situação dos aposentados e pensionistas hoje, Sr^{as} e Srs. Senadores, como está? Vejam que não estou agora falando dos que, no futuro, quando se aposentarem, sentirão diretamente os efeitos da reforma que aprovamos, mas daqueles que já estão aposentados. Esses enfrentam, há alguns anos, uma situação progressiva de empobrecimento.

Segundo declarações do Presidente da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, desde o início dos anos de 1990 até hoje, as aposentadorias e pensões já sofreram uma perda de mais de 58%. A perda atinge sobretudo os benefícios cujo valor ultrapassa o valor do salário mínimo. Acho que é desnecessário dizer quão angustiante deve ser, para um aposentado, a perspectiva de ver o seu benefício declinando à medida que se aproxima a velhice, com os cuidados e as necessidades especiais que ela implica.

Portanto, após concluídos ou quase concluídos, já que a chamada PEC paralela ainda tramita na Câmara os trabalhos resultantes da reforma da Previdência, temos ainda um ponto a considerar, tomando cuidado para sanar eventuais injustiças. Refiro-me à situação dos já aposentados ou dos que são beneficiários de uma pensão. Caso a reforma que aprovamos, com sua promessa de salvar ou garantir a sobrevivência do sistema de Previdência Social, não resulte também na melhora da situação dessas pessoas, o esforço ainda estará incompleto.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio ser pertinente lembrar aqui algumas das reivindicações pautadas pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, órgão representativo dos milhões de pessoas que recebem benefícios da Previdência Social. As principais reivindicações, como não poderia deixar de ser, dizem respeito aos reajustes e às revisões dos benefícios.

Quanto aos reajustes, os aposentados pedem que o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo seja estendido a todos os benefícios. Pelas regras atualmente em vigor, os benefícios com valor superior ao salário mínimo têm sofrido, proporcionalmente, uma perda mais significativa. Essa unificação do critério de reajuste, atrelando-o ao do salário mínimo, resgataria uma idéia presente nas disposições transitórias da Constituição de 1988, em seu art. 58, que previa a revisão dos benefícios mantidos pela Previdência Social na data da promulgação, “a fim de que seja restabeleci-

do o poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão”.

Com relação às revisões, há uma luta constante para que sejam revistos benefícios referentes aos períodos de 1977 a 1988 e de 1994 a 1997. Nos dois períodos, houve erro no cálculo do valor das aposentadorias e pensões. Entre 1977 e 1988, a Previdência, em vez de utilizar a OTN ou a ORTN como índice para o cálculo, como previa a lei, usou outros índices. Entre 1994 e 1997, o que ocorreu é que o INSS, que utilizava, na época, o Índice de Reajuste do Salário Mínimo (IRSM) para a correção monetária dos salários de contribuição, interpretou, segundo a Justiça, erradamente as normas vigentes e aplicou o índice incorreto.

Tais erros, segundo levantamento do Ministério da Previdência, afetaram mais de um 1,8 milhão de pessoas. Reparar isso deverá custar cerca de R\$12 bilhões, só de acertos, além de R\$2,3 bilhões em fluxo anual.

É preciso reconhecer que o Governo tem-se movimentado para revisar esses benefícios. Ora, o Governo, em seus discursos de campanha eleitoral, anunciou que iria revisar, que faria uma reforma e corrigiria os possíveis erros do passado. Recentemente, o Ministro da Previdência fez reuniões para chegar a um acordo com os aposentados sobre a forma de fazer os acertos. Esperamos apenas que esse acordo seja alcançado e cumprido tempestivamente, sem demoras injustificadas.

Aliás, tempo, quando se trata de aposentadoria, é um elemento crucial. Depois de contribuir durante toda uma vida, 30, 35 anos, o trabalhador ainda tem que esperar que seus direitos sejam reconhecidos e honrados. Ainda se pede a ele paciência, enquanto vê sua renda esvaindo-se e o tempo passando. Mais do que em qualquer outro lugar, aqui é uma questão de justiça tratar dos assuntos com a celeridade que pedem. É justo, assim, que os aposentados peçam o pagamento imediato das ações judiciais já transitadas em julgado, a habilitação das centenas de milhares de idosos com direito a receber suas pensões e a agilidade no pagamento de precatórios. Não reconhecer essas reivindicações é injusto e desrespeitoso. Mais do que isso, deixar o tempo passar – e, quem sabe, até contar com isso – é sinal de insensibilidade e, até mesmo, de crueldade.

Outros pleitos, indo além do que é devido por meio dos benefícios, também são justos. Ações como a distribuição gratuita de medicamentos para pessoas portadoras de doenças continuadas, a implantação do plano de serviço funeral e a concessão de empréstimos especiais, com desconto nos carnês do INSS, certamente contribuiriam para aumentar a qualidade

de vida dos aposentados, diminuindo-se os efeitos do empobrecimento progressivo a que vêm sendo submetidos.

Tínhamos uma motivação para fazer a reforma da Previdência. Os defensores da necessidade dessa reforma argumentavam que, sem ela, a própria existência da Previdência e da Seguridade Social estaria em risco, privando-nos, no futuro, da perspectiva da aposentadoria. Se não reformássemos, a estrutura toda viria abaixo. Ora, reformamos! Esperamos agora que essa reforma se traduza não apenas na garantia de alguma perspectiva de aposentadoria para o futuro, mas também na melhora da qualidade de vida dos atuais aposentados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alguns dias atrás, o nosso Líder da Minoria, Efraim Morais, fez aqui um apelo a alguns integrantes da Base do Governo e até algumas apostas com eles, para fazerem debates. Não tínhamos nenhuma desconfiança sobre a questão de que estariam manipulando alguma coisa. Mas o problema é que a Base do Governo tinha total confiança no Governo de que ele atenderia o que nós aqui estávamos acordando. O Senador Efraim Morais tem que receber a aposta que fez no Senado Federal. O Governo ajudou o Líder da Minoria a vencer uma aposta contra membros do Governo. Mentiu para a Base do Governo, não mentiu para nós! Tanto que houve uma aposta, e não sabíamos se o Governo iria cumprir.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Efraim Morais, primeiro quero ceder um aparte ao nosso Senador Eduardo Azeredo, que tão brilhantemente fez inúmeros pronunciamentos referentes à PEC paralela.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Leonel Pavan, aproveite o pronunciamento de V. Ex^a para cobrar mais uma vez. Já estamos no dia 14 de abril. Quando aprovamos a PEC paralela, ainda no mês de dezembro, tínhamos o compromisso do Governo de que a aprovaríamos na Câmara dos Deputados rapidamente. É bem verdade que o Presidente convocou a Câmara e o Senado, mas nada caminhou para uma solução. Já faz quase quatro meses da promessa feita pela Bancada do Governo, evidentemente em seu nome. Não é possível que o Governo não tenha condição de influenciar sua Base na Câmara, que é até maior do que aqui no Senado. Todos os que acreditaram na PEC paralela estão esperando que o Governo aja e influencie seus aliados na Câmara dos Deputados no sentido da sua aprovação. Sou autor de algumas das emendas acolhidas, como a que reduz o prazo para

aposentadoria dos portadores de deficiência. Espero que o compromisso não seja quebrado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Quero, da mesma forma, conceder um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Leonel Pavan, V. Ex^a lembrou a aposta que fiz da tribuna. No entanto, a melhor forma de eu receber essa aposta seria a Câmara dos Deputados cumprir o que foi acordado nesta Casa. Seria o grande prêmio que eu receberia, pois assim estaria diminuindo o sofrimento dos trabalhadores e dos servidores públicos brasileiros. Lamento que as discussões na Câmara dos Deputados levem, mais uma vez, ao adiamento da votação da PEC paralela.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Vou concluir o meu aparte, Sr. Presidente. Desta feita, o adiamento é por mais duas semanas. Sabe V. Ex^a que esta PEC ainda se encontra na Comissão Especial da Câmara, e não no Plenário. Está na Comissão Especial e depois será discutida e votada, em primeiro e segundo turnos, em Plenário. Como querem mudar, não vão respeitar o que acordou o Governo, que enganou o Congresso Nacional e traiu a sociedade brasileira. Digo a V. Ex^a que ficaria feliz – e todas as disputas deste Plenário seriam superadas – se a Câmara dos Deputados respeitasse a palavra do Governo. E não me digam que está havendo reação, não. A Oposição – PFL, PSDB e PDT – é favorável à PEC nº 77 da forma como foi aprovada aqui. Entretanto, a própria Base do Governo está paralisando a votação dessa proposta. Em outras palavras, o capitão deu ordem para que se não votasse a PEC paralela. Essa é a verdade. O povo brasileiro já está consciente disso. Todos sabemos que fomos enganados e o povo brasileiro, traído pelo acordo feito pelos Líderes do Governo e do PT e os aliados que, por unanimidade, votaram. O Governo sabe que, aprovando a PEC, vai diminuir seu caixa e, assim, não poderá contratar funcionários comissionados para engordar o caixa do PT e realizar as eleições municipais. Mas a CPI do dia 3 de outubro vem por aí, e o povo brasileiro saberá dar a resposta ao PT.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, agradeço a tolerância de V. Ex^a, que tanto tem lutado pelos aposentados e pensionistas nesta Casa. Tenho uma admiração por V. Ex^a. O fato é tão importante que um ou dois minutos certamente não farão diferença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foram quase três minutos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para finalizar, agradeço os apartes dos Senadores Eduardo Azeredo e Efraim Morais, que têm amplo conhecimento dessas questões e fizeram inúmeras emendas para beneficiar os aposentados e pensionistas.

O Senador Efraim Morais não fez a aposta para vencer, mas para ver se o Governo o ajudava a perder. O Governo deveria buscar fazer o Líder da Minoria perder. S. Ex^a apostou para forçar o Governo, e este, lamentavelmente, está fazendo perder a população brasileira, os aposentados e pensionistas.

Queremos dizer ao Presidente, ao Governo e à Base do Governo que queremos colaborar, contribuir e ajudar para que Sua Excelência suba nas pesquisas,

volte a ser reconhecido como o grande homem deste País. Um assessor do Presidente chegou a compará-lo a Jesus. Estamos torcendo para que Lula volte a ser um dos homens mais reconhecidos e populares do Brasil. Aceite a PEC, ajude a aprová-la, que, certamente, os aposentados irão reconhecer o esforço do Governo. Com certeza, os aposentados e pensionistas já estão reconhecendo o esforço da Oposição. Estão sentindo e vendo nosso esforço. Esperamos agora que a Base do Governo faça o mesmo para o bem de todos os aposentados do nosso Brasil.

(SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.)

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Em 11 de novembro de 2003 o Presidente da República vetou o parágrafo segundo do artigo quarto da Lei de número 10.762, de 2003, que autorizava às empresas distribuidoras de energia elétrica de direito público a contratação de financiamento junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à semelhança do que é permitido às empresas privatizadas do setor.

Essa Lei, como certamente o sabem muitos de meus Pares, instituiu o Programa Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, com o propósito de compensar as distribuidoras de energia que, além de descapitalizadas pela queda de faturamento

ocasionada pelo “apagão” de 2001, não receberam, entre 8 de abril do ano passado e 7 de abril deste ano, o repasse às tarifas de certos itens da parcela A, que inclui a Reserva Global de Reversão (RGR), a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a energia de Itaipu. Essas empresas passaram a ter o direito a uma compensação, executada mediante empréstimo pelo BNDES.

Esse repasse foi vedado pelo fato de que o reajuste integral das tarifas de energia elétrica, no ano passado, pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) – que é o indexador legal dos contratos de concessão às empresas do setor elétrico – causaria um *estouro* da inflação, em virtude do grande aumento verificado nesse índice no primeiro ano da Administração do Presidente Lula da Silva. Assim, se, por um lado, o Governo se viu obrigado a parcelar os reajustes e revisões que ocorreriam nesse período nas tarifas de energia elétrica, ele, por outro lado, autorizou, pela Lei 10.762, a concessão de empréstimos especiais pelo BNDES a essas empresas.

O parágrafo segundo do artigo quarto, dispositivo que foi vetado, tornava extralimite a concessão desse financiamento às entidades controladas por pessoas jurídicas de direito público interno, ou seja, às empresas estatais de distribuição. Na justificativa para o veto, a Presidência da República alega que a matéria seria de competência exclusiva do Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme o artigo 22 da Lei 4.595, de 1964. Na prática, o veto impediu a contratação do financiamento pelas empresas estatais, pois essas já haviam alcançado o limite imposto pelo CMN, em contratos contraídos anteriormente.

Em poucas palavras: o Poder Executivo vetou um direito autorizado pelo Congresso Nacional, e deve-se esperar que volte a vetar qualquer iniciativa deste Poder para restabelecê-lo. Como conseqüência, empresas como a Companhia de Eletricidade de Santa Catarina (Celesc) encontram-se em grande dificuldade financeira.

Como se não bastasse o problema financeiro, nosso Estado foi atingido, no final do mês passado, pelo temporal que devastou o litoral Sul, causando muitos danos materiais, especialmente às redes de telefonia e de distribuição de energia elétrica. Foi noticiado que o vento teria derrubado mais de mil postes e destruído mais de 250 transformadores, fato que deixou, até os primeiros dias de abril, vários municípios sem energia elétrica.

Senhoras e Senhores Senadores, a Celesc vem tendo uma administração eficiente, o que torna injusta a decisão do veto da Presidência. Medidas como o melhor controle das despesas, a modernização administrativa, o equacionamento da dívida e a redução das perdas de energia levaram-na a fechar o ano de 2003, apesar do bloqueio dos reajustes, com lucro líquido de 168 milhões de reais e crescimento da receita de 22 por cento em relação a 2002. Por isso, gostaria de solicitar do CMN, autoridade competente na questão, a autorização para tratar esses financiamentos pelo BNDES como

extralimite, nos termos do parágrafo vetado da Lei de número 10.762.

Será uma maneira de fazer justiça às empresas estatais de distribuição de energia elétrica, que não devem ser tratadas de maneira discriminatória em relação a suas congêneres privatizadas. O povo dos Estados abastecidos por empresas estatais, como Santa Catarina, não pode sofrer as conseqüências dos desacertos das políticas federais para a concessão de serviços públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. Pediria a V. Ex^a que usasse o tempo necessário para o seu discurso para darmos oportunidade a outros inscritos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a.

Um minuto, Senador Ney Suassuna.

Senador Leonel Pavan, peço que V. Ex^a deixe sobre a mesa o discurso que pediu fosse publicado na íntegra. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos me conhecem nesta Casa já há vários anos – estou no segundo mandato – e sabem da minha alegria de viver, da minha satisfação de sempre estar buscando o lado bom da vida, o otimismo. Na minha rotina, normalmente quando levanto, ouço os programas de televisão até tal hora, em seguida leio os jornais e aí vou falar para as rádios da minha Paraíba. No entanto, tem sido duro, Sr. Presidente, nos últimos dias, ler os jornais, ver a televisão e manter o otimismo. E por quê?

O jornal **O Globo**, do dia 13 de abril, um dos periódicos que leio, traz a seguinte manchete: “Guerra na Rocinha mata mais dois e deixa dez mil sem aulas”. Olhem a crueza dessa fotografia – um cadáver sendo levado num carrinho de mão. Parece o Iraque, sem contar as demais manchetes. No mesmo dia, o **Jornal do Brasil** publica: “Guerra do tráfico se espalha”. E o **Jornal do Brasil – Brasília**: “Combates se ampliam no Rio”. Parece que estamos no Vietnã, no Iraque ou em qualquer país conflagrado.

No **O Globo** de hoje vemos: “A guerra civil brasileira”, mostrando que nem o Vietnã, nem o Iraque ou qualquer guerra dessas aproxima-se da violência que está ocorrendo no Brasil. São 600 mil homicídios entre 1980 e 2000, nesses vinte anos, quando em Angola, de 1975 a 2002, aconteceram 350 mil mortes. O Brasil teve mais do que o dobro. São 30 mil mortes por ano.

No Iraque, desde 20 de março de 2003, entre 8 mil e 10 mil pessoas perderam a vida. No Vietnã, em 11 anos de guerra, foram mortos 58 mil americanos. No Brasil, são 30 mil por ano, somando 600 mil nesses vinte anos.

Não há otimismo que agüente isso, Sr. Presidente.

E mais: segurança não é só o combate ao crime ou aos homicídios. Segurança é podermos trafegar de carro por estradas asfaltadas. As nossas estradas foram bombardeadas. Estão todas cheias de buracos pelas bombas das chuvas, dos pneus dos carros, pelo não-conserto.

Na Paraíba, vários hospitais não têm sequer al-godão; faltam medicamentos. Ou seja, se fosse mesmo guerra, nem atendimento médico nós teríamos, porque está faltando uma série de coisas.

Estou, como vice-Líder do Governo, fazendo um discurso pelo qual todos dirão que estou fazendo opo-sição. Não! Essa situação não é de hoje e não pode perdurar.

Eu sou um otimista. Mas como ser otimista? V. Ex^{as} se lembram de um discurso que fiz quando um filho meu, que graças a Deus estava em um carro blindado, levou uma rajada de balas? Mas a minha primeira mulher foi assassinada, eu levei um tiro no braço. Isso tudo em assaltos. Mas eu sou um dos brasileiros de sorte, porque tenho um carro blindado para andar.

Sr. Presidente, até quando vamos ficar na fala-ção, sem resolver o problema? Aí se diz: É o Rio de Janeiro! É o mais emblemático, mas não é somente o Rio de Janeiro, Senador Mão Santa. Na Paraíba, as-saltaram um depósito judiciário e levaram as armas. No Rio Grande do Norte, em três cidades da região, os bancos foram assaltados.

Senador Efraim Morais, ninguém passa pelo po-lígono da maconha de noite, sozinho; passa de dia, em comboio, naquele interior, no final de Pernambuco, em um pedaço do Ceará. É uma situação que nos deixa realmente tristes.

As escolas estão melhorando, mas não é o sufi-ciente. Os hospitais, como eu disse, estão periclitantes. As estradas inexistem.

E como está a nossa área da navegação fluvial? Alguém já procurou ver a escravidão existente nos barcos? Não precisa ir longe, basta ir à Baía da Guanabara e ver quem está trabalhando naqueles barcos? São estrangeiros que trabalham em regime de escravidão, porque a bandeira não é brasileira.

Nós erramos muito: erramos em muitas privati-zações; erramos até mesmo na condução da nossa economia.

Vejam, Srs. Senadores: eu li, para minha tristeza, que a China, que até há pouco tempo era um país gran-de e pobre, teve, no último mês, 19,4% de crescimento e foi obrigada a aumentar o compulsório em 0,5%. A alíquota, que era de 7%, passou para 7,5%, tirando de circulação 13 bilhões. Os chineses estão preocupados, pois, a continuar esse estado de coisas, não haverá eletricidade para manter todas as indústrias. Não ha-

verá tempo hábil para construir hidrelétricas para todas as indústrias que estão crescendo.

Quanto é o compulsório no Brasil? Cinquenta e três por cento. De cada R\$100,00 que depositamos no banco, R\$53,00 ficam retidos. E quanto é o **spread** no Brasil? Quarenta por cento.

Realmente não entendo por que não seguimos o exemplo dos que estão ganhando. E não é de hoje essa situação. Não é culpa do Governo Lula. Mas pre-cisamos repensar nossa área econômica do início até agora, pois há alguma coisa errada.

Estou preocupado, porque o Brasil era a 8^a eco-nomia do mundo. Perdemos para a Espanha, para a Austrália, para a Coréia e para a Holanda. E saltamos da 8^a posição para a 15^a. O que está acontecendo com o nosso País? Será que somos nós, os legisla-dores, incapazes de criar leis para modificar a nossa sociedade? Será que não estamos em sintonia com a sociedade?

Amanhã, neste plenário, haverá uma reunião com o Ministro da Justiça, com – espero – o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, com o Prefeito do Rio de Janeiro, tentando...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Excelência, foi adiada.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Foi adia-da? Há poucos minutos estava confirmada!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não, a Dona Rosinha adoeceu.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu falei com S. Ex^a hoje e S. Ex^a disse-me que estava man-dando o Secretário de Segurança.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não. V. Ex^a me desculpe, mas o Senado não vai trazer o Ministro Márcio Thomaz Bastos para discutir com o Sr. Marcelo Itagiba, por melhor que ele seja.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Não, mas o Secretário é o Garotinho.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não, o Garotinho também não pode vir. Isso me foi dito pelo Senador Tasso Jereissati, que é o Presiden-te da Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É uma novidade para mim. Essa é uma informação que me entristece mais ainda, nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pois gostaríamos de resolver pelo menos o problema emblemático. Mas não é só Rio, o País todo está sofrendo com esse problema de segurança. E se não tomarmos cuidado, daqui a pouco a situação vai ficar incontrolável na área econômica, na área social, na área de combate ao crime. Mas sou um homem de muita esperança. Tenho certeza de que o Governo vai tomar as atitudes que precisam ser tomadas.

Sr. Presidente, a minha preocupação maior – e quero encerrar aqui – é no sentido de que estejamos unidos, estejamos na mesma sintonia, pois tenho certeza de que o Governo vai fazer o que a sociedade também quer. Se não estivermos nessa sintonia, se não fizermos a legislação necessária para fazer as modificações, estaremos navegando na contramão.

É preciso, pois, que analisemos as situações caso a caso, pontualmente, e busquemos soluções. E sei que o meu partido e eu próprio estaremos à disposição para lutar de todas as formas para que entremos nessa sintonia.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Com muita satisfação, nobre Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a traz um assunto da maior importância: a questão da violência. A manchete da **Folha de S. Paulo**, hoje, diz: “Assassinatos no País crescem 130%”. E isso nos últimos 20 anos, o que é muito ruim e triste para o nosso País, ou seja, o aumento da violência. Assim, em função do quadro que se desenha na nossa querida cidade do Rio de Janeiro, ficamos tristes com a notícia que nos traz o Senador Antonio Carlos Magalhães de que a Governadora não poderá vir amanhã, pois o assunto é da maior importância. Eu, que sou membro do Conselho da República, estou encaminhando, com a assinatura de várias Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Inclui-me a minha.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Inclusive a de V. Ex^a, ao Presidente da República, um documento solicitando a convocação do Conselho da República para deliberar a respeito da violência e criminalidade na cidade do Rio de Janeiro. Isso porque o assunto diz respeito a toda a sociedade brasileira, em caráter de urgência. E há a preocupação desta Casa. É evidente que nos preocupamos quando a Governadora do Estado envolvido não pode estar presente. Aguardo, portanto, a adoção de providências por parte do Senhor Presidente da República no sentido de que seja convocado o Conselho da República e possamos discutir o problema do Rio de Janeiro e, evidentemente, o aumento da violência em nosso País. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu é que agradeço a V. Ex^a o aparte. Realmente, fui um dos subscritores porque acredito que é preciso que tomemos alguma atitude. O Congresso não pode ficar à parte, de maneira nenhuma.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Senador Duciomar Costa, por gentileza.

O Sr. Duciomar Costa (Bloco/PTB – PA) – Senador Ney Suassuna, essa questão da violência está sendo agora colocada em evidência pela imprensa e o Senado, por conseguinte, tem procurado se manifestar, buscando colaborar para diminuir a violência no País. V. Ex^a questionava se poderíamos ser os culpados, se não seríamos nós, os legisladores, que não tomamos nenhuma atitude, deixando de dar uma resposta para a sociedade. Senador Ney Suassuna, essa é uma discussão que devemos travar aqui nesta Casa. Mas resolver o problema da violência apenas colocando o Exército no Rio de Janeiro ou equipar os homens com instrumentos capazes de combater a violência não é o suficiente. Se não procurarmos entender que não vamos conter a violência sem discutir, primeiramente, a questão social – e digo isso, pois entendo que a repressão pode combater até um determinado limite, mas a polícia não adentra nas casas –, não resolveremos a questão, pois o problema é social. Precisamos fazer o País andar, gerar emprego, fazer com que as pessoas tenham renda e possam sustentar as suas famílias com dignidade. O povo brasileiro precisa disso. Devemos isso à sociedade. Portanto, devemos travar essa discussão, que precisa ser ampla no contexto social, para que possamos dar uma resposta ao povo brasileiro. Não resolveremos o problema se utilizarmos apenas a repressão, colocando o Exército nas ruas e equipando os homens. Essa não é a solução. A questão é muito mais profunda do que isso. V. Ex^a tem toda razão quando diz que devemos uma resposta à sociedade brasileira.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador Duciomar Costa, pelo seu aparte.

Vou narrar para V. Ex^a um diálogo que tive outro dia em um táxi, no Rio de Janeiro. Estávamos atravessando a Linha Amarela e o motorista, preocupado, falava da insegurança da cidade como um todo. Ele se virou para mim, sem saber quem eu era, e disse: “O senhor fuma maconha?” Respondi: “Não”. Ele perguntou: “O senhor cheira cocaína?” Eu falei: “Não, senhor.” E continuou: “Se quiser comprar uma dessas substâncias, o senhor gastará mais de meia hora para comprá-las?” Eu disse: “Creio que não, porque dizem que em toda favela há um ponto de venda”. Ele concluiu: “Não apenas nas favelas, mas também em muitas esquinas. O que o senhor pensa de um policial que passa 30 dias por mês, até mesmo o ano inteiro, procurando esses pontos sem encontrar nada, e, quando invadem uma

favela, mostram onde era o ponto? Onde está a P2? Onde está a segurança da polícia, das Forças Armadas, e tudo o mais que não localizam esses pontos?”

É verdade que esse motorista está parcialmente certo. Realmente, há convivência. Entretanto, há outro aspecto: são as classes média e alta que financiam o tráfico, porque vão aos pontos de venda para comprar drogas e depois se sentem ofendidas por todos os subsídios maléficis provocados pelo tráfico. Precisamos pensar com mais seriedade nessa situação.

Alerto não apenas sobre esse fato, mas sobre a segurança como um todo, porque não basta haver segurança somente contra o homicídio, o narcotráfico, o crime organizado. As estradas e os hospitais também precisam de segurança. Por isso, peço que assumamos a nossa responsabilidade e tenhamos coragem de tomar atitudes mais duras. Na hora em que precisamos agir, alguns dizem: “Isso não pode ocorrer”. É evidente que algo deve ser feito, porque estamos vivendo uma época de guerra civil, conforme alertam os jornais, e devemos combatê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, segurança não se improvisa nem se inventa. O Senador Duciomar Costa tem razão. Precisamos pensar globalmente sobre o problema da segurança, porque estão improvisando e tentando resolver no grito. Não é assim que se resolve.

A criminalidade cresce na medida em que a repressão aumenta, mas sem nenhuma estratégia, sem nenhuma força para pelo menos apontar os alvos, os responsáveis, as lideranças. Às vezes, entram numa favela, matam inocentes, morrem policiais, e os bandidos continuam tranquilamente operando assim que a Polícia deixa o local.

Não há uma estratégia, uma operação de informações, uma busca da realidade de como o crime está ocorrendo. E a violência também cresce na razão direta do desemprego; a violência, não a criminalidade violenta, que é outra coisa.

Penso que V. Ex.^a tem razão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me, Sr. Presidente, incluir no meu discurso este aparte voluntário de V. Ex.^a, que é a parte mais brilhante de nosso pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Segundo informação do Senador Antonio Carlos Magalhães, a audiência pública que seria realizada amanhã foi transferida para segunda-feira, às 18 horas. V. Ex.^a confirma, Senador Tasso Jereissati?

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Perfeito, Sr. Presidente. Isso foi feito para que a Governadora

do Rio de Janeiro pudesse comparecer, uma vez que, por motivo de saúde, S. Ex.^a não poderia comparecer amanhã. Nós transferimos a reunião para segunda-feira, às 18 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com as presenças do Ministro da Justiça, do Prefeito do Rio de Janeiro e, esperamos, da Governadora do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma PFL – SP) – Muito obrigado, Senador.

Tem a palavra, pela ordem, por cinco minutos, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, o jornal **A Tarde**, que me faz forte oposição na Bahia, mas que, inegavelmente, é o de maior circulação, traz hoje uma manchete que me sinto obrigado a ler neste plenário. E, já que não há nenhum líder do Governo para tomar conhecimento, peço a V. Ex.^a que meu discurso seja remetido ao Ministro dos Transportes.

Diz a notícia:

Suspensão o dinheiro das estradas.

Marcadas para começar hoje, as obras de recuperação do trecho de 121 km da BR – 324, entre Tanquinho e Capim Grosso, foram suspensas porque o dinheiro não chegou.

O Ministério dos Transportes cancelou todos os repasses de recursos para estradas federais na Bahia. As Rodovias nºs 101, 116 e 407 também continuam precisando de obras urgentes.

Na página seguinte, o jornal faz ampla reportagem sobre a matéria.

Evidentemente, não vou culpar o atual Ministro dos Transportes que tem 30 ou 40 dias de exercício, mas culpo o Governo porque não é possível que as estradas federais baianas continuem no estado em que se encontram. E o pior é que o tráfego pesado das estradas federais corre para as estaduais, ou seja, as BA’s. Conseqüentemente, o que se observa é que também as estradas estaduais ficam intransitáveis.

Sei que isso não acontece apenas na Bahia, mas o meu dever é defender o meu Estado. Espero que o novo Ministro faça alguma coisa. Peço a V. Ex.^a que envie o meu modesto discurso a S. Ex.^a.

Sr. Presidente, a situação é deplorável em vários setores, mas nenhum é pior que o das rodovias. No último feriado, V. Ex.^a viu quantos desastres ocorreram e quantas vidas foram ceifadas em virtude das intransitáveis estradas brasileiras. No seu Estado, Sr. Presidente, houve um número bastante grande de aci-

dentados. Minas Gerais, parece-me, foi o que teve o maior número de mortes em suas rodovias.

Por tudo isso, faço mais um apelo ao Governo Federal. Já fiz sobre outros setores, mas não tive êxito! Ontem, inegavelmente, houve uma reunião sobre o metrô com o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, que me pareceu produtiva. O Ministro foi altamente gentil e me prometeu que os recursos do metrô fluiriam para melhorar o trânsito na cidade de Salvador. Sei que outros metrôs estão na mesma situação, mas, na Bahia o problema é mais grave, por ser o único Estado do Brasil que coloca recursos próprios nos metrôs.

Portanto, Sr. Presidente, peço ao Governo Federal que nos ouça e atenda a esse problema baiano. Estou muito à vontade, repito, porque o jornal que me faz oposição e apóia o Governo Federal é o que traz essa manchete em primeira página, numa matéria de oito colunas.

Por isso, Sr. Presidente,...

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com muita honra.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a traz um assunto que diz respeito a todo o País. Ao iniciar o seu pronunciamento, V. Ex^a disse que a situação crítica das estradas e a paralisação das obras não eram um problema apenas da Bahia. E também faz uma complementação importante quando diz que as estradas estaduais – no caso da Bahia, as BAs – estão sendo destruídas por carros pesados e por carretas, que já não trafegam mais pelas estradas federais, as BRs. No caso da Paraíba, são as PBs que estão intransitáveis. Faço este aparte porque espero que, pelo respeito que impõe V. Ex^a, pela força política e pelo patrimônio político que possui, o Ministro, ao receber este discurso, lembre-se também da pequenina Paraíba. Porque lá as obras, há muito tempo, estão paralisadas. E cito apenas um exemplo: existe um trecho de 90 quilômetros, entre as cidades de Patos e Pombal, que normalmente se percorre em 40 ou 50 minutos, no máximo, em boa velocidade. Atualmente, esse percurso é feito em 2 horas e 30 minutos. Conto isso porque tive a oportunidade de constatar agora na Semana Santa. Portanto, é necessário que o Governo entenda que está jogando fora um dos maiores patrimônios do País, que é a nossa malha rodoviária. Parabéns! E gostaria que V. Ex^a incorporasse este meu aparte ao seu pronunciamento a fim de que a Paraíba também seja lembrada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço o seu aparte, nobre Líder Efraim Morais. E tenho certeza de que o Ministro dos Trans-

portes, tomando conhecimento deste discurso, fará algo pela Bahia e também pela sua Paraíba.

A situação é grave, gravíssima, e apelo também ao Líder Aloizio Mercadante, que adentra neste instante no plenário, no sentido de nos ajudar. Ainda há pouco, disse que o Ministro das Cidades, ontem, foi muito gentil e prometeu dar um fluxo razoável ao metrô da Bahia.

Sobre o problema das estradas, eu trouxe aqui um jornal – V. Ex^a conhece bem a Bahia – que me faz oposição direta, que traz a manchete: “Suspensão o dinheiro das estradas”. Os recursos para todas as estradas foram contingenciados e não serão repassados.

De modo que se trata de uma situação grave que trago ao conhecimento do Senado, pedindo ao Governo a sua atenção e agora do Líder Aloizio Mercadante, cuja posição nesta Casa só é de merecer elogios pelo trato que dispensa aos seus colegas e a maneira com que leva as nossas reivindicações ao Governo.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pois não, Senador.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, sempre ouvimos com muita atenção todas as ponderações, considerações e críticas que V. Ex^a encaminha a este Plenário, pela larga experiência política e pelo compromisso histórico que tem com o País, sobretudo com o Estado da Bahia. Houve um esforço grande do Governo em relação a recursos para os Estados e Municípios no que refere às estradas, por meio do repasse da Cide – 29% dos recursos da Cide serão repassados diretamente. No Ministério dos Transportes, este ano, estão programados investimentos da ordem de R\$ 3,4 bilhões e muitos em parceria com os Governos dos Estados. De qualquer forma, analisarei o problema, levarei ao Ministro dos Transportes e comprometo-me, assim que tiver uma resposta, o mais breve possível, informar V. Ex^a. Verificaremos o que está ocorrendo e como equacionar essa questão. O Governo trabalha na perspectiva, este ano, de fazer um programa de recuperação das estradas de amplo alcance. No ano passado, foram 2.500 km e mais – não tenho de cabeça – a parte de “tapa-buraco”, que representou uma operação muito grande, de mais de 25.000 km, mas, a chuva vem e o “tapa-buraco” não resiste. Tem-se que recuperar e restaurar as estradas. E o programa visa, pelo menos, triplicar essas restaurações em relação ao ano passado. Mas analisarei a questão e trarei detalhadamente a V. Ex^a, se possível ainda nesta semana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex^a, que tem sido realmente um Líder atuante e tem procurado resolver todos os problemas que surgem aqui. Se eles não são resolvidos, a culpa não é de V. Ex^a, mas certamente das autoridades dos Ministérios.

Seja como for, V. Ex^a merece sempre o nosso respeito. E, por isso mesmo, agradeço o seu excelente aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não sei se posso, Senador Heráclito Fortes, somente se o Presidente Romeu Tuma permitir.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Tenho certeza de que o Senador Romeu Tuma, com a sensibilidade nordestina que possui na alma, irá permitir. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com certeza, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, parabênizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Fiquei muito feliz por, mais uma vez, ver que V. Ex^a é um homem de estrela, e a Bahia um Estado de sorte. O Piauí tem, dia após dia, reclamado dessas mesmas estradas, mas não teve a felicidade de V. Ex^a de hoje, às 18 horas e 25 minutos, adentrar neste plenário o Líder Aloizio Mercadante e prometer imediatamente uma solução. Somente o prestígio de V. Ex^a e a importância da Bahia para sensibilizar o Governo, com o que fico muito feliz. Agora, faço um apelo ao Senador Aloizio Mercadante, esse grande Líder: estenda a sua generosidade ao meu sofrido Estado do Piauí. Temos os mesmos problemas, Senador Aloizio Mercadante. A soja da Bahia passa pelo Piauí e vice-versa. Na semana passada, tive a informação de que um caminhoneiro, contratado por uma empresa do Piauí, quis matar o contratante porque o seu caminhão quebrou na estrada. Uma viagem que deveria durar três dias demorou doze dias. Ele alegou que o trato não era aquele. A estrada estava esburacada, o caminhão quebrou e ele queria uma indenização pelos danos. Veja, Senador César Borges, que o Piauí é um Estado onde se prevê, para este ano, uma safra de um milhão de grãos. Mas tenho certeza de que o Senador Aloizio Mercadante, principalmente agora com a definição de que os recursos da Cide serão usados exclusivamente nas estradas, lançará seu manto protetor em defesa do Estado da Bahia, do Piauí, enfim, sobre o Nordeste – o Senador Tasso Jereissati pede também que V. Ex^a o socorra e inclua o Ceará nessa cruzada, assim como o Senador Antero Paes de Barros pede por seu Mato Grosso. Enfim, creio que teremos uma solução para o problema. Obrigado a V. Ex^a.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Gos-taria de mais um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Antes de conceder um aparte ao Senador Aloizio Mercadante, devo dizer que os recursos da Cide continuam bastantes para que sejam aumentados. Temos, todos nós, que agradecer a atitude do Líder Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, pedi mais um aparte para comentar que, com esse humor, essa ironia, que são próprias do Senador Heráclito Fortes, tenho certeza de que S. Ex^a, com a longa vivência política que tem, se fizer um estudo sobre o buraco na estrada que provocou a quebra do caminhão, irá descobrir que ele não tem apenas um ano, tem mais tempo. Quer dizer, o abandono das estradas no Brasil tem algum tempo. E o programa de recuperação das estradas é um grande desafio do País. O maior desafio que o Governo enfrenta é o buraco para a recuperação das estradas que está no orçamento e na dívida pública, que atingiu patamares absolutamente descabidos ao longo da história recente do País. Tínhamos uma dívida pública, há 9 anos, de R\$ 67 bilhões e assumimos o Governo com a dívida próxima a R\$ 725 bilhões. Esse endividamento constrange muito a capacidade de investimentos e gastos do Estado. Apesar disso, o esforço de responsabilidade fiscal, a contribuição que o Senado deu nas reformas previdenciária e tributária – e, nesta, com mecanismos inovadores criados por nós como a partilha da Cide –, ajudam a, dentro de um quadro de severa restrição fiscal e financeira, buscar novos recursos para investimentos em transportes e estradas. E tenho certeza de que a parceria entre Estados, União e Municípios melhorará de forma definitiva essa estrutura de transporte, essencial para a competitividade da economia, o turismo e o bem-estar. E o Piauí seguramente tem de estar dentro dessas prioridades, assim como todo o Nordeste, onde a carência de recursos é maior, regionalizando os investimentos e priorizando-os. Mas, de qualquer forma, a ponderação de V. Ex^a foi muito responsável. Seguramente, prestarei as informações, buscarei analisar o que está acontecendo e darei um retorno concreto e específico, estendendo-o ao Senador que, evidentemente, representa tão bem o Piauí nesta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço ao Líder Aloizio Mercadante, ao Senador Heráclito Fortes e a todos aqueles que apoiaram a minha fala. Agradeço também a V. Ex^a, Sr. Presidente, a oportunidade que me deu para tratar de assunto

tão relevante para a Bahia. Não fosse a gentileza e a generosidade de V. Ex^a em compreender os grandes problemas nacionais, certamente não teria tido tempo para falar hoje aos meus conterrâneos e a todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A importância do assunto que V. Ex^a trouxe à tribuna atende praticamente aos anseios e às angústias de todos os brasileiros.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Fui citado pelo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotou-se o tempo da sessão, mas, como V. Ex^a foi citado com honra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Exatamente. Pelo fato de o Senador Aloizio Mercadante ter citado o meu nome neste plenário – o que vai para o meu currículo, para a minha biografia –, peço a palavra pela ordem.

Fico muito feliz pelo fato de o Senador Aloizio Mercadante, conhecido como o maior economista do PT e um dos maiores do Brasil, ter feito essas declarações.

Com relação à idade do buraco, compete ao Governo, por meio de um recenseamento próprio, saber a idade dos buracos das estradas brasileiras. Mas a questão não é essa.

O Senador Aloizio Mercadante, economista, homem de responsabilidade, que participou do programa de Governo do Presidente Lula, sabia das dívidas, sabia das dificuldades, conhecia a Lei de Responsabilidade Fiscal, que combateu na sua criação. No entanto, com tudo isso, prometeu nas praças públicas, no primeiro ano, recuperar estradas, dar salários, além de outras promessas.

Como o PT prometeu tudo isso, Senador Mercadante, se ele sabia que o buraco financeiro e o buraco das estradas existiam há tanto tempo? Caloteou o povo brasileiro. Não há outra resposta para isso. Ou V. Ex^{as} prometeram, em praça pública, o que não podiam cumprir, ou então, por questões políticas, não estão resolvendo o problema das estradas nordestinas.

Pobre povo nordestino! Mais uma vez, foi enganado. Mas o seu dia haverá de chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ter sido citado, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de a pauta encontrar-se sobrestada por medidas provisórias, defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o Requerimento nº 440, de 2004, do Senador Jonas Pinheiro.

Fica o Senador Jonas Pinheiro autorizado a participar da missão solicitada.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloizio Mercadante. Trata-se de uma explicação pessoal, mas peço que seja breve, porque o tempo já se esgotou.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ponderar as palavras do Senador Heráclito Fortes.

Creio que o debate deveria ter sido feito de acordo com o tema que estávamos discutindo, mas, como passamos para outras áreas, é necessário um esclarecimento.

Fiz questão de intervir em deferência ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela responsabilidade que tem tido neste plenário, pelo espírito público, pela independência que preserva na vida pública. Portanto, eu não poderia deixar de mencionar a questão abordada pelo Senador Heráclito.

Nós, de fato, herdamos uma situação difícil – creio que o País inteiro tem consciência disso. Não vejo que essa situação possa ser superada se não houver um esforço suprapartidário, uma grande responsabilidade pública em equacionar algumas grandes questões do País.

Veja V. Ex^a que, dentro das restrições severas fiscais e financeiras que estamos atravessando, repactuamos a dívida da agricultura, ampliamos os recursos do Modfrota e conseguimos, nestes dois anos tanto no ano passado quanto neste ano, bater recorde histórico de safra agrícola no Brasil, sobretudo recuperando a pequena agricultura familiar. Conseguimos restaurar 2.500 quilômetros de estradas e tapar buracos de 25.000 quilômetros delas, dentro das restrições fiscais. Neste ano, vamos triplicar os investimentos na estrutura de transportes.

De fato, a maior restrição que o País atravessa são as finanças públicas. Mas, com a política de redução progressiva da taxa de juros – que hoje é a menor dos últimos nove anos –, com a reforma tributária que aprovamos, depois de nove anos de espera no País, estamos construindo uma base sólida para ampliar a capacidade de investimento de forma sustentável, estabilizar o País e permitir melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

Por isso, tenho absoluta segurança de que estamos em um caminho promissor de recuperação do crescimento com estabilidade e de aprimoramento da estrutura viária, ou seja, investimento em estrutura. E a aprovação do PPP – a Parceria Público-Privada – é um dos instrumentos para se capitalizarem recursos do setor privado, junto com o setor público, para me-

lhorar o investimento em infra-estrutura e, com isso, dar competitividade às exportações, melhorar a estrutura de transporte e a eficiência do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de parabenizar o Líder e citar um fato: a incoerência do pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante. A culpa de todos os buracos das estradas é do Governo Fernando Henrique. Porém, a grande safra colhida no ano passado é do Governo Lula, que não teve tempo de plantar um pé de xiquexique no Brasil!

Portanto, Líder Mercadante, parabéns pelo esforço de defesa, mas o povo brasileiro não é bobo e sabe que quem plantou ao longo desses anos, quem criou uma política agrícola que fez com que o Brasil crescesse, principalmente o Nordeste, não foi este Governo – temos aqui o testemunho do Senador Tasso Jereissati, um dos responsáveis por esse programa no Ceará; do Senador Mão Santa, do Piauí; do Senador Edison Lobão e de todos os que governaram. Então, é exatamente isto: V. Ex^{as} estão colhendo aquilo que o Presidente Fernando Henrique plantou. O buraco da estrada é consequência.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, para concluir, eu só queria ponderar que um pé de milho, ao que eu saiba, é colhido cinco meses depois de plantado. A soja também é uma cultura perene. Quando falo da safra de grãos, não há nenhum grão plantado no País que dure mais de um ano. Então, V. Ex^a precisaria, primeiro, ponderar a argumentação.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço para este debate cessar, porque senão vamos extrapolar o tempo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – De fato, o aumento na capacidade de exportação e de produção agrícola do Brasil não se deve somente aos governos, mas a condições estruturais extremamente eficientes que o Brasil possui. Somos um dos poucos países com terras ainda agricultáveis, com fronteiras agrícolas. Nosso clima é extremamente equilibrado. E houve, por meio da Embrapa, o esforço histórico na área de pesquisa, ciência e tecnologia.

Ao lado disso, a negociação da dívida vem sendo construída por este Governo, que conseguiu uma grande repactuação para permitir ao setor da agricultura financiamento e capacidade de investimentos. A ampliação do Programa Modefrota, do BNDES, contará

com R\$2,5 bilhões de recursos este ano. Tudo isso foi feito para aumentar a eficiência da agricultura.

Quanto à safra deste ano – não há nenhum grão que tenha um prazo tão longo –, haverá uma supersafra de 130 milhões de toneladas de grãos.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Somente pondero, Senador, que o argumento mais aprofundado – cada um com sua visão política, sua história, seu posicionamento e na disputa entre Oposição e Governo, que é muito própria da democracia –, a discussão mais equilibrada seguramente permitirá uma contribuição mais eficiente para se equacionarem os problemas tão complexos e difíceis do Brasil.

Creio que o menos importante é saber de quem é o crédito. O mais relevante é aumentar a colheita e a capacidade de produção e de exportação. Neste mês, o Brasil está batendo recorde histórico de exportação, recorde histórico de safra agrícola e recorde histórico de saldo comercial.

Parabenizo sobretudo o homem do campo, o grande responsável por tudo isso.

Precisamos, porém, avançar no que se refere à reforma agrária. Devemos dialogar com os movimentos sociais do campo para que se respeite o Estado de direito e para que a reforma agrária seja compatível com esse impulso fantástico da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Heráclito Fortes e Senador Aloizio Mercadante, a esta altura, devemos homenagear os agricultores do Brasil e encerrar a sessão, porque senão vamos ficar debatendo e vamos esquecer quem são os responsáveis pela grande produção agrícola.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Aloizio Mercadante foi positivo não só para mim, mas para o Brasil, até porque é raro isso acontecer. A safra colhida não é fruto de um trabalho de cinco meses; cinco meses é o período da colheita. V. Ex^a tem que levar em conta a época em que os presidentes e os dirigentes da Embrapa não eram escolhidos por pressão partidária. É preciso considerar as pesquisas feitas, a infra-estrutura dada ao cerrado e, acima de tudo, o trabalho de longos anos. V. Ex^a está apenas usufruindo do sucesso. Aproveito o ensejo para solicitar à TV Senado a filmagem do elogio do Senador Aloizio Mercadante ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que será muito útil para o PFL da Bahia no pleito que se aproxima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode requisitar a cópia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Álvaro Dias, concedo-lhe a palavra pela ordem, mas espero que seja rápido, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei breve, Sr. Presidente.

A exemplo do que sempre faz o Senador Eduardo Suplicy e na esteira das palavras do Líder Aloizio Mercadante sobre reforma agrária, lembro aos Srs. Senadores que amanhã, às 10 horas, a CPMI da Terra se reunirá para debater o processo de reforma agrária no País, com a presença da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Eu não sabia que os produtores rurais podem, agora, tirar férias, porque o Governo de Lula planta e produz por eles. Fiquei muito impressionado com essa descoberta e, certamente, os produtores rurais brasileiros ficarão muito felizes com isso.

Por outro lado, aprendi com o Senador Mercadante que a soja é uma cultura perene. Parece-me que o Senador não sabe diferenciar um pé de café de um pé de soja. Além disso, S. Ex^a não precisa se preocupar com as estradas porque é de São Paulo e o Governador Geraldo Alckmin cuida muito bem das rodovias do Estado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não posso negar-lhe a palavra, Senador Eduardo Suplicy, mas lhe pediria rapidez, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo-se iniciado a discussão de importante questão econômica, eu gostaria de informar a todos os Senadores que houve uma decisão relevante, hoje, do Copom, com o corte mínimo de 0,25 ponto, baixando a taxa de juros para 16% ao ano.

O Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central, fez uma tímida redução de 0,25, semelhante à que fez há um mês. Com isso, os juros caem para 16% ao ano, a menor taxa desde abril de 2001.

Considero-a ainda bastante modesta, Sr. Presidente, e gostaria de ponderar a respeito de uma situação. Eu perguntaria ao Presidente desta sessão, Senador Romeu Tuma: saberia V. Ex^a, nominalmente, quais são os membros do Copom?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu gostaria que V. Ex^a nos revelasse o seu segredo. Eu gostaria de saber quem manda no Copom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A pergunta tem o seguinte fundamento, Sr. Presidente: são tão importantes as decisões do Copom que talvez fosse relevante a proposição de que a Radiobrás passasse a transmitir as suas sessões, se não ao vivo, pelo menos gravando-as e reproduzindo-as no dia seguinte. Eu preferiria que o fizesse ao vivo.

A Radiobrás poderia, no programa de televisão e na própria rádio, transmitir as sessões, para que a população brasileira pudesse acompanhar de perto como são tomadas as decisões do Copom.

A minha pergunta, Sr. Presidente, foi feita no sentido mais respeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a pode, com base no art. 216 do Regimento Interno, requerer informações ao Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei, mas eu tenho a lista desses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Isso seria interessante, pois assim seriam publicados no **Diário Oficial**.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dado que as decisões do Copom são tão importantes, seria também fundamental que a população soubesse quais são os seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a poderia ser mais breve, pois o tempo já está irregular e ultrapassou mais de 15 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A minha sugestão, que colocarei em projeto de lei ou de resolução, é que as sessões do Copom passassem a ser transmitidas, se possível, ao vivo; se não, que o fossem 24 horas depois, pela Radiobrás, televisão e rádio, para que a população pudesse conhecê-las e os membros do Copom se sentissem suficientemente responsabilizados.

Dessa forma, assim como nós somos questionados, nas ruas, a respeito de nossas decisões, eles também seriam melhor identificados pela população, pelos trabalhadores, pelos empresários, por todos, inclusive pelo Senador Antero Paes de Barros, para que se soubessem as razões que os levaram, desta vez, a mais uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu pediria para encerrarmos a sessão, pois estamos irregulares.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, vamos fazê-lo. Antes, eu gostaria de cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy pela idéia e apelar para que, além da Radiobrás, as próprias Rádio e TV Senado pudessem estar disponíveis para a transmissão das sessões do Copom.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Também. Então, façamos um projeto em conjunto. Aliás, já apresentei um projeto de lei a esse respeito, mas a TV Senado está envolvida com as nossas sessões, cujos horários coincidem com os das sessões do Copom. Por isso pensei que elas pudessem ser gravadas e transmitidas depois.

Vamos pensar no melhor procedimento operacional. Farei uma visita ao Presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, e dialogarei com o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para que se aperfeiçoe a iniciativa legislativa que pretendo apresentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de a pauta se encontrar sobrestada por Medidas Provisórias, defere, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, o **Requerimento nº 440, de 2004**, do Senador Jonas Pinheiro.

Fica o Senador Jonas Pinheiro autorizado a participar da missão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Leonel Pavan, Paulo Elifas e Romeu Tuma, e A SRA. Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 8 de abril assinala o Dia Mundial de Combate ao Câncer. É importante emprestar a nossa voz para que se aprofunde a consciência dos brasileiros e de suas instituições no que se relaciona a essa doença, enfermidade terrível, de mil faces ameaçadoras, que mata, aleija, infelicita em todo o mundo, em países pobres, ricos ou emergentes.

No Brasil, em 2003, foram cerca de 400 mil novos casos de câncer. Portanto, 400 mil pessoas receberam a notícia de que tinham a doença. Nem sempre é um aviso que vem a tempo de possibilitar um tratamento que salve vidas. E quando, por sorte, o diagnóstico é precoce, como sempre deveria ser, e há possibilidade de tratamento e até chance de cura, ainda assim sofrem os enfermos e suas famílias devido aos procedimentos terapêuticos, geralmente, penosos e demorados.

Ainda em 2003, tivemos cerca de 127 mil mortes por câncer. Entre os homens, o câncer de pulmão é o que mais mata. É uma devastadora neoplasia maligna, quase sempre causada pelo cigarro. Para cada 100.000

habitantes, são 13 mortes. Logo a seguir, como grande matador entre os homens, vem o câncer de próstata. É também alto o número de mortes por câncer de estômago, esôfago, cólon e reto.

Entre as mulheres, o mais freqüente é o câncer de mama, seguindo-se o de pulmão e os do aparelho digestivo e do útero. Para homens e mulheres, o câncer de incidência mais comum, mais freqüente, é o de pele não-melanoma. No entanto, este não mata muito, pois, se detectado no início, é de fácil tratamento e cura.

Como vemos, Sr. Presidente, o câncer é um grande inimigo da saúde e da vida humana. Mas temos como reagir. A medicina brasileira acompanha os progressos mundiais das inovações científicas na luta contra o câncer. A primeira linha de defesa, nessa luta, é a prevenção. Para cada tipo de câncer, há para os indivíduos e para as famílias e a comunidade meios de se organizar, de se preparar, acompanhando, prevenindo, detectando a tempo os primeiros sinais da doença.

O papel dos médicos e das instituições de saúde é divulgar a idéia da prevenção, os métodos de prevenção. Tudo o que se pode investir e fazer em matéria de acompanhamento e de prevenção vale a pena, pois é enorme a diferença entre tratar no início e tratar no estágio avançado da doença. Os custos materiais e em sofrimento para as pessoas, as famílias e a sociedade crescem enormemente quando não se faz a prevenção, o acompanhamento.

O desafio posto para a sociedade brasileira, diante do câncer, é manter não somente uma medicina atualizada científica e tecnicamente, mas também um sistema de saúde pública que estenda os benefícios da prevenção e do tratamento a toda a população. Hoje, só têm garantido um bom atendimento aqueles muito abonados ou os associados a planos de saúde sólidos.

Temos, pelo Brasil afora, bons hospitais para tratamento de câncer. Alguns têm mesmo excelente padrão. Em termos de Poder Público, é muito útil o trabalho de compilação estatística feito pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA, do Ministério da Saúde. Com boas estatísticas e previsões sobre a incidência e a mortalidade associadas a cada tipo de câncer e suas variações regionais, as instituições médicas, públicas e particulares podem dimensionar corretamente seus esforços no combate a essa traiçoeira enfermidade.

Combate, Sr. Presidente, que se deve dar sem trégua, esclarecendo-se a população, dedicando-se os recursos para o estudo, a pesquisa e o aparelhamento técnico. Um esforço de todos, na luta contra o terrível mal que é o câncer, para o benefício de todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Governar é preciso”, de autoria do atual presidente do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, José Serra, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de abril do corrente.

No seu artigo, o Presidente do PSDB avalia que “o governo Lula sofre de três problemas endógenos: a falta de um programa, a falta de capacidade administrativa e a ocupação do aparato de Estado pelo PT”. Com isso, conclui que a maior carência do Brasil, hoje, é a falta de Governo.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 5 de abril do corrente seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Folha de S.Paulo
5-4-2004

GOVERNAR É PRECISO

Por José Serra

“Não há necessidade maior para as pessoas que vivem em comunidade do que a de serem governadas, autogovernadas se possível, bem governadas se tiverem sorte, mas, em qualquer caso, governadas.”(Walter Lippmann)

O governo Lula sofre de três problemas endógenos, começando pela falta de programa. O PT tinha um programa histórico que se baseava num diagnóstico-denúncia da sociedade brasileira: desigualdades, falta de acesso da grande maioria da população a terra, educação e saúde, economia a serviço dos bancos e do imperialismo, corrupção na administração, domínio da mídia pelos grandes grupos econômicos.

Chegando ao governo federal, o PT engavetou esse programa, mas não o substituiu por outro coerente. Foi acometido por uma variante da síndrome de Estocolmo -aquela que torna as vítimas apaixonadas por seus algozes. O que era condenado passou a ser adotado com gosto: aliança com os setores mais atrasados da política brasileira, política econômica baseada num tripé de juros estratosféricos, carga tributária sideral e cortes draconianos de gas-

tos essenciais, revogação do instituto da CPI, devoção aos credos do mercado financeiro internacional. O segundo problema é a falta de capacidade administrativa para fazer as coisas acontecerem, inclusive as que não exigem muito dinheiro. As iniciativas do Palácio do Planalto se resumem a ações de cooptação política, azeitamento da máquina publicitária, discursos cansativos e mobilização do aparato governamental para intimidar forças políticas e instituições que pensam ou agem de modo diferente do admitido pelos donos do poder.

Esse padrão, com poucas exceções, se estende aos ministérios. Mesmo na Saúde, onde, diferentemente da Educação, se procurou manter as diretrizes do governo Fernando Henrique, os retrocessos têm sido inegáveis: cortes de recursos, passagem dos remédios genéricos para o segundo plano das prioridades, loteamento da Funasa e do Inca, desaceleração do cartão SUS e do Programa de Formação de Auxiliares de Enfermagem.

O terceiro problema é a ocupação do aparato de Estado pelo PT. A direção partidária se transplantou para o núcleo do governo de mala e cuia e espalhou seus seguidores por todas as instâncias. Tudo isso sem nenhum projeto de sociedade, diferentemente do modelo bolchevique de partidização do Estado, que tinha pelo menos uma utopia, maravilhosa para uns ou abominável para outros, mas real. No modelo petista, trata-se de um bolchevismo patrimonialista.

Esse modelo tem vários problemas. Não gera desenvolvimento nem empregos, estanca as políticas sociais, não incentiva a moralidade e não leva a uma administração eficiente. Há governo demais se reunindo de forma exaustiva, armando truques publicitários, caçando bodes expiatórios, desperdiçando recursos públicos, como no caso dos erros da política de juros do Banco Central, que custam bilhões de reais canalizados para rentistas, e não para produtores. Por outro lado, no que importa, há governo de menos, funcionando mal.

Com a popularidade em declínio, há o risco de que a reação petista se torne cada vez mais baratinada e truculenta, como já vem acontecendo, tensionando a estabilidade institucional. Assim, se me perguntassem qual é a maior carência do Brasil hoje, eu diria que é a falta de governo. A sorte de os brasileiros serem bem governados parece distante, mas, a esta altura, governo que começasse a funcionar já seria lucro.

José Serra é presidente do PSDB e escreve às segundas nesta coluna.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para co-

mentar duas matérias publicadas nos jornais **O Globo** e **Jornal do Brasil**, que, mais uma vez, evidenciam a crise que insiste em continuar na base governista.

As matérias intituladas "Presidente do PL ataca Palocci", publicada no **Jornal do Brasil** de 16 de março, e "Lula dobra o PL e Valdemar", publicada no jornal **O Globo** de 17 de março, mostram o presidente do PL atacando o Ministro da Fazenda e a condução da política econômica no governo Lula.

Se somarmos esse recente episódio àquele gerado pelo documento do Partido dos Trabalhadores, que exigia mudanças na política econômica, obtemos

como resultado uma enorme incongruência: Partidos "usufruindo" do Poder e comportando-se como se fossem de oposição.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que as matérias acima citadas sejam consideradas como parte deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Presidente do PL ataca Palocci

Em cerimônia no Palácio do Planalto, Valdemar Costa Neto diz que ministro não tem condições de tocar a economia do país

LUIZ QUEIROZ X PALOCCO DE TARSO LUIZA

BRASÍLIA - A posse do novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, indicado pelo PL, e a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade não foram o bastante para amenizar a acidez das críticas proferidas pelo presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto (SP). Um dia após pedir, em entrevista ao **Jornal do Brasil**, a cabeça do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, alegando que este não entende "buhufas" de economia, Costa Neto repetiu que a manutenção da política econômica vai condicionar o Brasil "direto para o branco".

O ministro Palocci tem competência para ser prefeito de Ribeirão Preto, mas não tem condições de tocar a economia do Brasil e já provou isso durante um ano. Não entende de economia e levou o país para o pior dos mundos: crescimento negativo, com aumento da dívida - atacou o presidente do PL, partido que integra a base governista e tem o vice-presidente da República, José Alencar.

Na avaliação de Costa Neto, o presidente Lula conseguiu, após muito esforço, obter uma economia de R\$ 20 bilhões (superávit primário), mas a dívida pública cresceu R\$ 80 bilhões.

- Não dá para o país gastar R\$ 150 bilhões e investir apenas R\$ 4 bilhões. Não há quem resista a isso - disparou.

Os ataques de Costa Neto não se restringiram ao ministro Palocci. Como na véspera, atingiram também o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

- É um homem que não tem afinidade com o PL, com o governo e com a aliança dos partidos.

O discurso de posse de Alfredo Nascimento mostrou que os ataques não partem de opiniões pessoais de Costa Neto, mas formam uma estratégia partidária. Filhado do PL, o ex-prefeito de Manaus defendeu ontem a sua condução nas áreas de juros, crédito que começa a ser detalhada hoje em reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM). Os resultados serão divulgados amanhã.

Com os juros que estão sendo praticados no país, você tem problemas para pagar o boleto - afirmou.

Costa Neto também atacou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, embora tenha sido o presidente do PL a apoiar a indicação de Valdemar sobre o afastamento de Palocci e Meirelles.

- O PL está se autocriticando - afirmou o presidente do partido, afirmando que o próprio PT tem sido crítico da política econômica de Palocci.

Os deputados aionários acionaram a defesa antipalocista. Arlindo Fianato, o vice-presidente da Câmara, Beto Albuquerque também atacou Costa Neto para o canto e disse que não deveria cancelar a indicação. Revoltado,

afirmou que está surgindo uma nova Darlene no governo - em referência à personagem de Deborah Secco na novela *Celebridade*, uma jovem deslumbrada que faz tudo para aparecer.

- O que ele disse é uma irresponsabilidade. O Valdemar suava de felicidade aplaudindo o ministro dele. Ele não quer suar, não quer desgastar a hora de defender o governo? - esbravejou.

Para o vice-líder do governo, se Palocci não entende de economia, Costa Neto não entende de política. Albuquerque lembrou que a opção do PL ou do PFL pouco importa para o governo.

- Quem dita os rumos da política econômica é o presidente Lula. E ele já disse o que quer acrescentar, referindo-se ao apoio irrestrito de Lula ao ministro Palocci.

Os petistas também trataram de se defender. Líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) garantiu que Palocci está fazendo um grande trabalho, que permitiu a retomada da confiança externa em relação ao Brasil.

- O cenário sólido e consistente está sendo possível graças ao trabalho de muita gente. E a atuação do Palocci vem sendo decisiva.

Mercadante também foi alvo das críticas de Costa Neto, que considerou o líder do governo um nome natural para o Ministério da Fazenda.

- Só que ninguém gosta dele. Ele é um cara traído, difícil, honesto, mas não foi colocado no cargo justamente porque ninguém suporta ele - disse o presidente do PL.

Interpretando a Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), também defendeu Palocci. Disse que 2003 foi um ano difícil e que o Brasil só não quebrou por conta da atuação firme. Admitiu que o PT, assim como o PL, defende a mudança nos rumos econômicos. Mas lembrou que isso não significa a troca do titular da Fazenda.

Se o presidente Lula resolver que é necessário mudar a linha de atuação, Palocci vai ser ouvido e será o condutor desta nova fase - garantiu Chinaglia.

Diante da briga interna na base do governo, a oposição ficou entre a preocupação e o sarcasmo. O líder do PT no Senado, José Agripino (RN), classificou o movimento como preocupante. Retorcou que isso não significa a troca do titular da Fazenda.

Se o presidente Lula resolver que é necessário mudar a linha de atuação, Palocci vai ser ouvido e será o condutor desta nova fase - garantiu Chinaglia.

Estamos diante de uma situação exposta na relação doméstica do Poder Executivo - apontou.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Alemaim, classificou a situação que repercutiu toda a manhã, uma frase do padre filósofo espanhol Baltasar Gracián, do século 17. O mantra serviria para o presidente se lembrar dos aliados no governo.

Um meu Deus, Cuidem dos meus amigos, que dos meus inimigos não vou me esquecer.

"Palocci tem competência para ser prefeito de Ribeirão Preto, mas não para tocar a economia do Brasil"
VALDEMAR COSTA NETO
PRESIDENTE DO PL

"Com os juros que estão sendo praticados no país, você tem problemas para pagar o boleto"
ARLINDO NASCIMENTO
MINISTRO DOS TRANSPORTES

"Se Lula resolver que é preciso mudar a linha de atuação, Palocci será o condutor desta nova fase"
ARLINDO CHINAGLIA
LÍDER DO PT NA CÂMARA

Ele é bom companheiro

BRASÍLIA - O Chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, comemora hoje 58 anos de idade e a data não será esquecida pelos amigos de afeto, verdadeiros e os da ocasião. Além da costuradeira enxurrada de telefonemas e telegramas de políticos e de quem espera ser lembrado por ele no futuro, o ponto alto das homenagens ao ministro deverá ser o jantar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende oferecer ao amigo no Palácio da Alvorada.

Toda a cúpula petista e os líderes da base governista no Congresso devem estar presentes ao evento, não confirmado oficialmente pelo Palácio do Planalto até o início da noite de ontem. Mas as homenagens a Dirceu já começaram hoje pela manhã, numa iniciativa de seus subordinados no Gabinete Civil. Numa festinha particular, os servidores esperam comemorar o clima tenso vividos nos últimos 33 dias, quando se ouviram as primeiras denúncias contra o ex-chefe da Casa Civil e amigo do ministro, Waldomiro Diniz, que até hoje atormentam a vida política de José Dirceu.

Apesar dos pesares, a ocasião não poderia ser melhor para o ministro fazer aniversário. Em clima de festa, espera-se que o presidente aproveite o jantar para mais uma vez pedir que seus principais ministros esqueçam as divergências políticas e pensem no país. Portanto, se o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estiver ao evento, o tom da noite será o da reconciliação.

Após um mês sem que até agora não se tenha uma informação concreta que comprove a vinculação do ministro José Dirceu com as atividades ilícitas do seu ex-

assessor de Assuntos Parlamentares (flagrado em vídeo cobrando província de empresário do jogo do bicho), os poucos, o chefe da Casa Civil nem conseguirão retomar sua vida pública, com aparições ainda comedidas em cerimônias palacianas.

José Dirceu, a cada dia que passa, reforça a sua blindagem política e em boa parte ele deve isso ao apoio político que tem recebido do presidente Lula, que desde o início da crise procura motivá-lo, não deixando que o ministro se abata diante do noticiário sobre o escândalo.

Lula não rebate críticas

BRASÍLIA - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem, durante a solenidade de posse do novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que fará nova reunião na próxima sexta-feira para discutir medidas que agilizem a conclusão de obras de infra-estrutura em todo o país. Os ministros da área deverão conversar com representantes do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, BNDES e do Ministério Público sobre um dos principais gargalos que inviabilizam ou atrasam a execução de obras: a concessão de licenças ambientais.

- Vamos realizar uma ação combinada de todos os ministros para ver o que podemos fazer para a coisa funcionar - disse o presidente.

Lula fez um discurso de cerca de 20 minutos sobre os problemas da área de Transportes e evitou rebater as críticas do Partido Liberal à política econômica do ministro Palocci. O presidente ressaltou a importância do Ministério dos Transportes para o incremento das exportações e o crescimento da economia. Afirmou que o novo ministro Alfredo Nascimento está assumindo "uma pasta difícil", cuja demanda é superior aos recursos disponíveis.

O presidente garantiu que Nascimento ganhou liberdade total para escolher sua equipe no Ministério dos Transportes, já que ele "terá o desafio de fazer com que as

coisas comecem a andar".

- O que foi grave no Brasil foi que não se fez as coisas boas que precisavam ser feitas, como não se fez corretamente a manutenção daquilo que precisava ser feito - lembrou Lula, afirmando ainda que o Ministério dos Transportes é uma pasta "que historicamente deixou a desejar".

O presidente destacou a importância do capital privado no setor de infra-estrutura. E pediu o esforço do Congresso na aprovação do projeto que cria o plano de Parceria Público-Privada.

- Certamente vamos convocar os empresários brasileiros para que eles assumam a responsabilidade de investir em obras em que possivelmente o poder público não teria o suficiente para construir - disse.

Ao se dirigir ao novo ministro, Alfredo Nascimento, o presidente Lula disse que ele passa a fazer parte de um conjunto de ministros "da melhor qualidade moral, ética e profissional".

Lula ainda brincou com Nascimento sobre a escolha dos técnicos que o ministro pretende levar para o ministério, fazendo uma alusão à situação do Corinthians no campeonato paulista:

- Eu tenho certeza que você terá visão de jogo e não deixará que o seu time vire o que virou o meu Corinthians ontem, que, se não fosse o São Paulo, seria massacrado da primeira divisão do futebol em São Paulo. (LQ).

Novo ministro é alvo de denúncias

BRASÍLIA - Sob denúncia do Ministério Público do Amazonas, o ex-prefeito de Manaus Alfredo Nascimento (PL) assumiu ontem o Ministério dos Transportes, dando saída honrosa ao colega de partido Anderson Adauto, que vai concorrer a Prefeitura de Uberaba (MG).

Segundo denúncia feita em 5 de fevereiro deste ano pela procuradora Noeme Tobias de Souza, Nascimento não listou entre seus bens, na declaração enviada ao Tribunal Regional Eleitoral em 1996 (primeira eleição) e 2000 (reeleição), a empresa Vulcanização Tarumã Ltda.

A empresa, que já foi a principal prestadora de serviços de recauchutagem de pneus para empresas de transporte de Manaus, pertence à mulher do prefeito, Francisca Leônia do Nascimento, e ao irmão dela, Francisco Rodrigues de Moraes.

Nascimento também é acusado de suposta ameaça a Francisco Cirilo Batará Anunciação, dono do jornal Diário do Amazonas. A ameaça teria sido motivada por reportagens sobre tráfico de influência envolvendo empresas de Nascimento.

Agência Folha

Lula dobra o PL e Valdemar

Presidente ameaçou demitir novo ministro dos Transportes e presidente do partido voltou atrás

Caixa Selabra
BRASÍLIA
 Para atender a uma exigência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o chamou para uma conversa ainda na segunda-feira, e sob pena de ver o recém-empossado Alfredo Nascimento fora do Ministério dos Transportes, o pre-

sidente do PL, Valdemar da Costa Neto (SP), tentou divulgar ontem nota em que assumia sozinho a responsabilidade pelas críticas à política econômica e ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Nas conversas com o PL, Lula foi firme e disse que poderia perder o apoio do partido, mas continuaria apoiando integralmente Palocci. A tarde, o vice-presidente José

Avencar, acompanhado de Nascimento, entregou a Lula uma nota não de Valdemar, mas de toda a bancada e a executiva na qual o PL reitera a preocupação com a política de juros, manifesta apoio incondicional ao governo e desautoriza o pedido de seu presidente pedindo a saída de Palocci. "A executiva nacional do Partido Liberal e sua bancada na Câmara reite-

ram posição de apoio incondicional ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Reconhecem ainda, que a substituição de ministro no Brasil é de competência exclusiva do presidente da República. Reafirmam, contudo, que o centro das preocupações do PL reside no fato de que as elevadas taxas de juros tribuem os investimentos em atividades produtivas."

Vice-líderes do PL insistem nas críticas

• Na nota, a bancada do PL atribuiu a uma opinião pessoal de Valdemar os comentários sobre o desempenho de Antonio Palocci. Muitos vice-líderes do partido não admitiram e pediram um documento, no qual votam a condenar a política de juros. Para desagravo de Valdemar:

— Não me decebam pelo amor de Deus! Preciso salvar Nascimento. Tenho que fazer esse gesto — apelou Valdemar ao ser avisado da nota em solidariedade a ele.

Numa reunião de quatro horas, Valdemar foi enfático ao relatar detalhes da conversa que teve na segunda-feira com Lula, o vice-presidente da República, José Avencar, Nascimento e o líder do PL na Câmara, Sandro Mabel (GO). Conhecido por seu tom dramático, Valdemar chegou a pôr as mãos na cabeça para ressaltar os riscos de Nascimento que, segundo ele, ameaçava voltar para Manaus e concorrer à prefeitura em 2006.

— Não tenho condições de ficar aqui — teria dito Nascimento.

Lula foi duro nas conversas com os dirigentes do PL.

— O que está acontecendo com o PL? Como fazem isso num momento em que o partido está sendo prestigiado? — cobrou.

Pela manhã, o ministro Aldo Rebelo foi porta-voz da maioria. Ainda que minimizando o impacto das declarações, disse que Valdemar expressou posição pessoal, não do partido. Mas afirmou que o governo esperava uma manifestação pública do PL.

— Aguardamos apenas que o PL, através de suas instâncias partidárias, manifeste sua opinião — disse, admitindo ainda a possibilidade analisar a proposta do líder do PMDB, deputado Renan Calheiros (AL), que teria sugerido a criação de um código de conduta para os partidos da base. — Não colocarei a proposta, mas estou aberto para examiná-la. A verdade é que a vida vai separando naturalmente quem é governo e quem é oposição.

Na véspera, após o constrangimento da posse, Nascimento esteve no Congresso, para uma reunião com a bancada. No encontro pediu ajuda dos deputados.

— Sem a bancada, não posso exercer meu trabalho no Ministério. Não posso ser ministro nem só do PL, nem só do governo. Por favor, conto com vocês. ■

COLABOROU Adriana Mesquita
 ► NO BLOG DO ONLINE:
 Leia a íntegra da nota do PL.
www.sfn.gov.br/pas

Bruxas à solta na vida do novo ministro

— Pais de Nascimento sofrem acidente a caminho da posse

BRASÍLIA. Recém-empossado no cargo, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, não atravessa um bom momento. Na manhã de ontem, os pais do ministro, que foram a Brasília para a sua posse, sofreram acidente a caminho do aeroporto e foram internados com ferimentos superficiais. Esse foi só um problema das últimas 48 horas.

— Tudo está acontecendo de uma vez — queixou-se Nascimento.

Além dos ataques do presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, à política econômica, durante a cerimônia de posse de Nascimento, o novo ministro enfrenta problemas em Manaus. Para assumir o ministério, renunciou à prefeitura, o que precipitou a disputa eleitoral e acirrou os ânimos na cidade.

Nos últimos dois dias, seis de seus colaboradores deixaram a equipe de governo, sob o comando de um pretenso aliado, o presidente da Câmara, Luiz Alberto Carjo (PL).

Como Nascimento não tinha vice, Carjo tornou-se o prefeito em exercício e ficará no

cargo até que a Câmara eleja alguém para ocupar a cadeira nos próximos nove meses. O prefeito será escolhido em eleição indireta pelos 33 vereadores da cidade, Nascimento deixou a prefeitura certo de que faria o sucessor. Mas, no mesmo dia da posse do ministro, Carjo demitiu seus secretários de Fazenda, Aloisio Braga, e de Obras, Paulo Jacob.

Além dos dois, que seriam prefeito e vice na chapa idealizada por Nascimento, Carjo demitiu o presidente da Empresa Municipal de Transportes Urbanos da cidade, Pedro Carvalho. A aliados, disse que tomou a decisão por constatar que o sistema expresso implantado pelo atual ministro dos Transportes em Manaus não funciona.

Para piorar, o governador do Amazonas, Eduardo Braga (PPS), exonerou três de seus secretários para que voltem à Câmara dos Vereadores. Agora, tem mais votos que Nascimento na Câmara para a eleição do novo prefeito. Braga conta com oito votos e Nascimento, com sete.

"O que está acontecendo com o PL? Como fazem isso comigo num momento em que o partido está sendo prestigiado?"

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Crise leva a cancelamento de almoço com Kirchner

Presidente antecipa seu retorno a Brasília

• BRASÍLIA e RIO. Preocupado com a repercussão da crise na base governista e com as críticas de aliados à política econômica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encurtou ontem o encontro que teve no Rio com o presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Lula desistiu do almoço com o colega argentino, previsto na agenda oficial, e antecipou a sua volta a Brasília. Convocou uma reunião com os ministros José Dirceu (Casa Civil), Afonso Rebello (Coordenação Política) e Luiz Dulci (Secretaria Geral). A assessoria da Presidência da República deu outra justificativa para a volta antecipada e informou que o presidente avaliou que as questões já haviam se esgotado no encontro com Kirchner e nas reuniões entre diplomatas brasileiros e argentinos.

O presidente também reuniu-se com o vice José Alencar, filiado ao PL, partido presidido pelo deputado Valdemar Costa Neto (SP), que antecipou a substituição do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Do encontro, Lula curtiu um pedido de desculpas pelas críticas feitas pelo deputado e a informação de que o ministro e o político partido, a preocupação no Planalto não é exatamente com as críticas que surgem dentro da base. As declarações do presidente do PL são consideradas ruins mais pelo impacto que provocam na economia, especialmente no mercado financeiro.

Logo também convocou o ministro do Planejamento, Guido Mantega, para outra reunião no fim de tarde. No encontro, o presidente participou do encontro com prefeitos no Hotel Blue Tree Park e recebeu quatro governadores: Germano Rigotto (RS), Luiz Henrique (SC), Roberto Reginiani (PR) e Zeca da PT (MS).

Alencar conversou cedo com Lula e ajudou a conter crise

Vicé-presidente desaprovou ataque de Valdemar

• BRASÍLIA. Mesmo tendo sido um dos mais renitentes críticos da política econômica no primeiro ano do governo Lula, o vice-presidente José Alencar não gostou do rompante do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Numa conversa ontem cedo com Valdemar, Alencar mostrou sua discordância com o pedido do presidente de seu partido para que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fossem substituídos. Desde que Valdemar defendeu as demissões, Alencar atuou junto a Lula e a seu partido para apagar o incêndio e evitar que a relação do PL com o governo piorasse.

Para Alencar, Valdemar não devia ter agido impulsivamente, sem consultar o partido. Uma das preocupações do vice-presidente, mesmo quando manifestou suas divergências em relação à política de juros, foi a de não dirigir suas críticas a alguém especificamente. Segundo pessoas próximas a Alencar, que ainda convalesce de uma cirurgia de vesícula, ele reclamou das declarações de Valdemar com o ex-ministro dos Transportes Anderson Adauto, que foi visitá-lo ontem no Jaburu.

No fim da tarde, depois que o PL já havia divulgado nota oficial reiterando seu apoio ao governo e a todos os seus integrantes, Alencar reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na conversa, o vice reforçou a posição do PL, garantindo que as declarações de Valdemar são pessoais e não representam o pensamento da maioria do partido. Em audiência separada com Lula, o novo ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, em cuja posse Valdemar fez as críticas, repetiu o discurso do vice-presidente.

OPINIAO

ÔNUS E BÔNUS

• DEPOIS DE O PT formalizar a oposição à política econômica e o presidente do PL, partido aliado, Valdemar Costa Neto, fazer o mesmo de viva voz, deu-se uma incongruência.

PARTIDOS VITORIOSOS nas urnas, beneficiários do poder, comportam-se como se fossem da oposição. Para serem coerentes, PT e PL deveriam abrir mão dos incontáveis cargos públicos ocupados por seus militantes e apadrinhados.

É COMO estabelece uma velha regra: quem leva o bônus também precisa arcar com o ônus.

O SR. PAULO ELIFAS (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho, hoje, a esta tribuna para falar sobre o povo brasileiro. De todas as cores, de todos os credos, de todos os sotaques. Brasileiros de mãos caalejadas pelos guatambus da vida, brasileiros das filas dos hospitais públicos e das promessas de emprego, brasileiros da luta por um país mais justo e democrático na repartição de suas imensas riquezas, brasileiros que fazem do suor o combustível da esperança. Falo, portanto, em especial, dos brasileiros de Rondônia.

São muitos os Estados que avocam para si a condição de síntese do País, tanto no que há de mais belo, como nas suas maiores mazelas. Mas, nenhum deles tem, como Rondônia, a sua história moldada pelos contornos da realidade brasileira, principalmente nas últimas décadas. Rondônia é o ponto de encontro de todos os cantos e recantos do Brasil, uma terra nordestina de Severinos, uma terra nortista de Raimundos Nonatos, uma terra sulista de Silvas, Schmidt, Dalla Vecchia e Michaltzuk, uma terra de cosmopolitas, de sertanejos e de nativos de todos os nomes e sobrenomes, que se irmanam na gente rondoniense, retrato mais que perfeito da Nação brasileira.

Eu mesmo, um Silva do Paraná, usei o desafio de deixar a minha vida no norte do Paraná e dedicar-me, como médico, a uma população, que chegava a um território longínquo, mas que já se apresentava, em meados da década de setenta, como um “Novo Eldorado”. Éramos poucos profissionais médicos em Rondônia, naquela época, menos de vinte. Os núcleos populacionais mais se pareciam um amontoado de clareiras com quiosques e casinhas de madeira, ao longo de uma estrada quase intransitável, a mesma que Juscelino ousou chamar, um dia, de “lado esquerdo da cruz”, por se tratar da via de integração do País, via oeste.

Luz de lampião, candeeiro, vela, lamparina; água do poço, da cacimba, da cisterna, do rio, do regato, do córrego, do igarapé ou quaisquer que sejam os nomes ou os costumes dos lugares de origem daquela gente de semblante corado pelo sol-a-sol. Entrei portas adentro daquelas moradas singelas, vi nascer e morrer, o choro de alegria da chegada e as lágrimas de tristeza da despedida.

Quem conhece, portanto, como eu, Rondônia na sua história e na sua geografia, sabe da importância do processo migratório na ocupação do espaço rondoniense, que se estendeu, principalmente, ao longo da BR-364. E essa migração, e o conseqüente desenho da ocupação produtiva, deu-se através de políticas públicas, isto é, Rondônia cumpriu uma missão das mais estratégicas no contexto da política nacional de

desenvolvimento econômico e social. Rondônia respondeu, de pronto, na solução dos grandes problemas nacionais, ao longo dos últimos trinta anos, período de maior afluxo populacional para o Estado.

Rondônia possuía, principalmente no final da década de setenta, todos os ingredientes necessários para atenuar os focos de tensão social que se alastravam no campo e nas cidades brasileiras, particularmente motivados pela luta pela terra produtiva.

A BR-364 constituiu-se, portanto, ao longo destes anos de ocupação territorial de Rondônia, em leito de vida. Uma verdadeira passagem para o progresso. Um elo de ligação entre cidades que emergiram e que se desenvolveram às suas margens, uma entrada para todos os povos, uma saída para o mundo.

A colonização do estado de Rondônia, na sua grande maioria se fez por pequenos produtores rurais com características familiares, dão o perfil das cidades que se alastraram, principalmente ao longo da BR-364. O grande arquiteto e, quem sabe, o paisagista da rede de cidades de Rondônia foi o Incra. Foram os seus projetos de colonização e de assentamento dirigido os moldes para o desenvolvimento urbano e rural do Estado. Muitos deles emprestaram, inclusive, seus nomes para os municípios que se sucederam. São os casos de Ouro Preto D'Oeste, Cacaulândia, Theobroma, Corumbiara, Colorado D'Oeste, entre outros. Trata-se de um processo diferente do se desenvolveu na chamada Amazônia Oriental. Lá, as terras foram ocupadas pelos grandes empreendimentos empresariais, que se estenderam em imensas extensões de terra, normalmente para a criação extensiva de gado. Rondônia, ao contrário, foi ocupada, produtivamente, pela policultura, de menor porte, o que propiciou, também, uma melhor distribuição fundiária. Em Rondônia, ainda hoje, quase 90% dos estabelecimentos rurais ainda se enquadram na categoria da pequena produção familiar de até cem hectares. Uma agricultura com essas características, que se sustenta na policultura, é menos sensível às crises, gera mais empregos a custos menores, produz alimentos e propicia o excedente necessário à exportação geradora de divisas. É assim Rondônia.

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores:

Por isso, Rondônia está pronta, mais uma vez, para responder às necessidades da Nação e de um povo que quer mudanças. Não há como conviver com tantos conterrâneos que ainda amargam a dor da fome. Nem com tantos desempregados à procura das placas de “precisa-se” e que só encontram as de “não há vagas”. Nem, tampouco, com tamanhas disparidades de distribuição de renda, que é responsável por esse verdadeiro *apartheid social* de um país rico, de

pobres. Os focos de tensão social, também hoje, se alastram pelas periferias, no campo e nas cidades, principalmente nos maiores centros urbanos. E, cada um destes lugares, por mais distante e, muitas vezes, esquecido, encontra em Rondônia os seus representantes, uma espécie de amostra humana, verdadeiros símbolos da riqueza das diferenças brasileiras de rostos e de sotaques.

Mas, Rondônia também vive essa mesma contradição: um Estado que ostenta potenciais de desenvolvimento dos mais significativos do planeta, com problemas sociais que se avolumam e que atingem o limite da violência. Recentemente, conforme amplamente divulgado pela imprensa, novo conflito, envolvendo garimpeiros e índios, ocorreu na reserva dos denominados índios Cinta Larga, na localidade de Espigão do Oeste, vizinho ao Município de Cacoal, onde atuou profissionalmente como médico. Esse conflito deixou um saldo de 23 vítimas, contabilizados até ontem à noite. Extra-oficialmente asseguram que há 62 corpos, muitos carbonizados. Por conhecer a região e conviver com a população local, temo que esse não seja o último conflito a ocorrer, apesar das providências já tomadas pela Funai e pelo Senhor Ministro da Justiça, através da Polícia Federal.

Pela história de Rondônia, pode-se demonstrar, por exemplo, que é possível realizar uma reforma agrária sem os ranços ideológicos que politizam a discussão da distribuição fundiária, nos limites de inviabilizá-la. Que é factível desenvolver uma economia baseada na pequena unidade de produção, que é possível também fortalecer uma sociedade com forte origem no ruralismo, desenvolvendo o núcleo urbano baseado na produção e trabalho agrícola. Que é possível fazer justiça social e por consequência desenvolver o País. Só por isto Rondônia é um Estado referencial para um planejamento em escala nacional, principalmente dos Estados da Amazônia Legal, contribuindo para amenizar e solucionar os problemas do Brasil de hoje, que são desemprego, fome e violência e a disparidade social sem precedentes.

Porém, é necessário que Rondônia tenha na BR-364, marco inicial da sua ocupação, sua espinha dorsal, não um “cordão sem ponta”, “cheio de nós”, esburacada e destruída. É necessário que seja recuperada, seja refeita nos trechos destruídos pelo transporte pesado de madeira, soja, café e boiadas. Que seja novamente via que transporta o progresso dos brasileiros de Rondônia, pois estando como está, destruída e abandonada, se transforma, também, em leito de morte.

Os agricultores de Rondônia, além do escoamento de sua produção, convivem com a má conservação das

estradas vicinais e das estradas que ligam os municípios fora da BR, quase todos sem cobertura asfáltica, e que, por isto, são penosamente punidos por um clima de intensa chuva que arrasta pontes de madeira, bueiros e solapam os leitos das estradas cascalhadas, porém sem terraplanagem.

Nos meses de janeiro a maio, as estradas vicinais, isolam os agricultores, que passam necessidade e morrem sem socorro médico, pois chegam tarde aos hospitais. Quantas de suas esposas tiveram que dar a luz em casa, à luz de vela, convivendo com a impossibilidade de transporte!

Neste momento, queremos dar uma sugestão ao Governo Federal, para que se debruce sobre a história do povo de Rondônia, setenta mil pessoas na década de 60 e um milhão e quinhentas mil nos dias de hoje. Se debruce e veja a história deste povo que, lutando com esperança, sem medo, transformaram uma floresta desabitada, inóspita, num exemplo de colonização, ocupação e fator de desenvolvimento social.

Rondônia precisa de muito mais, pois o povo que lá está, não cruza os braços, porém precisa de que o governo faça sua parte, que faça também parte da história os brasileiros de todos os Estados, gente de Rondônia, síntese do Brasil.

Obrigado Senhoras Senadoras e Senhores Senadores.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, deve estar preocupando a todo cidadão brasileiro a situação da saúde em nosso País. O atual Governo ainda não demonstrou ser capaz de manter a regularidade dos fluxos de investimento que a área necessita.

Na realidade o problema não atinge apenas hospitais públicos. O sistema de saúde em nosso País nunca pôde dispensar os serviços prestados tanto pelos hospitais privados quanto pelas entidades filantrópicas que tradicionalmente atuam nesse setor.

Recebi há pouco tempo correspondência enviada da Câmara Municipal de Bragança Paulista, assinada pelo seu Presidente, Clóvis Amaral Garcia, dando conta dos problemas enfrentados pelas Santas Casas de Misericórdia, problemas que não se restringem àquela cidade ou ao Estado de São Paulo, mas que são comuns a essas instituições por todo o País.

As Santas Casas, durante séculos, estiveram praticamente sozinhas na função de atender as necessidades mínimas de saúde da população brasileira. Desde 1543, quando a primeira delas foi fundada na cidade de Santos, elas se dedicam ao atendimento dos doentes e desvalidos, por vezes multiplicando sua ação no cuidado aos idosos, crianças, hansenianos e

prestando, inclusive, relevantes serviços na área de educação.

O Estado não tem sido capaz de substituir essas instituições, que continuam respondendo por quase metade dos leitos hospitalares disponíveis no País, com grande capilaridade, representada por suas mais de 2 mil e 500 unidades. Muitas delas são a única possibilidade de atendimento gratuito às populações carentes dos pequenos municípios brasileiros.

A manutenção dessas entidades está sendo feita quase que em caráter emergencial. Muito dependem da iniciativa de particulares, ou de operações de crédito, que, geralmente, só são realizadas quando o sistema já se encontra à beira da insolvência.

Ainda assim, as Santas Casas procuram manter a qualidade de seus serviços e são muitas as unidades consideradas como centros de excelência, constituindo-se em importantes referências regionais. Outras são conhecidas pela atuação como hospitais-escola e centros de difusão de novos conhecimentos na área médica.

O reconhecimento a esse distinto trabalho das Santas Casas de Misericórdia, entretanto, por vezes, fica apenas no plano sentimental. Acredito que é chegada a hora de um exame um pouco mais profundo da questão por parte dos Poderes Executivo e Legislativo do nosso País.

Precisamos avançar na regularização de fluxos de crédito e financiamento para apoiar o setor médico-hospitalar, evitando o colapso dos sistemas público e privado. Já não basta atender na extrema emergência econômica.

Investimento na área de saúde não pode ser encarado como uma despesa apenas. O retorno que ele dá aparece diretamente nas outras áreas, especialmente na melhora da condição de vida e da capacidade de trabalho de nossa população, colaborando para a ansiada recuperação do crescimento econômico.

Por sua vez, as Santas Casas têm solicitado ações de desburocratização que permitiriam uma atuação mais rápida e mais eficiente nesse importante papel que elas têm em nosso País.

Um exemplo da simplificação proposta por essas entidades pode ser apresentado na questão da exigência de certidões negativas de débito para com as Fazendas, no momento de celebração ou renovação de contratos.

A Constituição Brasileira, em seu artigo 150, veda à União, Estados, Distrito Federal e Municípios tributar patrimônio, renda ou serviços de entidades de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

As Santas Casas têm esse reconhecimento de filantropia. Entretanto, por força da Lei nº 8.666, de 1993, são obrigadas a apresentar as tais certidões negativas de débito no caso de celebração de contratos públicos. A mesma exigência é repetida até mesmo em alguns contratos que elas estabelecem com entidades privadas.

Como nem todos os Estados e Municípios estão bem organizados como o Governo Federal para a emissão dessas certidões, algumas delas são demoradas, provocando atrasos na celebração ou renovação de contratos e perda de oportunidades. Adicionalmente, os prazos de tramitação dos contratos dentro das repartições públicas, por vezes, resultam no vencimento dessas certidões, que têm um prazo de validade definido, amiúde só percebido no momento de pagamentos de contratos ou transferências de recursos de convênios, e outras coisas assim.

A exigência parece constituir-se, portanto, apenas em um óbice burocrático, desnecessário quando se considera a lógica da situação.

Solicito, portanto, ao Poder Executivo, que estude mecanismos e mudanças na Lei de Licitações, de forma a estabelecer a exclusão de entidades filantrópicas, reconhecidas na forma da lei, da obrigação de ter de comprovar o óbvio.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O sistema de saúde em nosso País deve funcionar de forma integrada, com a conjugação de esforços públicos e privados, sejam tais esforços realizados por entidades com ou sem fins lucrativos.

Mas as entidades reconhecidamente filantrópicas devem receber tratamento e atenção diferenciados por parte do Governo, uma vez que atuam exatamente nas áreas de maior carência da presença do Poder Público.

Envio minha saudação às Santas Casas de Misericórdia de todo o País e peço a colaboração das Senhoras e Senhores Senadores no sentido de buscarmos soluções permanentes para mantermos viável essa bem sucedida parceria de séculos, indispensável à saúde da Nação Brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

SÍNTESE INDICADORES SOCIAIS

14 de abril

A leitura dos jornais de hoje oferece um cenário desalentador para nossas crianças e jovem. E ao mes-

mo tempo estimulante para os que formulam políticas públicas e trabalham pela redução das desigualdades sociais do País.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, que é destaque na maioria das edições, permite uma visão inédita do Brasil. Aponta as urgências e impede o retrocesso das conquistas dos últimos anos.

Por um lado, a pesquisa alerta para o agravamento da violência, que ceifa a vida dos jovens mais pobres. Especialmente no Rio de Janeiro, onde os rapazes entre 15 e 24 anos estão sendo assassinados em proporção quase oito vezes maior do que no restante do País.

Em relação às meninas, é o drama da gravidez precoce que compromete a qualidade de vida de homens e mulheres. De cada cinco bebês nascidos no ano passado, um é filho de uma jovem entre 15 e 19 anos. Nessa idade, elas deveriam estar na escola. É sabido que quanto maior o nível de escolaridade da mãe, mais chances terá a criança de viver, crescer com saúde e ter bom aproveitamento escolar. Além de contribuir para redução da violência, como destaca a cartilha do Unicef que irá auxiliar os pais nos primeiros anos de vida.

A pesquisa do IBGE também aponta para o impacto que o desemprego e a queda de renda terão no aumento do trabalho infantil, invertendo a tendência de declínio dos últimos quatro anos. Já é alarmante a participação dos ganhos das crianças na renda familiar: de 15 e 41 por cento, em especial no Nordeste! Por isso minha insistência na defesa do Peti.

Ao lado das más notícias, o trabalho aponta avanços, como a redução da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, a redução do analfabetismo e maior garantia de direitos à mulher. Eles resultam não só da ação do Governo, mas da parceria com estados, municípios, movimentos sociais, Igreja, universidades e apoio de organismos internacionais.

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE é, portanto, uma radiografia do Brasil que temos. Os desafios ainda persistem e ameaçam o cumprimento das exigências da Declaração do Milênio, que estabelece metas econômicas e sociais para os membros das Nações Unidas até 2015.

A arrogância do isolamento dos que detêm o poder político não contribui para a solução dos nossos problemas de saneamento, desigualdades raciais e distribuição de renda.

Setores responsáveis da sociedade, como a Igreja e as Organizações Não-Governamentais, já se manifestaram sobre a lentidão das ações sociais, reforçando o que a Oposição alerta há 16 meses, tendo como base a execução orçamentária.

Um exemplo, levantado por minha assessoria técnica, com base nos dados do primeiro trimestre do Siaf, confirma a falta de propostas e o improvisado na gestão.

Em relação à seguridade social - que reúne 131 programas - 34% deles tiveram execução zero! Ou seja, não receberam recursos em 2004.

E tem mais:

- A rubrica 0153, que destina 18 milhões para promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, não teve um real sequer empenhado.

- Para o combate ao abuso e exploração sexual de crianças, dos 31 milhões previstos na rubrica 0073, foram repassados apenas 26 mil reais!

Isso se repete em relação a toda Lei Orçamentária envolvendo orçamentos fiscais e da seguridade social: 47% dos 370 programas de governo não receberam recursos.

A avaliação desapassionada da pesquisa convidada à reflexão sobre o país que sonhamos, a partir da análise profunda de nossos dramas, avanços e possibilidades. À Oposição cabe contribuir no diagnóstico, apoiar as boas idéias e criticar equívocos. Mas planejar e executar as ações é tarefa do Governo, de quem se exige mais liderança e ousadia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência informa às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a audiência pública marcada para amanhã, às dez horas, foi transferida para segunda-feira, às 18 horas, no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 20, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 163, de 2004, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Delcídio Amaral (BLOCO/PT-MS)

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 164, de 2004, que dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços, e dá outras providências

Relator revisor: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2004, que dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e as entidades delegatárias das funções de Agência de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 165, de 2004.

Relator revisor: Senador Cristovam Buarque (Bloco/PT-DF)

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 22, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2004, que proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos

de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, eletromecânicas ou mecânicas, conhecidas como "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia e dá outras providências, proveniente da Medida Provisória nº 168, de 2004.

Relator revisor: Senador Maguito Vilela (PMDB-GO)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

SENADOR: JOSÉ SARNEY

14-4-2004

quarta-feira

11h - Bispo Marcos Pereira, Vice-Presidente da Rede Record de Televisão

Presidência do Senado Federal

12h - Lançamento da parceria entre a Unesco e a Rede Globo de Televisão

Clube das Nações - Trecho 2 - conj. 35 - lote 1 B

15h - Desembargador Raymundo Liciano de Carvalho, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Presidência do Senado Federal

15h30 - Ordem do Dia

Plenário do Senado Federal

19h30 - Abertura da exposição "O Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil"

Salão Negro do Congresso Nacional

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO

E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO

(Constituída na 2ª Reunião de 2002, em 26/6/2002)

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA CONTINUAÇÃO
DA 3ª REUNIÃO DE 2004**

DIA 16 DE MARÇO DE 2004,

**TERÇA-FEIRA, ÀS 14H, NA SALA Nº 15 DA
ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA**

Ata Circunstanciada da Continuação da 3ª Reunião, de 2004, da Comissão de Regionalização e Qua-

lidade da Programação, realizada no dia 16 de março de 2004, terça-feira, às 14h, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada ao exame, para fins de elaboração de relatório a ser submetido ao Pleno do Conselho de Comunicação Social, do **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003** (nº 256, de 1991, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que “*regulamenta o disposto no inciso III do artigo 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências*”.

Estiveram presentes os seguintes Conselheiros:

BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA (Presidente)

Representante da categoria profissional dos artistas

PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

Representante das empresas de rádio

ROBERTO WAGNER MONTEIRO

Representante das empresas de televisão

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Representante da categoria profissional dos radiolistas

RICARDO MORETZSOHN*

Representante da sociedade civil

* Designado suplente da Comissão na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

Estiveram presentes, também os conselheiros: **GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) e **ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE** (Representante da sociedade civil)

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Hoje é dia 16 de março de 2004, terça-feira, estamos na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão de Regionalização e Qualidade de Programação, constituída na 2ª reunião de 2002 do Conselho de Comunicação Social, destinada a dar prosseguimento aos trabalhos iniciados no último dia 9 de março.

Esta Comissão de Regionalização e Qualidade de Programação foi designada, na Reunião do Conselho de Comunicação Social do dia 3 de novembro de 2003, para análise e emissão de relatório sobre o

Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003 (nº 256, de 1991, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que *regulamenta o disposto no Inciso III do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e televisão e dá outras providências*.

Lembro aos presentes e aos telespectadores que as atas e respectivas notas taquigráficas das reuniões da Comissão estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e são publicadas no **Diário do Senado Federal**.

À última reunião, que foi suspensa, seguiram-se duas outras reuniões bastante intensas dos membros da Comissão e outros Conselheiros. Dessas intensas discussões, muitos pontos puderam ser aprofundados e bem compreendidos, relativamente ao projeto em análise, outros nem tanto. De modo que, não tendo a Comissão chegado a um entendimento único, gostaria de abrir a palavra para que os Conselheiros se manifestem.

Tem a palavra o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, representante das empresas de rádio.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Srª Conselheira Presidente, Srs. Conselheiros, queria inicialmente fazer uma consideração para que se possa, de alguma forma, restabelecer a verdade, no meu ponto de vista. Cada um de nós, como Conselheiro, aqui está em função das suas qualidades pessoais. Já foi aqui assinalado e apresentado que, para que fôssemos eleitos pelo Congresso Nacional para a função que ocupamos, estando ou não na presidência ou diretoria dessa ou daquela entidade, houve uma análise curricular de cada um.

Gostaria de fazer essa ressalva porque a imprensa tem afirmado, de forma muito intensa, que as posições por mim adotadas são aquelas adotadas pela entidade. Quero reafirmar que não necessariamente o são ou serão. Por quê? Porque eu aqui, individualmente, me porto como Conselheiro e, estando na presidência ou não da entidade, não significa que o meu ponto de vista seja o da entidade.

Srs. Conselheiros, já que tivemos reuniões subsequentes àquela que aqui foi interrompida, aproveito para reafirmar que as nossas tratativas seguiam um caminho, do meu ponto de vista, bastante conciliatório, até o momento em que nós nos defrontamos com um problema, a meu ver, de ordem inconstitucional, com referência ao estímulo ou à obrigação. Entendemos nós que o preceito constitucional estabelece estímulo à

programação, estímulo ao cinema nacional e não obrigação, ou obrigatoriedade por parte das empresas.

Pelas informações todas que temos, pelos pareceres que aqui foram apresentados, pela posição até defendida por alguns Conselheiros – e quero reafirmar que não sou bacharel em Direito e, conseqüentemente, não tenho conhecimento técnico suficiente para balizar a questão, mas tenho que me pautar por aquilo que aqui foi colocado, pelo parecer de constitucionalistas aqui apresentado –, de que estimular não é obrigar.

Diante desse impasse, acabamos, já no final da noite da última quarta-feira, se não me falha a memória, concluindo que precisaríamos tentar encontrar uma alternativa para resolver de alguma forma esse impasse.

Não sendo especialista na área, não tenho como julgar ou avaliar qual seria o termo, a terminologia ou caminho que poderíamos adotar para criar esse estímulo. É claro que, no meu ponto de vista, existem inúmeras alternativas. Quando se fala em estímulo, entendo que estímulo é para quem produz e para quem exhibe.

No momento em que colocarmos o “obrigar”, vamos acabar por entender que a obrigação cria, de alguma forma, uma demanda obrigatória a quem produz, mas sem qualquer tipo de incentivo a quem veicula.

Então, entendo que o legislador, ao colocar “estimular”, ao promover o estímulo, visou fundamentalmente a criar uma situação para que ambos, tanto os exibidores quanto os produtores, pudessem beneficiar-se do aspecto da programação regional.

Não nos cabe mais voltar ao assunto para dizer que somos absolutamente favoráveis à programação regional, desde que possa haver regras que possam ser cumpridas pelas partes.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Paulito, antes de passar a palavra para o Conselheiro Roberto Wagner, gostaria de apenas lembrar ao senhor que Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, que institui o Conselho de Comunicação Social, na forma do art. 224, da Constituição Federal, e dá outras providências, no seu art. 4º, determina a constituição desse conselho, na seguinte forma:

Art. 4º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de um representante das empresas de rádio, um representante das empresas de televisão, um representante das empresas de imprensa escrita...

E assim sucessivamente. Todos nós conhecemos a composição do Conselho.

De modo que sou obrigada a discordar do senhor. É óbvio que esta Casa analisou a hipótese de serem apresentados mais de um representante de cada uma das categorias e da sociedade civil, e procedeu a uma análise curricular, buscando obviamente eleger as pessoas que entendia mais adequadas ou mais capacitadas para representar, no entanto, esses segmentos.

Então, permita-me, com toda delicadeza, discordar do senhor, porque penso que todos nós aqui estamos exercendo um mandato e temos nossos representantes.

Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Eu gostaria de contra-argumentar com a senhora, Conselheira, para dizer-lhe que, quando se colocam representantes das emissoras ou das empresas de rádio, a entidade que ora presido representa emissoras de rádio e de televisão.

Tenho convicção absoluta de que a apreciação do currículo de cada um de nós e a identificação que cada um de nós tem com o segmento que está representando é que efetivamente tenha sido o fator preponderante.

Sei que a minha indicação não da entidade que presido até porque certamente amanhã qualquer um de nós permanecerá no Conselho, independentemente de estar ou não na presidência, ou na participação na diretoria dessa ou daquela entidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Srª Conselheira, amigos Conselheiros, também neste ponto concordo com a ilustre Conselheira. No meu caso específico, fui indicado representante da Abratel. Em algum momento – não me lembro quando, saía nos anexos do Congresso: Roberto Wagner (Abratel, representante das empresas de televisão). Então, no meu caso específico, vim aqui porque sou Presidente da Abratel.

Srª Conselheira, vou fazer uns comentários sobre meu parecer, mas antes gostaria de dizer algumas palavras rapidamente.

Em primeiro lugar – e os conselheiros vão ver – aprovei no meu relatório o objetivo maior do projeto, que era a regionalização. E o fiz por convicção pessoal e também pela leitura atenta que fiz do projeto da ilustíssima Deputada Jandira Feghali. E eu me recordo que, naquela célebre reunião da Comissão de Ciência

e Tecnologia, o art. 1º foi aprovado por consenso. Relativamente ao art. 1º, Incisos I, II, III, §§1º e 2º, fiz um comentário em que disse: pela aprovação da redação dada ao art. 1º, I, II e III, §§1º e 2º. Esse artigo, no meu entendimento, é a coluna vertebral do projeto, porque é aqui que se instala no País a regionalização.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Então nós já damos por encerrada a possibilidade...

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Já. No meu caso, sim. Por isso estou comentando...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – ...de discutirmos um projeto alternativo? V. Sª faz a análise individualmente pelo entendimento comum?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não, não precisa. Estou fazendo o meu parecer. Pode ser que haja dois: o da Comissão, certamente aprovado por maioria de votos, e o meu.

Então, no art. 1º, que entendo ser a espinha dorsal do projeto, eu aprovo **in totum**, art. 1º, I, II e III, §§1º e 2º. E digo isso porque esse artigo tinha sido aprovado já naquela reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia que há o consenso de que há um **minimum minimum** para o setor de produção regional. No art. 2º, faço uma sugestão de emenda de redação. Assim estava no art. 2º original: “No caso das emissoras de televisão, pelo menos 40% das horas semanais estabelecidas no art. 1º deverão ser obrigatoriamente cumpridos com a veiculação de produção independente”. Não fala do total. É a seguinte a emenda de redação que apresento como sugestão, e tão-somente como sugestão: “No caso das emissoras de televisão, haverá incentivo do poder público à veiculação de produção independente, que deverá ocupar na grade de programação até 40% das horas semanais estabelecidas no art. 1º”. O parágrafo único permanece como está.

Justificação

O art. nº 221 da Constituição Federal a respeito do assunto dispõe, **in verbis**:

Art. 221 – A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

.....
II – promoção da cultura e estímulo à produção independente que objetive a sua divulgação...”

Ora, considerando o que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei nº 59/2003, temos que a discussão que se

impõe aqui é a confrontação do vocábulo “estímulo” com o vocábulo “obrigação”. Vejamos o que nos diz a respeito dessas duas palavras a Enciclopédia e Dicionário Ilustrado Koogan-Houaiss: estímulo é incentivo, impulso; obrigação é o ato de obrigar, dever, preceito, vínculo jurídico pelo qual uma pessoa é obrigada a fazer ou não alguma coisa em proveito de outrem.

Dessa sorte, fica claro que, salvo melhor juízo, o disposto no art. 2º do Projeto de Lei nº 59, de 2003, em exame, é flagrantemente inconstitucional, eis que pretende impor uma obrigação às empresas de televisão sem amparo legal.

Em relação ao parágrafo único do art. 2º, sugerimos sua supressão, em decorrência do que foi apontado em relação ao art. 2º.

Art. 3º. Comentário. Inciso I – pela aprovação; inciso II – sugestão de emenda de redação.

A redação do projeto é produção independente, aquela realizada por produtor ou produtora independente que não tenha qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, cotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica.

Como emenda de redação, sugiro: produção independente, aquela realizada por produtor ou produtora independente que sejam pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob as leis brasileiras e integradas por brasileiros, até o limite mínimo de 70% dos sócios cotistas, que deverão participar, no mínimo, de 51% do capital votante da empresa.

Coloquei, inclusive tomando como base dessa minha redação, a ponderação do Conselheiro Paulito, preocupado que estava, e com muita razão, de que o capital estrangeiro viesse para o Brasil, de que seriam colocadas aqui as produtoras independentes e de que, certamente, iriam abocanhar todo o mercado, porque, com mais dinheiro e mais tecnologia, fariam produções independentes de muito melhor nível.

A justificativa diz o seguinte: a redação constante do inciso II do art. 3º do Projeto de Lei nº 59, de 2003, contém, a nosso ver, séria e intransponível inconstitucionalidade ao determinar que os produtores independentes “não tenham qualquer relação econômica ou de parentesco próximo com os proprietários, cotistas ou acionistas da emissora exibidora, seja pessoa física ou jurídica”. É ver-se o que estatui o art. 5º da Constituição Federal, **caput** e incisos:

“Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...

.....
IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

(...)

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer...”

No art. 6º, **caput**, a Constituição Federal determina:

“Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho...”

No inciso XXII, é dito: “Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos”.

Assim, ao pretender criar uma verdadeira reserva de mercado para determinados empresários, classificados como produtores independentes, o Projeto de Lei nº 59, de 2003, no nosso entendimento, afronta diretamente os dispositivos constitucionais acima elencados.

No inciso III, há sugestão de emenda supressiva. Sugerimos a supressão do final da penúltima linha e de toda a última linha, “do que essa última, no limite de 10% do total”. A justificativa é a de que o inciso VI do art. 5º da Constituição Federal reza:

“VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

Dessa sorte, sustentamos que a redação do Projeto de Lei nº 59/2003, como está redigido, poderá configurar a típica sustentação de um preconceito violador da liberdade de crença religiosa, protegida pela Carta Magna.

Incisos IV e V do art. 3º. Comentário: pela aprovação da redação.

Em relação ao art. 4º, eu tenho uma sugestão de emenda supressiva pela retirada da penúltima linha: “sendo, no mínimo, 50% de longa metragem”.

Justificativa:

A redação é confusa, pois leva a imaginar se há possibilidade de veiculação semanal de metade de um longa-metragem.

No §1º: pela aprovação da redação; no §2º: sugestão de emenda de redação.

§2º – Nos serviços de vídeo sob demanda, prestados pelas emissoras de televisão fechadas, deverá ser observada a obrigatoriedade de exibição de um mínimo de 20% de programas ou obras audiovisuais de produção nacional.

Justificativa: o art. 21 da Constituição Federal define como serviços diferentes o de radiodifusão e o de telecomunicações. Vejamos:

Art. 21 – Compete à União:

.....
XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Ora, entendemos que não é possível às operadoras dos serviços de telecomunicações instaladas no Brasil transmitirem conteúdo televisivo. Aliás, a Carta de 1998 foi específica em relação à transmissão de conteúdo ao definir um capítulo inteiro à Comunicação Social, o Capítulo V, no qual estão inseridos os artigos 220, 221, 222 e 223.

No art. 220, a Constituição trata da manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação sob qualquer forma, processo ou veículo.

No art. 221, a Constituição define os princípios norteadores da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão. Não cita, direta ou indiretamente, os serviços de telecomunicações.

No art. 222, a Constituição volta a definir os termos e parâmetros da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Não trata aqui, também, das empresas de telecomunicações.

Ainda no § 3º do art. 222, a Constituição Federal determina que os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada, deverão observar o que está contido no art. 221.

Finalmente, no art. 223, a Constituição define a competência do Poder Executivo quanto à outorga e a renovação de concessão dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Mais uma vez, a Constituição não cuida, no Capítulo da Comunicação Social, dos serviços de telecomunicações.

Relativamente à diminuição do valor de exibição, de 50% para 20%, de programas ou obras audiovisuais de produção nacional, entendemos que o valor fixado no Projeto de Lei nº 59/2003 está além da capacidade nacional de oferecer tamanha produção de obras audiovisuais.

E nos artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, nós opinamos pela aprovação das redações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Antes de passar a palavra para a Conse-

lheira Assunção Hernandes, eu gostaria de dirimir uma questão, usando pela primeira vez o nosso Regimento. No Capítulo III, **Dos Estudos, Pareceres, Recomendações e Outras Solicitações**, temos, no art. 22, que as manifestações dos membros do Conselho de Comunicação Social devem ser, na medida do possível, conclusivas em relação à matéria a que se referem e poderão ser proferidas oralmente em Plenário, como bem o fez o Conselheiro Roberto Wagner. De modo que a Comissão de Regionalização terá um parecer que será votado no pleno do Conselho, na próxima reunião ordinária, que o nosso Presidente deverá convocar para breve.

No mais, o que estamos exercitando hoje aqui são as manifestações individuais ou de grupos, de segmentos, dos Conselheiros. Dessa forma, respondo ao Conselheiro Paulito.

Em relação à questão constitucional...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – Desculpe, Sr^a Presidente, eu não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – É que o senhor havia perguntado, Conselheiro, se não haveria possibilidade de sair daqui um parecer único, ou se o Conselheiro Roberto Wagner estava apresentando já um parecer.

Estou esclarecendo, conforme o nosso Regimento, com que categorias de elaboração intelectual estamos trabalhando por ora. O parecer será aquele fruto da aprovação do Pleno do Conselho.

Por enquanto, temos apenas manifestações.

Pelo menos é o que dá para entender. É o que consta do nosso Regimento.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – O que nós tínhamos acertado – acho que já está acertado isso – é que haverá um parecer oficial do Conselho, votado por maioria. E que também será encaminhado ao Senado o parecer “não aprovado”, ou os pareceres “não aprovados”. Como oficial será encaminhado aquele aprovado por maioria – certamente não por unanimidade.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Estou sendo informada aqui de que a prática no Senado é que antes de serem votados, são relatórios, só se transformando em pareceres após votados e aprovados. Então, teremos um parecer e alguns relatórios.

Fecha-se assim a questão?

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – A informação é dele mas vou ter que examinar o nosso Regimento.

Pode ser que a informação dele se refira a legislação específica do Senado, das comissões, e como nós não somos uma comissão, mas um conselho, o que vale para as comissões não vale necessariamente para o conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Exato. Por isso que digo que, pelo nosso Regimento, por enquanto, estamos trabalhando com a categoria das manifestações.

Dando continuidade, eu gostaria de dizer que a questão da constitucionalidade ou não de um ponto, ou de alguns pontos, do projeto da Deputada Jandira Feghali me parece que não compete estritamente a nós. Assim como foi de competência da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação na Câmara Federal será da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado. No entanto, é óbvio que apon-temos e levantemos essas considerações.

Assim como o Conselheiro Roberto Wagner levanta as suas considerações em torno do que entende ser a constitucionalidade ou não desses pontos, eu gostaria também de pedir a essa Comissão que em breve estará analisando o projeto, após o parecer do Conselho, que busque realizar uma análise jurídica não estritamente formal, como a que tem sido feita nos sucessivos relatórios que vêm sendo apresentados aqui, mas uma análise jurídica material que tenha a ver com as finalidades, com o conteúdo que o art. 221 traz.

Parece-me que se estamos interferindo no ordenamento jurídico brasileiro, há que ser feita uma leitura sistemática e não isolada. Dessa forma, ao lado da leitura e da análise do inciso II do art. 221, é preciso considerar o próprio **caput** do art. 221, que é, sim, impositivo quando diz das finalidades que o segmento deve atender.

O inciso I explicitamente enumera essas finalidades – educativas, artísticas, culturais e informativas –, considerando já aí que não está definida na nossa Constituição finalidade religiosa ou de ensino religioso. Não é este veículo que necessariamente, pela Constituição, deve passar esse tipo de conteúdo. Como também deve ser levado em conta o próprio inciso IV, que diz respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

O inciso II do § 3º do art. 220 diz que lei federal estabelecerá os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de uma programação equivocada.

Solicitamos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que leve em conta o art. 170 da Constituição Federal, referente à Ordem Econômica e Financeira, especialmente os incisos I, IV, V, VII, VIII e IX, no que

diz respeito à possibilidade de trabalho em nosso País, à livre concorrência e a um mercado realmente livre.

Passo a palavra à Conselheira Assunção Hernandes.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Sr^a Presidente, desejo fazer uma questão de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – O Conselheiro Roberto Wagner apresentou ponto de vista segundo a qual se acompanha ou se encaminha para o relatório final posição sobre como vai ser feito.

Estamos entrando na discussão do mérito. A minha questão de encaminhamento leva em conta que, na semana passada, discutimos, e que a última informação é que a elaboração de um substitutivo não se concretizou. Gostaria de saber se há alguma perspectiva nesse sentido. Caso contrário, que partamos para a caracterização dos encaminhamentos com vistas à relatoria, para chegarmos a alguma conclusão.

Senão, pelo que percebo, entraremos novamente na discussão do mérito e não vamos partir para a conclusão do relatório. O relatório irá ou não a votação, ou haverá consenso nesta Comissão, pois existe o entendimento de que, nesta fase, haja um encaminhamento contemplativo e que a votação ocorra no Pleno do Conselho de Comunicação Social.

Estou querendo entender o que ocorrerá e, ao mesmo tempo, sugerir que adotemos um encaminhamento conclusivo, ao invés de reabrirmos o debate.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Francisco Pereira da Silva, representante dos radialistas, o entendimento desta coordenação, conforme anunciado no início da reunião, era o de que os conselheiros pudessem livremente expor opiniões, tendo em vista que a reunião que tratava desse assunto foi suspensa. Tivemos três dias de debate sem registro. Por isso, é importante que se saiba como se desenvolveram esses trabalhos.

Como o companheiro Roberto Wagner disse que tem voto pronto e encaminhado à Mesa, a atitude de S. S^a inviabiliza o parecer único. Haverá um parecer que caberá à relatoria – no caso, a mim – encaminhar à Presidência do Conselho de Comunicação Social. Contudo, insisto que considero oportuno, sobretudo para que possamos dar conhecimento à sociedade brasileira, que cada conselheiro membro desta Comissão ou que tenha acompanhado os trabalhos efe-

tivos tenha a liberdade de se expressar antes que os trabalhos sejam encerrados, porque, a meu ver, não restará nada além disso.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Esta é uma reunião da Comissão. A Comissão tem quantos membros?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Somos cinco.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Concordo com a sua idéia de ouvir os membros que não são da Comissão, mas, em seguida, gostaria de colocar em votação a sugestão de um dos membros da Comissão de que tivéssemos hoje alguma decisão tomada. Já somos cinco membros da Comissão. Vamos votar. Concordo com ele: hoje teremos de ter uma decisão da Comissão para que, quando houver a próxima reunião do Conselho, o relatório esteja pronto. A Comissão vai escolher o relator, certamente aquele que for vencedor.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O relator já foi designado.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não me lembro disso. Qual ato designou o relator?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por proposta do Conselheiro Francisco.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Quando?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Na nossa última reunião formal e aberta. Solicito as notas taquigráficas.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Não me lembro de ter votado, não.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – A palavra está com o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

Pela ordem, a Conselheira Assunção Hernandes.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Pode falar, Conselheira Assunção. Eu queria garantir exatamente que cada Conselheiro tivesse oportunidade de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profes-

sional dos artistas) – Passo a palavra à Conselheira Assunção.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Boa tarde a todos, caros Conselheiros.

Eu gostaria de formular a minha opinião a respeito de como devemos proceder depois dos nossos encontros e tratativas.

Verificamos que há pouca questão de mérito a ser alterada ou a ser questionada, a não ser o questionamento feito pelos representantes das concessionárias quanto à obrigatoriedade da exibição de obra de audiovisual brasileiro de produção independente. Todo o resto são algumas questões de redação, que a Comissão de conteúdo do Senado fará muito bem, inclusive sem afetar a continuidade do projeto.

Sou de opinião a que, diante de tudo o que já conversamos e discutimos e diante desse impasse que aparentemente é reversível, o Conselho aprove o projeto de lei que veio aprovado...

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Assunção, neste momento, este Pleno é da Comissão de Regionalização.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Desculpem-me. Já estou passando pela Comissão e chegando ao Conselho. Esta é uma preparatória para o Conselho, não é? Então, seguirei os passos.

Que esta Comissão aprove e depois o Conselho referende a aprovação integral do projeto da Deputada Jandira Feghali, no formato que foi aprovado, por unanimidade, na Comissão que o examinou, passando, posteriormente, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Até pelo papel para o qual fomos designados, o nosso trabalho aqui é verificar conteúdo e mérito. Não me sinto, nem pessoalmente, nem como entidade, nem autorizada, nem capacitada para opinar sobre questões de constitucionalidade ou não. Acredito firmemente que a Comissão da Câmara dos Deputados, que examinou e endereçou-a diretamente ao Senado, tenha desempenhado, sim, suas funções e que tenha verificado verdadeiramente que não há problema de constitucionalidade. Se houver, acredito que o lugar adequado, correto, seja a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para a qual delego esse papel, com todo o respeito que tenho à atuação desta Comissão.

De outro lado, eu recomendaria a aprovação, nessas duas instâncias, do projeto da Deputada Jandira Feghali por entender que, se não é o projeto dos sonhos dos concessionários, também não é o projeto dos sonhos daqueles que estão defendendo por ne-

cessidade de regulamentar corretamente o art. 221 da Constituição, depois de 16 anos da existência desta sem qualquer regulamentação.

Estou dizendo isso porque houve uma generosidade dos dois lados de se chegar a um ponto de consenso. É claro que alguns pontos que eu e os concessionários defendíamos tiveram que ser reformulados. Isso é próprio da democracia. Pela primeira vez, os concessionários trazem a questão da constitucionalidade. Entendo que isso não faz sentido, não é o momento.

Na minha opinião, o projeto da Deputada Jandira Feghali, aprovado na Câmara dos Deputados, que passou pela Comissão de Constituição e Justiça, deve ser examinado tal qual. Porque em nossas tratativas, em nossos encontros, reafirmamos que o máximo que poderíamos ter chegado foi onde chegamos: no projeto, aqui em exame, da Deputada Jandira Feghali.

Os pontos levantados consensualmente nesses quatro dias, na semana passada, poderão mais adequadamente ser examinados e tratados na Comissão de Educação e Subcomissão de Cinema do Senado, que saberá a melhor forma de contornar todas as alterações, sem afetar o caminho desse projeto de lei, aprovado na Câmara dos Deputados, que é a sua votação e aprovação no Senado finalmente.

As questões levantadas com relação à nacionalidade das empresas, da defesa das empresas nacionais, das quais compartilhamos, são muito relativas. A empresa que vem defendendo esse espaço com mais vigor, digamos, é a TV Globo, é a Rede Globo de Televisão, que está associada numa das bandas ao Rupert Murdoch, que é o dono da Sky e da Fox. Na Net, a Globo é sócia do Bill Gates, da Microsoft. A maior porta de entrada da cinematografia norte-americana na televisão brasileira é associada à Globo, que são: os canais Telecine, com Studios Universal, Paramount, MGM, Fox, Dreamworks, USA e a General Electric.

Para criar o Portal Globo, a empresa se associou à Itália Telecom. Esta também foi associada à Globo no serviço de **Pager** Teletrim, bem como a Victor International, a empresa de transmissão de dados Incom. A Telefônica da Espanha é proprietária da Indemol. Portanto, sócia da Globo nos programas **No Limite**, **Big Brother** e **Fama**. A própria gráfica da Globo é associada à multinacional R. R. Donaly.

Então, essa relatividade leva-me a concluir que colocaria em discussão, no momento adequado, esse compromisso que as concessionárias pedem para o nosso setor, ou seja, a fidelidade à nacionalidade da empresa. Se, ao final, não logramos ter o espaço do audiovisual independente na televisão brasileira, que não são tão nacionais quanto gostam de aparecer,

quem sabe não tentaremos uma plataforma de telecomunicações?

Assim, o povo brasileiro finalmente terá acesso à obra audiovisual, que há anos e anos lhe é negada, pelo número insuficiente de salas de cinemas, como todos nós sabemos. O País tem um sistema de televisões, tem um sistema de emissão de conteúdo, tem um sistema de exibição, que é o nosso sistema de televisão, mas, se o sistema de televisão brasileiro diz que não quer compromisso nenhum além da boa vontade – dizem que, “se o Governo der mais apoio, vamos exibir” –, vamos nos reservar o direito de ver quem é solidário com a produção independente audiovisual brasileira. Quem sabe, com a Anatel, criam-se todas as defesas necessárias! Somos, sim, pela defesa das empresas nacionais e da soberania nacional. Quem sabe, em outra plataforma, que não a televisão, vamos conseguir chegar ao povo brasileiro! É o direito que o povo tem de conhecer seu audiovisual, que está restrito às classes A e B, nas poucas salas situadas em **shoppings centers**.

Era isso que eu gostaria de dizer aos Conselheiros. Se os senhores não aceitarem de forma nenhuma esse compromisso – pode-se trocar esse palavra, que não é obrigatória –, nós nos responsabilizaremos por exibir uma hora e meia de audiovisual brasileiro independente, aquele que é o diversificado, que é feito fora do...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por semana.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Por semana! Se se dividem 90 minutos por sete dias, são mais ou menos 15 minutos de audiovisual brasileiro para o sistema de televisão nacional, que é o único que temos. Isso está sendo recusado. Os senhores querem salvaguardas para isso?

Já ouvi muito uma pergunta interessante: vamos ter que passar audiovisual brasileiro independente? Quem pagará? Com a mesma conta que paga a Fox, a Columbia, a Warner e os filmes estrangeiros, aceite que paguem também o audiovisual nacional. É a mesma conta; não é preciso haver uma conta especial. São os mesmos 20 milhões com que o SBT compra produtos estrangeiros, são os mesmos 40 milhões com que a Globo compra filme estrangeiro, disputando com a rede irmã, a Record, e tirando títulos da Record, que não conseguiu usar nem os 10 milhões que tinha; sobram dois milhões. Quem sabe negociamos algum filme brasileiro com esses dois milhões! Brigam entre eles para comprar filme estrangeiro e nos perguntam quem vai bancar a exibição de filme brasileiro. Pelo

amor de Deus! Sinto-me absolutamente indignada com isso. Agem como se fôssemos párias, marginais, como se não estivessemos trazendo a cara do povo brasileiro, que quer se ver.

Temos visto isso em todas as exibições que fazemos ao público popular, em praças públicas e em paróquias, com todos os espaços lotados. É negado a eles ver o audiovisual brasileiro independente na única rede que temos de televisão. Quem sabe com esses 10 bilhões, em vez de o BNDES salvar o que se perdeu pelo meio do caminho – Deus sabe por que –, não criamos uma rede de televisão que se comprometa a levar o audiovisual brasileiro a todas as casas, a todos os lares! Precisamos levar ao público menos Big Brother, menos coisas que não colaboram tanto, para cumprir a Constituição. Neste momento, não vejo nenhum concessionário preocupado em cumprir a Constituição.

É esse o meu recado. Vamos levar ao Senado o projeto integral da Deputada Jandira Feghali, que foi o máximo que conseguimos fazer juntos na Câmara dos Deputados, e vamos deixar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado exercer seu papel, que é o de verificar se existem problemas constitucionais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Inicialmente, boa-tarde, Sr^a Conselheira Coordenadora, Sr^{as} e Srs. Conselheiros!

Depois dessa fala da companheira Assunção Hernandez, emocionada e, entendo eu, com grande propriedade, eu queria falar da minha decepção e lamentar a impossibilidade que está se colocando nesta reunião de reabertura dos trabalhos desta Comissão. Tive a oportunidade de estar presente nas últimas discussões e, inclusive, como representante da sociedade civil, ofereci a sede da entidade à qual pertenço, o Conselho Federal de Psicologia, para se fazer a reunião. Ela foi realizada e, até aquele momento – quinta-feira da semana passada –, a minha expectativa era que esta Comissão tinha evoluído, talvez por ter-se pautado naquele momento em valores tais como colaboração e tolerância, para que tivéssemos a perspectiva de termos um substitutivo que agradasse tanto às empresas quanto aos segmentos dos trabalhadores e, principalmente, à sociedade, porque me parece que ela deve ser a maior interessada, pois é nela que são depositadas, no final da ponta, todas essas discussões que estão sendo realizadas aqui.

Lamento, sinceramente, ter sido informado de que não haveria mais a possibilidade de acordo, não haveria mais a possibilidade de se tentar um projeto que, efetivamente, atendesse aos interesses, um projeto um tanto... não sei se utópico. Talvez eu, na minha ignorância do assunto, com toda a humildade, acreditava utopicamente que pudéssemos passar para a sociedade algo que fosse positivo para ela.

Gostaria, então, Sr^a Coordenadora, na medida em que terminamos a reunião, de consultar – já que o Conselheiro Roberto Wagner já expôs a sua opinião, dizendo que teria um relatório à parte – o colega Paulo Machado de Carvalho Neto sobre qual é a sua posição. Concordo com o Conselheiro Francisco Pereira da Silva que, se estão esgotadas as negociações, que demandaram horas e horas, se estão esgotadas as possibilidades de acordarmos, acho que, por uma questão de encaminhamento, temos que combinar o que fazer. Entendo que devemos fazer essa discussão no plenário, ou no pleno, do Conselho de Comunicação Social.

Agora, não gostaria que encerrássemos esta reunião sem sabermos a posição – nós já temos a posição do Conselheiro Roberto Wagner – do Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto. Fui testemunha da forma, da disponibilidade, inclusive, com que ele vinha tentando trabalhar para acertar essa questão. Então, eu gostaria de saber, talvez sugeriria passar...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O Conselheiro está inscrito.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Está? Depois, quero encaminhar, então, a forma que considero mais justa e mais efetiva para o fechamento desta reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Então, se bem entendo, o senhor mantém seu pedido de inscrição, é isso?

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Mantenho.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Paulito.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira Berenice e demais colegas, acho que é importante, neste momento, até fazermos uma análise de como as coisas vinham sendo encaminhadas e da forma como vinham sendo tratadas. Se bem me lembro – e aqui tenho convicção absoluta de que não estou fugindo à verdade –, a proposição, que foi até minha, foi para que buscássemos consenso por meio de um projeto

substitutivo que pudesse, de alguma forma, eliminar os pontos que são rigorosamente conflitantes no projeto da ilustre Deputada Jandira Feghali, para que fosse realmente algo que pudesse, de alguma forma, satisfazer a todos e à sociedade.

E aqui quero dizer que a posição do Conselheiro Ricardo Moretzsohn é absolutamente verdadeira. Se todos aqueles que estavam naquela reunião se lembram, estávamos, após algumas horas de conversa, nos encaminhando para uma solução substitutiva e que até um determinado ponto era consensual entre todos nós. Num determinado instante, nós nos defrontamos com o problema da inconstitucionalidade da obrigatoriedade ou não.

A Sra. Conselheira que preside os trabalhos bem se lembra que já eram por volta de 20 horas – estávamos reunidos talvez já há algumas horas – quando se concluiu que se deveria fazer um exame desse aspecto. No meu ponto de vista, ali o assunto parou.

Posteriormente, surgiram desdobramentos outros, por informações advindas desta ou daquela parte, que, de alguma forma, impediram o desenvolvimento desse assunto.

Eu lhes confesso que, no meu entendimento, e até por uma questão de princípio absolutamente democrático, a negociação deve ser feita até o ponto em que não exista mais nenhuma possibilidade ou em que exista um impasse que seja absolutamente intransponível.

Não me parece, num primeiro momento, que o assunto se reflita dessa forma. Quer dizer, chegamos a um impasse quanto ao uso ou não da obrigatoriedade. Quem sabe pudéssemos, se eventualmente mais tempo tivéssemos tido, encontrar uma alternativa – e aí discordo da Conselheira Assumpção – na medida em que o objetivo não é criar, no meu ponto de vista, obrigatoriedade ou reserva de mercado para quem quer que seja, até porque – repito –, em que pese o trabalho extraordinário feito pela Deputada Jandira Feghali, é evidente que o texto carece de melhores definições. De uma melhor definição com referência ao número de horas semanais nos vários segmentos do mercado brasileiro; de uma melhor definição do que seja produtor independente brasileiro. Todos nós defendemos a produção independente brasileira, mas aquela que esteja diretamente ligada ao Brasil, ao controle brasileiro, usando profissionais brasileiros. Repito que é importante que se diga que não há limitação alguma para que uma produtora independente estrangeira ou com capital estrangeiro aqui se instale e venha a fazer qualquer tipo de trabalho nesse sentido.

É importante que se encontre também ou que se tentasse encontrar alternativas para que a neces-

sidade, assim colocada por quem produz, da garantia de espaços pudesse, de alguma forma, quem sabe, transformar a obrigatoriedade num incentivo para quem exhibe, para que, por meio dele, isso de alguma forma se tornasse mais atraente, até no próprio cumprimento do estímulo.

Entendo que a coisa caminhava nesse rumo. Defendo a tese de que a negociação deve ir até um ponto em que se chegue a um consenso de absoluta intransponibilidade.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Posso pedir um esclarecimento para o Conselheiro?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu só queria entender. A “Tela Quente” recebe também um incentivo para passar aquela programação estrangeira, ou é um negócio?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, são assuntos mercadológicos e eu não tenho – repito – vínculo com empresa nenhuma. A senhora, há pouco, fez assertivas a respeito da propriedade das empresas de terem vínculos com esses ou aqueles setores. Quero lhe dizer que não nos cabe aqui, porque este assunto não está em pauta, discutirmos determinados assuntos. O que entendo, sim, é que, em função de mercado, de características mercadológicas, da forma como está, o projeto da Deputada Jandira Feghali, na minha opinião, criou uma reserva de mercado sem que haja qualquer tipo de controle sobre quem faz essa reserva, em que preços e condições serão ofertados esses produtos ao próprio mercado exibidor. Enfim, é importante que haja um parâmetro.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Eu queria entender se é uma especificidade para o audiovisual independente brasileiro só se tiver o incentivo. Só queria saber isso. Já entendi. Obrigada.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, o incentivo de toda e qualquer exibição numa emissora de **broadcasting** comercial é o mercado, razão pela qual as emissoras são comerciais. Elas não são públicas e não são educativas. Existem as públicas e existem as educativas.

As emissoras de televisão ou de rádio comerciais vivem em função da receptividade maior ou menor dos seus produtos junto ao mercado publicitário.

Então, acho que são parâmetros absolutamente incomparáveis. Quando a senhora faz citação sobre custos de produção de outros países, entendo eu que são uma função do mercado publicitário e não uma função de uma reserva de que seja disso ou daquilo. Até entendo que, quem sabe, esta obrigatoriedade pudesse ser transformada num incentivo, sobre alguns aspectos, que, aí sim, poderíamos discutir e conversar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Antes de passar a palavra para o Conselheiro Geraldo, gostaria de tecer duas considerações. Na primeira, com todo respeito, discordo do Conselheiro Paulito, no sentido de que a regulamentação do art. 221 criaria uma reserva de mercado para o cinema brasileiro. Ao contrário, a regulamentação, depois de 16 anos, vem justamente para abrir um mercado que está reservado aos radiodifusores brasileiros. É preciso tomar cuidado para não invertermos determinadas situações.

A segunda consideração, que é muito interessante, ainda que não prospere agora, é que talvez os nossos legisladores, ou o Executivo, pudessem refletir sobre essa proposta da radiodifusão brasileira e considerar, assim como considerou que seria necessário aos realizadores do audiovisual independente prestarem uma contrapartida dos recursos incentivados, que os radiodifusores brasileiros prestassem também uma contrapartida pelos recursos publicitários tão relevantes e tão significativos que recebem das empresas e do próprio Governo. Talvez aí pudesse haver essa adequação, esse estímulo que a radiodifusão clama, com o uso desses recursos publicitários. Talvez seja realmente uma questão para se refletir.

Conselheiro Geraldo, representante dos trabalhadores de cinema e vídeo, com a palavra.

O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) – Obrigado Berenice, nossa Coordenadora, demais Conselheiros e Conselheira Assumpção, demais presentes, boa tarde.

Talvez este seja o momento mais adequado para se entender o que é este Conselho. Estamos vivendo o momento de maior tensão política desde a posse deste Conselho. O assunto em questão é suficiente para mostrar por que tamanha tensão. Estamos numa Casa política, onde se percebe política no ar, na sala da Comissão de Educação do Senado, e vem tudo a calhar.

Evidentemente, os argumentos jurídicos que estamos ouvindo há algum tempo – inconstitucionais e constitucionais – são compreensíveis. É esse o papel das concessionárias. Como disse a Assunção,

isso é compreensível. Mas é preciso que fique claro para nós e para o telespectador – para que não haja dúvidas – que o assunto é político. Trata-se de uma decisão política. Está havendo, surpreendentemente, depois de mais de 50 anos de existência, no caso da televisão, e mais de 80, do rádio, no Brasil, depois da Constituição de 88, uma tentativa formal, constitucional, dentro dos preceitos das pessoas que trabalharam muito tempo a fio para sair aquele livro **A Nossa Constituição Federal**, visando regularizar e colocar certo critério na questão da comunicação de massa, rádio e televisão.

Estamos percebendo uma postura política afrontosa tentando impedir que isso ocorra. Os argumentos de que esta ou aquela palavra, este ou aquele inciso são inconstitucionais, de que é preciso adequar e melhorar a proposta, escondem – não podemos deixar de dizer isso – uma posição estritamente política visando não permitir que essas redes de comunicação de massa no Brasil passem a ter algum tipo de regulamentação, de regularização. Os Senhores desta Casa e da outra ao lado, a Câmara dos Deputados, precisam saber disso; a sociedade também precisa saber disso.

O que amedronta tanto essa regionalização? O que amedronta tanto a ponto de termos de exibir obrigatoriamente, não importa de que forma, a nossa produção audiovisual?

Peço permissão para fazer um parêntese. Com a ajuda de algumas empresas estatais, as obras do Glauber Rocha e Joaquim Pedro de Andrade serão recuperadas e estarão com a sua vida prolongada talvez eternamente. Trabalhadores, como eu, que representam a categoria profissional, ainda estão vivos e trabalharam naqueles filmes, terão orgulho, porque verão que seu trabalho permaneceu.

Com toda a dificuldade por que passa o cinema brasileiro neste País, há mais de cem anos, os senhores podem ter certeza de que não será essa afronta que irá impedir o cinema brasileiro de continuar existindo. Ele é maior do que isso; é maior e mais importante do que as televisões. Ele continuará a existir.

Nós continuaremos a trabalhar, a realizar, independente de saber se eles querem, se passará na janela deles ou não. Mas esta Casa, que é a Casa maior do Parlamento, e a Câmara dos Deputados terão de fazer alguma coisa, porque não é possível o que está a ocorrer. Estamos percebendo abertamente uma declaração de afronta à Constituição, ao povo brasileiro e aos trabalhadores. Isso precisa de uma resposta à altura, adequada e de bom-tom, porque, em todos os países que se prezam, isso ocorre sem o menor problema. Por que aqui gostamos de imitar tantos exemplos de outros países? Por que aqui não vamos con-

seguir vencer essas barreiras, esse **iceberg** contrário às verdadeiras produções independentes, aos média e curtas-metragens independentes, ao documentário independente, ao cinema brasileiro? Ou será – cabe aqui a pergunta – que as emissoras de tevê são obrigadas a passar somente filme de uma cinematografia ou de algumas, na verdade, de uma só? Será que elas são obrigadas a isso? Cabe essa pergunta. Por que há reação em exibir um filme que é muito bem recebido pelo telespectador?

Nós, trabalhadores, entendemos que isso será um potencial gerador de mais emprego e renda. Por isso estamos realizando debates, e o próximo será na quinta-feira na ABI, no Rio de Janeiro, quando este assunto será mencionado.

Por que essa reação, quando há tantos desempregados, tantas pessoas que não podem fazer o que gostam, o que querem, ou seja, a atividade de audiovisual, cinema, produção independente para a televisão? Será que é medo da concorrência? Será que é medo da competência daqueles que não têm espaço para mostrar o seu trabalho? Por que isso?

Conselheira Berenice, reafirmamos e reiteramos que estamos diante de uma postura política que afronta o povo brasileiro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Paulo Machado, ouviremos o Conselheiro Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Considero que foi respondida a questão que formulei.

As posições aqui são divergentes. Já temos um relatório do Conselheiro Roberto Wagner, e o Conselheiro Paulo Machado fala da possibilidade de continuar a negociação, mas eu não escutei nada de concreto no sentido do que poderia ser apresentado para reverter.

Como participante, sou testemunha das tratativas feitas em relação à possibilidade de apresentar um parecer que atenda a todos, do tanto que o segmento dos trabalhadores foi cordato, abrindo mão, inclusive, de algumas questões para que possa haver um projeto melhor. Creio que não resta outra alternativa a não ser esta Comissão encaminhar a questão da relatoria ao pleno do Conselho.

Gostei muito quando o companheiro Geraldo falou da afronta ao povo brasileiro. Talvez a grande constitucionalidade dessa questão seja inconstitucional em relação ao próprio povo. Quem está sem seus direitos é a população brasileira.

Como os senhores sabem, a minha preocupação mais direta em relação a essa questão da comunicação social é o conteúdo. Ontem, a **Folha de S. Paulo**, no caderno Ilustrada, publicou uma pesquisa que aponta os princípios que os programas de tevê devem ter em relação a crianças e jovens até 17 anos. A pesquisa realizada com pais foi encomendada pela ONG Mídia Ativa ao Instituto MultiFocus. É muito interessante o que essa pesquisa traz em termos de conteúdo. A matéria intitulada “Os Dez Mandamentos”, apresenta 10 princípios:

- 1 – ser atraente,
- 2 – gerar curiosidade;
- 3 – confirmar valores;
- 4 – ter fantasia;
- 5 – não ser apelativo;
- 6 – gerar identificação;
- 7 – mostrar a realidade;
- 8 – despertar o senso crítico;
- 9 – incentivar a auto-estima; e
- 10 – preparar para a vida.

É curioso como uma pesquisa feita com os pais demonstra uma sabedoria ímpar em termos de conceitos educacionais. Infelizmente, parece-me que, até hoje, a nossa radiodifusão não se sensibilizou para isso. Sr^a Coordenadora, eu queria propor um encaminhamento à Relatoria. Diante do impasse, entendo que a relatora deste processo seja a Conselheira Coordenadora. Não me lembro se foi votado, mas, se não foi, me disponho a escolher novamente, mas já estou indicando a Conselheira Coordenadora para apresentar o parecer no Conselho de Comunicação Social. Se não foi possível para esta Comissão, se não houve competência suficiente para acordar, porque me parece que este é o objetivo de uma comissão, que ela possa estar internamente acordando para facilitar o trabalho para o pleno do Conselho, mas, se não for possível, vamos levar esta discussão como parecer para que o Conselho de Comunicação Social possa discutir e aprovar seu parecer para ser enviado à Presidência do Senado. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira Presidente, Srs. Conselheiros, quero deixar de forma bastante clara, pois aqui temos por hábito fazer algumas assertivas com as quais, infelizmente, não vou aceitar nem coadunar, porque entendo que, objetivamente, profissionalmente, não é outro nosso objetivo a não ser, sim, regulamentar o art. 221; a não ser, sim,

promover a programação regional; a não ser, sim, promover a produção independente.

É importante que se ressalte o seguinte: por razões diversas e talvez até pelo tempo de tramitação, lamentavelmente, no meu ponto de vista, o projeto da Deputada Jandira Feghali não preenche essas condições. Existem aspectos que precisam ser considerados, mais bem equacionados, para que se possa, efetivamente, atingir esses objetivos. Quero deixar muito claro que não houve nenhuma atitude protelatória, em nenhum momento houve; na semana passada, vocês são testemunhas, fizemos três reuniões, e participei integralmente de todas, dando contribuição, apresentando pontos de vista e ouvindo também. Todavia, como é possível concordarmos que empresas de telecomunicação, à margem da lei, à margem da Constituição, possam – como está explicitado no projeto da Deputada Jandira Feghali – fazer o que aqui está disposto? Como é possível, em sã consciência, concordarmos com isso? Como é possível admitirmos ou aceitarmos isso? Como é possível aceitarmos imposições que, constitucionalmente, não existem? Não queremos fugir a nossa responsabilidade, mas não nos obriguem a fazer aquilo que não somos obrigados a fazer. Não se pode imaginar a criação de uma reserva de mercado sem que se tenha a contrapartida em sentido inverso.

É importante que se diga hoje: as empresas de radiodifusão não obtêm mais suas concessões a não ser em licitação pública. Algumas empresas pagam valores até exorbitantes por essas concessões. Então é importante entender que vivemos num mercado em que é fundamental que se possa equacioná-lo à luz de uma realidade. Então não se diga que pretendemos não cumprir; pretendemos, sim, cumprir; pretendemos, sim, fazer com que o povo brasileiro tenha acesso efetivo ao produto brasileiro, com característica brasileira, com marca brasileira, feito por produtor independente brasileiro, o que não está dito, diga-se de passagem, no projeto da ilustre Deputada Jandira Feghali.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Francisco Pereira.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Eu me inscrevi exatamente com relação à relatoria. A relatoria é o seguinte: como nós tivemos... Eu não sei se, nos dados que foram levantados, foi possível achar nas notas taquigráficas exatamente o momento.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Não foi localizado.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Como tivemos reuniões ora oficiais... ou melhor, todas elas foram oficiais, mas ora eram reuniões fechadas, ora abertas, vamos dizer assim, ratifico que fiz a proposta de a Relatora ser a Conselheira Berenice. Pelo jeito, deve ter sido num momento em que a reunião não estava sendo gravada. Então, ratifico a sugestão de que a Relatora seja a Conselheira Berenice. Além disso, sugiro que partamos para o relatório. Assim sendo, posiciono-me para que tenhamos um relatório que some a posição que eu tenho, que é de aprovar o projeto da Deputada Jandira Feghali, tendo possibilidade de ter alguns somatórios com o relatório do Conselheiro Roberto Wagner, que tem vários aspectos, como, por exemplo, o art. 1º

Naqueles artigos em que o Conselheiro Roberto Wagner optou pela aprovação – parece-me que foi o art. 5º, pois o art 1º ele aprovou –, nós viríamos juntos até aí. Depois, os artigos 5º, 6º e 7º. Demonstra que houve um esforço. Os arts. 1º, 5º, 6º e 7º aprovados, no relatório constaria a posição da Comissão, expressa por meio dos Conselheiros tais e tais – lamentavelmente, temos a ausência de dois Conselheiros, e ao voto deles não temos como nos referir. A relatoria se posicionaria exatamente nessa linha. Ou seja, conforme decisão conjunta, nos artigos 1º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, a posição é **ipsis litteris**.

As vezes se diz que a Comissão não teve competência, mas teve. Tivemos competência, respeitamos a posição do Conselheiro Paulito; houve esforço, sim. Agora, a questão realmente é de fundo, de mérito. Nós fechamos um só relatório, uma só posição, pela aprovação conjunta, com exceção do voto do Conselheiro Paulito, dos arts. 1º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º. Eu iria além, dizendo o seguinte: eu me posicionaria para que embutíssemos no processo, onde couber, a definição, como no relatório do Roberto Wagner, que diz que a produção independente é aquela realizada por produtor ou produtora independente, que sejam pessoas jurídicas, de direito privado, constituída sob leis brasileiras, integrada por brasileiros até o limite mínimo de 70% dos sócios cotistas, que deverão participar, no mínimo, de 51% do capital votante das empresas.

Então, absolveria também isso aqui, sem a retirada, como ele propõe, quando diz o seguinte: sugestão de emenda de redação. Diria de aditamento, de aditar. Não sei o nome técnico disso, mas seria aditar esse inciso, que viria a se somar onde couber.

Essa seria a minha posição, para que a relatoria faça constar do relatório no que tange a isso.

Lá na reunião do Pleno, vamos tratar do todo, de acordo com o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheiro.

Por favor, Conselheiro Roberto Wagner.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Mais uma vez concordo integralmente com o Conselheiro que acabou de falar, o nosso queridíssimo Chico Pereira. Talvez seja essa a boa técnica da Comissão, que vai ter que relatar para o Pleno o que ocorreu. E ele lembra muito bem: ocorreu, por exemplo, no exame do art. 1º, aprovação por maioria, vencido, talvez, o Conselheiro Paulito. Nos arts. 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, por maioria, talvez vencido o Conselheiro Paulito também. No art. tal, por maioria, vencido o Conselheiro Roberto Wagner, que indicava tal redação.

Seria uma forma de relatar para o Pleno o que de fato aconteceu. Aqui – e lembra bem o Conselheiro Chico Pereira –, no meu parecer, aprovei 80% ou mais, talvez 90% do projeto. Fiz algumas supressões ou emendas de redação, mas em casos pontuais. No global, se se for examinar realmente à lupa, aprovei mais de 80% do projeto.

Então, o Conselheiro Chico Pereira, mais uma vez, foi muito competente, pela experiência que tem no Congresso, de lembrar que talvez esse seja o melhor segmento da Comissão. Nos artigos tais, relata para o Pleno o que aconteceu. Houve a aprovação por maioria e por unanimidade. E, se for por maioria, relata-se o voto discordante do Conselheiro “a”, “b” ou “c”; se, por unanimidade, mantém-se o texto. O Pleno, aí sim, terá condições certamente de examinar caso a caso e, quando encaminhar ao Senado, deve fazer um relatório, relatando realmente o que aconteceu: porque o art. “x” tem uma sugestão de emenda supressiva, ou “y” de aditamento, razões pelas quais, porque, na verdade, quem vai decidir será o Senado, não é?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Berenice, só um pequeno reparo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheiro Roberto Wagner, o Conselho não encaminha ao Senado um relatório, encaminha um parecer. Então, não é uma relatoria do que aconteceu. Deverá ser um parecer, posicionando-se acerca do projeto.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Concordo com um parecer, mas um parecer que fosse elucidativo; ou, se alguém quiser, encaminha ao Senado aquilo que foi

vencedor, por maioria ou não, e dá notícia ao Senado, quando não for por unanimidade, do que aconteceu, talvez num relatório à parte.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheiro.

Pergunto se o senhor gostaria de opinar, tendo em vista que existem duas indicações do meu nome para a relatoria, para que fique formalizado agora.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Gostaria de ter sido o primeiro a indicar o seu nome, mas num relatório que tivesse essa amplitude sugerida pelo Conselheiro Chico Pereira, mesmo porque, na hipótese, digamos, de o meu parecer ser vitorioso, seria muita pretensão de minha parte que V. S^a viesse a relatar aquilo com o qual não concorda. Não é verdade? Assim, na forma que ele indica, sou o primeiro a assinar, porque vai ser um relatório que vai dar ao Conselho noção do que ocorreu. Por exemplo, o artigo tal teve votação unânime; o outro, por maioria, relatando o que aconteceu. É só isso. O relatório ficará muito bom nas mãos de V. S^a.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada. Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sr^a Conselheira, Srs. Conselheiros, minha posição é um pouco divergente daquela do companheiro Roberto Wagner. Eu queria retornar às nossas tratativas da semana passada, me valendo do testemunho daqueles que participaram das reuniões, já que estávamos concordando até então com todos os artigos e definições, quando surgiu o impasse no art. 4^o. A minha posição continua sendo rigorosamente aquela; ou seja, é importante que haja um aprimoramento do projeto. Não concordo com a redação do art. 1^o da forma como está lá disposto. Concordo com aquilo que já havíamos conversado e que me pareceu, naquelas nossas conversas, um consenso entre todos nós, até na divisão geopolítica do País, em função de maiores ou menores cargas, de números de horas, tendo em vista as condições particulares e peculiares de cada situação.

Lembro-me inclusive de que por ocasião daquela nossa conversa, até determinado momento, o Conselheiro Daniel Herz, que da reunião participava, teve oportunidade de nos apresentar números estatísticos sobre o mercado publicitário. Acabamos concluindo que havia até uma coincidência entre a nossa proposição e os números que ele apresentava.

Assim, a minha posição continua sendo rigorosamente aquela de então; ou seja, acordávamos em

tudo quando surgiu um impasse no art. 4^o. Isso será o que colocarei na ocasião oportuna no meu relato. E quero lhes antecipar que não tenho feito isso porque ainda entendia que poderíamos conversar e negociar um pouco mais. Mas se a posição for essa, só me resta acatar.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Concedo a palavra ao Conselheiro Ricardo.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Vejo essa situação de outra forma, discordando um pouco do companheiro Chico Pereira. Quando houve essas tentativas, essas reuniões, foi intencional a nossa solicitação da suspensão formal da reunião desta Comissão, porque estaríamos tentando entrar num acordo. Isso facilitaria muito. Estamos retomando agora a reunião que foi suspensa na terça-feira passada. O que temos concretamente, o que voltou para cá hoje são posições divergentes das empresas ou dos conselheiros aqui presentes e que estão nos segmentos das empresas.

Por isso, Conselheira, eu não acho que esse parecer deva ser feito por uma Relatoria. Isso significa pegar um projeto de lei e recortá-lo, fazer dele uma colcha de retalhos. Eu gostaria que ele tivesse o espírito da Deputada, no caso a ilustre Deputada Jandira Feghali, cujo projeto foi aprovado na Câmara Federal. Parece-me que temos que ver esse projeto no seu escopo total. O parecer deve ser sobre a pertinência dele, ou não, mas de uma forma global. Por quê? Bom, então vou dizer assim: há determinado artigo lá com o qual eu também não concordo. Então, esse artigo também não tem unanimidade. Vamos transformar isso numa colcha de retalhos e, nesse sentido, penso que não serviremos de auxílio algum para esta Casa, o Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Obrigada, Conselheiro.

Tem a palavra a Conselheira Assumpção Hernandes.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Quero iniciar concordando com o Conselheiro Ricardo. Fizemos esforço para negociar, para sair com uma peça que atendesse aos dois lados no sentido de melhorar alguns conceitos, algumas redações. Tivemos que paralisar esse entendimento em decorrência de um dos objetivos estratégicos deste projeto de lei, a garantia de que as televisões brasileiras exibirão um mínimo de cinema brasileiro, de audiovisual brasileiro independente. Já fiz os cálculos, serão quinze minutos

por dia, o que é ridículo. Se fosse fazer um projeto dos meus sonhos, teria que passar bem mais. Mas tudo isso convergia para que fôssemos unidos, consensuais, para o Legislativo.

Portanto, entendo que, quebrado o acordo que fizemos sobre qualquer um dos objetivos estratégicos do projeto de lei, não devo abrir mão de alguns pontos, o que fiz em nome do acordo. Penso que se deve aprovar o projeto tal como está, porque ele é resultado do máximo de consenso que se conseguiu num dado momento na Câmara Federal, aprovado por unanimidade, por acordo com as partes e passado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. É a peça mais redonda em termos do que foi possível caminhar. Se não acertamos um dos dois pontos fundamentais que contém o projeto de lei, repito, não tenho por que abrir mão de determinados pontos, porque o fiz em favor do consenso, do entendimento. Então, o entendimento se quebra naquele momento, e voltamos à redação inicial do projeto da Jandira, tal qual.

Gostaria também de dizer que, de fato, uma coisa é o relatório que vai constar dos Anais, dos arquivos, da documentação do Conselho de Comunicação Social; outra coisa é o parecer aprovado na reunião do Pleno. Para mim, isso está muito claro. Lógico, um relatório é fundamental, pois vai ser arquivado, vai ser uma peça, um documento. Outra coisa é o parecer, aquilo que vai para o Senado, que foi o que nos pediram. Não nos pediram a dinâmica de grupo do Conselho – se foi cordial, se foi tenso. Não, pediram o parecer. Portanto, o parecer será aquele aprovado, e o resto será arquivo para as nossas memórias, caso algum dia alguém queira fazer a nossa biografia e consultar o que falamos.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Na última reunião, o nosso Presidente insistiu nisso. Já é um consenso o fato de que, havendo divergência, haverá um parecer e paralelamente o parecer que não foi, digamos, vencedor.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – O parecer e o não-parecer.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Ele criou essa possibilidade e acho que já é consenso. Havendo mais de um parecer, será encaminhado aquele que, digamos, foi vencedor e será encaminhado também para o conhecimento do Senado o parecer do Conselheiro X, Y ou Z. Não é o parecer dele.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Acho assim...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro Roberto Wagner, por favor. Não vale a pena insistirmos nesse ponto, até porque há um consenso não apenas nesta Comissão, mas no próprio Conselho, de que as nossas atitudes, as nossas decisões, são ao extremo, dentro do possível, democráticas. Então, é óbvio que haverá um parecer e que as posições discordantes serão levadas ao conhecimento público.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Claro. Então, o parecer é que irá ao Senado, mas isso é o que entendo. Quando ao fato de o presidente ter orientado, creio que é o que ele sempre faz, e nós o respeitamos profundamente, mas eventualmente podemos, até rediscutindo com ele, chegar a uma outra posição. Então, esta é a minha recomendação: que se faça o parecer tão enxuto quanto possível.

Quanto à questão comercial a que o conselheiro se refere, de que a televisão é um trânsito do mercado, já discutimos o assunto. De fato, o sistema de televisão está ligado ao mercado, ao lucro. Por que esse estímulo de que a produção independente faça o conteúdo, como acontece em todos os países democráticos do mundo, em que a televisão produz intramuros minimamente o indispensável? Por quê? O conteúdo tem que ser feito por aqueles que são menos pressionados pelo lucro, menos pressionados pela audiência, aqueles criadores realmente, os artistas, aqueles que vão de fato realizar o conteúdo, independente, livre de pressões apenas de mercado e de audiência. É uma reivindicação que os conselheiros que representam a sociedade civil sempre fazem. Quer dizer, de um lado, há o mercado; de outro, o povo brasileiro. Não é possível escravizarmos, direcionarmos tudo para que o mercado, a audiência, determine o que vai ser a televisão brasileira. Quem tem que determinar isso é a população brasileira.

Acrescento que audiência depende muito do que é oferecido. Sabemos que, quando a audiência, a qualidade, a diversidade, a especificidade do oferecido é um determinado produto, as audiências tenderão a ser de uma forma; quando introduzimos novas opções, novos valores, a audiência muda também. Vou dar um exemplo clássico da TV Globo, diante da novela – porque teríamos muitos mais –, para ser sintética, quando a TV Manchete, com a novela Pantanal, começou a perder audiência, a TV Globo procurou, para reequilibrar o famoso Ibope, cinco filmes brasileiros de produção

independente que fez esse papel de retornar a audiência para a Globo pelo filme brasileiro. Esta questão não se coloca: somos competitivos com relação ao público. Isso está provado pela própria escolha do canal quando quis competir com a novela de um outro canal, de um concorrente.

Quando proponho que seja aprovado efetivamente o projeto do nosso parecer, projeto na íntegra da Jandira, é porque entendo que houve 16 anos de processos protelatórios para que essa regulação não acontecesse. Finalmente, com a organização que o cinema e o audiovisual conseguiram, com o apoio da sociedade, com a demonstração pública de que, quando passam filmes brasileiros nas salas o público quer ver, sim, o cinema brasileiro foi responsável pelo aumento percentual em frequências ao cinema no ano passado, quando a frequência ao cinema americano caiu, e o aumento da frequência no cinema brasileiro foi responsável não só por recuperar o mercado perdido, mas superar o perdido do cinema brasileiro. Então, quando passa filme brasileiro, o público gosta e quer ver. Está sendo retirado o direito de o povo brasileiro ter acesso à sua própria imagem.

Outro ponto que eu consideraria é que os próprios roteiristas, por meio da associação, quando fazem o documento de sua entidade, apelam para que sejam efetivamente instituída a cota de tela do cinema audiovisual brasileiro independente na televisão, e até eles, batendo na questão da concentração, do tamanho de uma das televisões, no caso a Globo, isso faz com que o próprio mercado de trabalho diminua. Por quê? Eles exemplificam com os dados da própria associação. O fato de não haver regionalização, de uma rede ter poder de angariar 78% de todos os recursos de televisão, publicitários e apoios, faz com que, com quinze roteiristas no ano, se atinja mais de 100 milhões de brasileiros.

Ou seja, é a redução dos talentos, porque o cinema brasileiro quando faz 40 títulos, com o mínimo que está fazendo agora – vamos atingir 100 títulos com as conquistas que vamos ter obter, inclusive com a janela que vamos ter na televisão, que vai nos possibilitar produzir mais –, emprega 40 roteiristas no ano, podendo-se empregar até mais, porque alguns filmes contam com dois ou três roteiristas.

Eu queria deixar isso marcado para não se usar argumentos que depois não vão responder na realidade.

Finalmente, quando se fala em reserva de mercado, é engraçado que o sistema de tevê brasileiro, mantido e pago pelo contribuinte brasileiro, pela população brasileira, que pagou toda a implantação do esquema de satélite, que paga inclusive as isenções

que o sistema de televisão tem no Brasil, na questão da tarifa da telecomunicação, que não paga integral – o cinema paga, mas a tevê não paga –, nas taxas de isenção para importação de equipamentos, que o cinema brasileiro paga e a televisão não paga. Por toda essa falta de isonomia quem paga é o povo brasileiro, claro.

Dizer que é reserva de mercado querer quinze minutos por dia para a produção independente de audiovisual? Pelo amor de Deus, isso é um afronta! Sinceramente, gostaria de deixar registrado aqui.

Terminando, só vou citar que com relação ao que é a produção independente, ao que é empresa independente de produção, existe uma lei, do audiovisual, que pode ser alterada, melhorada, mas essa lei está vigendo, sendo utilizada até para questões de relações internas e externas. É a lei que rege o conceito de produção independente.

Muito obrigada e desculpem-me.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Imagina! Foi muito relevante tudo o que a senhora colocou.

Conselheiro Paulito, o senhor quer fazer uso da palavra, mas temo que lhe deva dar uma resposta antes que volte a falar, porque o senhor me perguntou e colocou – não sei se foi o senhor ou o Ricardo Moretzsohn, penso que foi o Ricardo – a expressão decepção. Penso que não deveríamos usar essa expressão.

Talvez tenhamos perdido o **timing** da negociação. Falo isso pelo sentimento que estou tendo nesta reunião. Também me entristece, particularmente porque, vinda do segmento, sendo uma produtora independente, uma documentarista, uma diretora de cinema, de vídeo e de TV, tendo ao mesmo tempo já dirigido uma tevê pública, tendo tido então uma visão ainda que aproximada das...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Atrizes.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Atrizes, não. A função de direção é uma função técnica e artística. Assim, represento os artistas.

Tendo tido a possibilidade de vivenciar um pouco os dois lados, não empresarialmente, mas pelas dificuldades que envolvem a alteração concreta das grades de programação das redes, que é, efetivamente, uma questão muito complexa, reconhecemos isso, entristece-me, porque penso que o Conselho, neste caso, além de esclarecer aos Srs. Senadores, deveria estar alertando para questões que talvez não possamos... E vão passar ao largo. Se vamos regionalizar a pro-

gramação da nossa televisão, dando espaço ao surgimento e à consolidação, em termos de mercado, de uma produção independente, de uma produção que tem uma abordagem, um papel meramente artístico, uma produção que hoje tem que ser quase que integralmente subsidiada pelo Estado, deveríamos estar aqui apontando e alertando os Senadores para a necessidade de criação de linhas de crédito, de fomento, para profissionalizar, viabilizar e dar condições de aplicabilidade dessa legislação que ora analisamos.

Recordo-me disso muito especialmente porque gostaria de dizer aos senhores que nesse relatório deveremos levar em consideração também o trabalho da nossa Comissão que foi interessante, bacana – se me permitem o uso da gíria –, porque convidamos muita gente, ouvimos especialistas, representantes das empresas de todas as redes, ouvimos representantes do Executivo, a autora e o Relator do projeto, economistas, representantes, sociólogos, gente da academia. Das 18 pessoas convidadas, apenas uma se recusou a comparecer, que foi o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o Sr. Carlos Francisco Teodoro Machado Ribeiro de Lessa, Presidente do BNDES, quando queríamos justamente abrir essa questão, entendê-la um pouco melhor para passar para os Srs. Senadores toda a complexidade que envolve a orientação, a criação de um novo segmento econômico no nosso País, porque esse projeto dará a maturidade de mercado para um segmento, qual seja, o que produz audiovisual independente para TV e do cinema na TV, e também porque, neste momento, a questão recursos para a mídia está em pauta nesse mesmo banco público.

Sem aprofundar essa questão, gostaria de lembrar que esse relatório haverá de levar aos Srs. Senadores todas as ponderações, todos os receios e todas as visões de nossos convidados, especialistas e as nossas, da Comissão e do Conselho que até aqui nos acompanhou.

Efetivamente, lamento que tenhamos, em algum momento, perdido o **timing**, porque chegamos a uma situação tal que a possibilidade de trabalhar esse substitutivo só seria possível a partir do momento em que as redes de televisão dissessem que realmente querem exibir o audiovisual independente, o cinema brasileiro, em seus meios de comunicação eletrônica de massa, dos quais são concessionários.

Na impossibilidade de isso acontecer aqui publicamente, Conselheiro Paulito, creio que teremos de fechar a reunião da Comissão entendendo que tivemos o mérito de levar ao público, de trazer para o espaço público a discussão dessa questão sempre tão discuti-

da intramuros. Talvez seja esse o ganho que tivemos a capacidade de aportar agora à sociedade brasileira.

O senhor tem a palavra.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO

(Representante das empresas de rádio) – Conselheira Berenice, Srs. Conselheiros, quero reafirmar aqui, até pelas informações de que disponho, que as empresas de radiodifusão querem sim regulamentar o art. 221 e a programação regional.

A Conselheira Assumpção fez aqui uma assertiva, e realmente gostaria de poder entender, até porque não é a minha especialidade. A Conselheira falou que se produz no Brasil algo como 40 longas por ano, não é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Já chegamos à produção de 100 longas por ano.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Já chegamos à produção de 100.

Fiz uma conta muito superficial. Se, por hipótese, raciocinássemos em termos de um longa por semana, são quatro semanas no mês, cinco redes nacionais de televisão, estaremos falando em 20 inéditos por mês, vezes dois, são 240 novos produtos por ano.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Que maravilha! Se pudéssemos voltar a ter essa marca, com o apoio da televisão, com o mercado em expansão...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Existe uma defasagem, no meu ponto de vista, bastante grande para longa metragem.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Considero importante a fala do Conselheiro Paulo Machado, de que as empresas de televisão estão dispostas, querem ter a regionalização.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Mas a regionalização nunca esteve em questão na Comissão, até porque é um mandato constitucional.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Sim, querem fazê-la, querem transmiti-la, querem veiculá-la. Ótimo, Conselheira Berenice! As emissoras de televisão terão a chance inclusive de chegar a uma posição concreta antes do próximo pleno, quando poderemos apreciar a matéria. A intenção está sendo colocada o tempo inteiro. Entretanto, como fazer? Qual é a proposta?

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Considero importante responder, porque esse argumento que o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho levantou aqui é o argumento usado permanentemente – a Conselheira Berenice e o Geraldo estão na atividade há muito tempo – pelos exibidores, que perguntavam: como vou poder passar filme brasileiro se não tiver filme brasileiro?

Primeiro, quando falo em 40 longas-metragens por ano, falo em 40 longas-metragens ficcionais por ano. Mas produzimos outros produtos audiovisuais por ano, que se encaixam. Fazemos aproximadamente 400 curtas-metragens de altíssima qualidade por ano. Compondo cinco títulos deles, temos o horário do longa-metragem, conforme nossas observações.

Temos muitos documentários que nunca chegaram à luz e ninguém conhece, porque... E mais, se não fosse essa garantia de que teremos os títulos inéditos que estamos propugnando, queria dizer o seguinte para o Conselheiro Paulo: não vejo nenhuma atividade que produza quando o seu mercado está fechado. Isso inclusive é o ineditismo do cinema brasileiro, é um heroísmo do cinema brasileiro. Falamos: não vamos parar de produzir, porque vamos conseguir esse mercado sim. No entanto, estamos tentando agora não só viabilizar os filmes inéditos previstos pela lei, mas também subir a nossa produção. A Índia hoje é o país que mais produz no mundo, porque o seu mercado é garantido para o produto indiano.

Esse argumento é o do ovo e da galinha, quem chega primeiro? Eu sou produtora e faço dois ou três filmes por ano. Se eu tiver mercado, faço um por mês, entre documentários, longas, ficção, curtas e produtos realmente audiovisuais. Não se trata apenas de filme, o filme é de quinze em quinze dias. Na outra semana, saio com a minha câmera e faço um produto que o mundo inteiro faz e preenche, porque, no mundo todo, eu lhe garanto, Conselheiro: onde há sistema de rádio e televisão e sistema de concessão no mundo inteiro, eu aposto com o senhor aqui, publicamente, que passam mais que quinze minutos do produto audiovisual nacional independente. Aposto quanto quiser em relação a qualquer país do mundo democrático.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, lamentavelmente eu não sou favorável ao jogo, razão pela qual eu não aceito a sua aposta. Eu queria apenas comentar que tudo isso que a senhora afirma não é o que está escrito no texto da Deputada Jandira Feghali. E queria lembrar mais: o curta-metragem aqui inserido foi sugestão da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, apenas para fazer o registro.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Bom, é muito estranho, muito peculiar. Vejo aqui o Dr. Ara. Seja bem-vindo, Dr. Ara, a mais uma reunião nossa do Conselho, no caso, desta Comissão.

Ao mesmo tempo que não se quer chegar a um acordo, não se quer parar de discutir, não se quer parar de conversar. De qualquer forma, conselheiro Paulito, eu acho que aqui neste fórum, nesta instância, nós não temos condições de avançar mais. Talvez – e o próprio conselheiro Ricardo Moretzsohn bem considera que, no pleno do Conselho de Comunicação Social, com a habilidade de condução do nosso Presidente, José Paulo Cavalcanti Filho, possamos avançar ainda um tanto. A questão poderá ser reaberta lá a partir do parecer, a partir dos votos, a partir das considerações dos demais conselheiros. E, sobretudo, ainda que no Conselho não consigamos a convergência de posições, no interesse público – que acho que seria a ideal – no Senado, com certeza, ela será buscada.

Então, nada havendo mais a tratar, eu... Conselheiro Francisco Pereira da Silva...

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – Quero insistir na formatação do relatório, porque existe a forma regimental de se proceder. Então, o que acontece? Com a intervenção agora do Paulito, chego a imaginar – e gostaria de chamar a atenção para que o Paulito acompanhe meu raciocínio – que é pela aprovação da regionalização de comunicação no formato do projeto da Deputada Jandira Feghali, ressalvados os artigos tais, tais e tais, que teriam relatório próprio. Então, com isso, nós temos uma relatoria...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro, eu agradeço muitíssimo.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (Representante da categoria profissional dos radialistas) – ... a apresentar, sabe por quê? Porque o meu problema todo é que, quando ficamos aqui entrando no mérito, essa rediscussão de mérito, se necessário for, ela vai se dar só lá no pleno.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Exato. Eu agradeço muito a sua sugestão. Levo também em consideração as posições, com relação à forma do parecer, apresentadas pelo Conselheiro Ricardo Moretzsohn. Passo a palavra ao conselheiro Paulo Machado.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, eu também queria deixar aqui registrada a minha decepção por não termos

conseguido, apesar do esforço de todos nós, chegar a um projeto de substitutivo que de alguma forma pudesse conciliar o interesse de todos. Eu lamento, porque aqui vim preparado efetivamente para conversar, para discutir, como disse no meu primeiro pronunciamento no início da tarde de hoje.

Eu queria registrar a minha decepção, até porque defendi isso, e a conselheira sabe, com unhas e dentes desde o primeiro momento. E sinto que de alguma forma todos nós saímos e sairemos daqui frustrados.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Para encerrar, quero dizer que todos nós trazemos esse travo um pouco amargo. Na realidade, ele é característico – apesar de o senhor discordar um pouco – do fato de estarmos aqui representando.

Talvez, particularmente, as pessoas gostassem de trabalhar numa perspectiva, mas, como representam a vontade, o pensamento e a luta de muitos mais, de empresas e de trabalhadores, humanamente fica essa sensação.

Penso que não devemos nos decepcionar, pois o trabalho avançou.

Ricardo Moretzsohn.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – Não estou entendendo e queria entender.

Como essa negociação foi encerrada? Eu tive notícia de que houve um rompimento unilateral que não foi passado nem para quem estava tratando disso.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheiro, tentarei trazer a memória do que houve. Trabalhamos três dias seguidos fora daqui e terminamos às 20 horas, como lembrou o Conselheiro Paulito, com esse impasse: as tevês não querem exibir, obrigatoriamente, o cinema nacional, o filme brasileiro. Daquele momento, saímos com duas tarefas: o Conselheiro Daniel com a tarefa de proceder à sistematização, à consolidação do que fora discutido até então – o Conselheiro, apesar de não poder comparecer a esta reunião por motivos familiares, avisou-me, antes de eu vir para cá, que esse trabalho está pronto –, e o Conselheiro Paulito com a tarefa de voltar a seus representantes, que haviam apresentado uma série de sugestões, para discutir o que chamávamos, numa tentativa conciliatória, de garantias necessárias. Essas garantias seriam apresentadas pelos radiodifusores aos produtores brasileiros de audiovisual independente e assim, sem o uso da expressão “obrigação”, teríamos certeza de que, efetivamente, o cinema brasileiro seria exibido em todas as redes brasileiras de televisão.

E isso não aconteceu. O que aconteceu foi uma troca de informações – infelizmente, o Conselheiro Daniel não está presente – entre o Conselheiro Daniel e o Conselheiro Paulo Machado de que não interessava prosseguir a conversação.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Desculpe-me, mas eu só gostaria de colocar o fato na sua origem. Não mantive nenhum contado com o Conselheiro Daniel.

O SR. RICARDO MORETZSOHN (Representante da sociedade civil) – De qualquer forma, creio que essa dúvida deverá ser dirimida na reunião do Conselho de Comunicação Social. Não vou tratar disso se o Conselheiro Daniel não está aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O senhor disse que não houve o rompimento. Mas tampouco o senhor teria trazido a proposta das garantias. É isso?

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira Berenice, nós viemos – eu, pelo menos, vim – para cá hoje com o intuito de discutir e continuar a negociação. Paramos diante de um impasse, em função da obrigação ou não constitucional.

Se a Conselheira bem se lembra, acordamos sobre três artigos, inclusive com seus respectivos anexos. Paramos no art. 4º, no qual surgiu esse impasse. Ficamos todos de voltar a fazer a lição de casa e de, muito provavelmente, pelo menos no meu entendimento, prosseguir a conversa.

Entendo que existem opções, como a senhora colocou muito bem. Quem sabe a palavra “obrigatoriedade” não possa ser trocada, de alguma forma ou de alguma maneira. Não sei. É uma questão de conversarmos.

Confesso-lhe, Conselheira Assunção, que até entendo que esse é um assunto que, para que possa ser conversado no mesmo nível em que vínhamos conversando, com absoluta informalidade, deveria ser tratado num ambiente diferente deste, como foi bem sugerido na reunião anterior.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Pois não.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Só para eu entender, até para evitar ruído e sairmos com informações diferentes. Nós colocamos a represen-

tação tanto da sociedade civil aqui, como da área do audiovisual brasileiro independentemente dos objetivos dos quais não podemos abrir mão. Não é pessoalmente; não podemos abrir mão como representação nesse momento. Uma questão é a regionalização, sobre o que até trabalhamos muito, com muita generosidade, com muita compreensão dos dois lados e chegamos a um ponto assimilável dos dois lados, abrindo mão de algumas coisas, melhorando outras e suprimindo algumas. Tudo bem. Chegamos ao segundo objetivo estratégico que é o seguinte: o audiovisual brasileiro quer estar nas telas das televisões numa proporção garantida mínima que – acabei de fazer o cálculo – significa 15 minutos diários. O Conselheiro há de convir comigo que somos muito modestos porque a nossa esperança – aí é que vem...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, não são frações de 15...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não, é um longa-metragem.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Mas não são frações.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não são frações de 15, é um...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Não são 15 minutos; isso não é homeopatia.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Tudo bem, então vou tirar esse argumento, porque o Conselheiro não gostou. Então vamos resumir: uma hora e meia por semana. Ok? Vamos lá. Estou fazendo um esforço para não sairmos tão frustrados daqui. Tudo bem. Para nós, é inviável, impossível admitir que, depois de tudo isso, saíamos daqui sem esse compromisso das tevês. Eu mesma disse lá outro dia e repito hoje aqui: nós podemos usar a palavra – o Português é riquíssimo de possibilidades. A única coisa que queremos é que nessa mudança de termo esteja a garantia de que estaremos uma hora e meia no ar nas televisões brasileiras, o que – não vou repetir porque o senhor não vai gostar – significa pouquíssimo tempo dividido pela semana, mas uma hora e meia por semana, 90 minutos. Então o Conselheiro saiu para pensar, porque isso foi dito: “Olha, não temos nenhuma paixão especial”. Aliás eu não gosto desse termo assim tão exposto, porque parece que há uma supremacia.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – ... um tempo para pensar.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Então eu pensei. Posso propor?

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Por favor.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Em vez de obrigatoriedade, que é realmente meio autoritário, vamos dizer assim: as tevês garantem – garantem, elas garantem que exibirão; as tevês têm que dar a garantia – que exibirão um audiovisual brasileiro por semana, sendo que, de 15 em 15 dias, será uma obra cinematográfica de longa metragem, ou um conjunto de curtas metragens, ou de médias metragens, ficção ou documentário. É isso. Acho lindo esse capitulozinho que se introduzirá.

Sairíamos todos com aquela posição de negociadores... Quem não veio aqui negociar, pelo amor de Deus? Perder meia semana na semana passada para quê? Veio para acertar mesmo. Estou trazendo a solução num formato tremendamente amistoso. Olha, bem amistoso. É só “garantirá”. Se tiver o apoio, o incentivo... Isso nós queremos todos, porque nós queremos uma televisão muito amistosa, muito forte, muito conosco. Portanto, quanto mais facilitarmos, mais estaremos nas telas da televisão. Não pode ser restritivo porque senão vai ter que ser restritivo para o cinema americano também. A televisão só exibirá filme da Fox, da Warner se houver... É isonomia, questão de igualdade. Não estou pedindo preferência, estou pedindo isonomia. Conselheiro, é um momento bom para dizermos assim: vencemos a dificuldade, superamos os obstáculos, e saímos juntos. Olha que lindo, olha que sinal bonito vamos dar para a Nação brasileira.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Sem dúvida alguma, Conselheira, só que a garantia eu entendo que deve ser recíproca, porque também entendemos nós...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Não, eu dou o título, e o senhor dá...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Também entendemos que é necessário garantia objetiva de preço, condição de entrega, atendimento de especificações quanto à qualidade e à adequação do produto ao pleno atendimento de índice de audiência, etc.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – É claro.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Existem opções, alternativas, e vim preparado para elas.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Conselheiro, somos profissionais do audiovisual tanto quanto os senhores o são da televisão. Isso prova a nossa presença no mundo inteiro. Estamos até no Oscar não mais como estrangeiros, mas no próprio evento, que é o máximo da festa da indústria americana de cinema. Abrimos uma brecha lá. Não é a nossa festa – e sim a deles –, mas estamos lá.

Então, prova de competitividade e de qualidade nós temos, senão não estaríamos em Cannes, em Veneza, no Oscar. E mais: qualidade para o povo brasileiro, porque este aumentou o percentual da presença nos cinemas, nas salas brasileiras. Toda vez em que se passou filme brasileiro, aumentou-se a audiência da TV brasileira.

Temos esse dado para dizermos que não é favor nenhum passar filme brasileiro. Qual é o medo que a TV brasileira tem do cinema brasileiro? Nenhum.

Então, vamos compor esta pequena frase: será garantida a exibição em todos os canais de televisão de um audiovisual brasileiro...

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Conselheira, não sei se será garantida a exibição. Repito: garantia é uma mão de duas vias. A senhora garante algumas coisas, e é evidente que queremos outras: garantia de preço e de entrega, condições de qualidade.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – É claro. Para isso, existe a Justiça. Quando faço um contrato de entrega de um produto, como o frango, por exemplo...

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Conselheira...

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Estou fazendo um esforço. Se não querem ouvir, paro. É bom que todos saibam que me esforcei.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Peço a atenção e o silêncio de todos, por favor.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Conselheiro Paulito, quando se faz um contrato para

fornecer duas toneladas de frango para uma determinada rede de restaurantes, não há garantia alguma do cumprimento para o receptor dos frangos.

O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO (Representante das empresas de rádio) – Há garantia, há um contrato.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – A garantia é, em primeiro lugar, o nosso currículo e, em segundo lugar, a Justiça. A Justiça existe para todos. Às vezes, a Justiça é lenta, mas existe. A garantia são as relações conveniadas oficiais do País. Por que devemos ser suspeitos? Parece que sou suspeita. Essa é a única atividade do Brasil para a qual não adiantam as regras do jogo.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – Sr^{as} e Srs. Conselheiros, Conselheiro Paulito, creio que é até interessante que os presentes e os espectadores possam ver o quanto se está debatendo e possam também pressentir – por isso, digo que não devemos sair daqui tristes – que é uma questão de tempo, pois chegaremos a uma solução efetiva. Mas, considerando que o nosso Conselheiro Roberto Wagner apresenta de forma também definitiva o seu relatório, não há a possibilidade de reabirmos a negociação.

O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO (Representante das empresas de televisão) – Modesto relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – No entanto, é muito interessante que todos possam ver que a questão não está esgotada e que ampliaremos essa discussão ao levá-la para o Conselho de Comunicação Social.

A SRA. ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE (Representante da sociedade civil) – Só queria deixar claro aqui que o nosso lado quer muito negociar, está aberto, inclusive no Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Berenice Isabel Mendes Bezerra – Representante da categoria profissional dos artistas) – O que fica evidente é que há disposição de todos para regulamentar da melhor forma esse artigo.

O debate será enriquecido à medida que seja transportado para a instância mais ampla, que é o Pleno do Conselho de Comunicação Social.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 16h43min.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de abril de dois mil e quatro, quarta-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 178, de 2004**, adotada em 31 de março de 2004 e publicada no dia 1º de abril do mesmo ano, que “Autoriza, em caráter excepcional, a antecipação da transferência de recursos prevista no art. 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nas condições em que especifica”, com a presença do Senador Paulo Elifas e Deputado Fernando Ferro, ***a reunião não foi realizada por falta de quorum.***

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas, (Senado Federal).

Sala das Comissões, 14 de abril de 2004.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia quatorze do mês de abril de dois mil e quatro, quarta-feira, às quatorze horas, na Sala nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Senado Federal, da **Comissão Mista** destinada a examinar e emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 179**, adotada em 01 de abril de 2004 e publicada no dia 02 do mesmo mês e ano, que “Altera os arts. 8º e 16 da Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências”, com a presença do Senador Paulo Elifas e Deputado Fernando Ferro, **a reunião não foi realizada por falta de quorum.**

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Sala das Comissões, 14 de abril de 2004.


Sérgio da Fonseca Braga

Serviço de Apoio às Comissões Mistas

ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL N.º 4 , DE 2004

Autoriza a transferência de recursos consignados no Orçamento do SENADO FEDERAL às entidades de cooperação Interparlamentar.

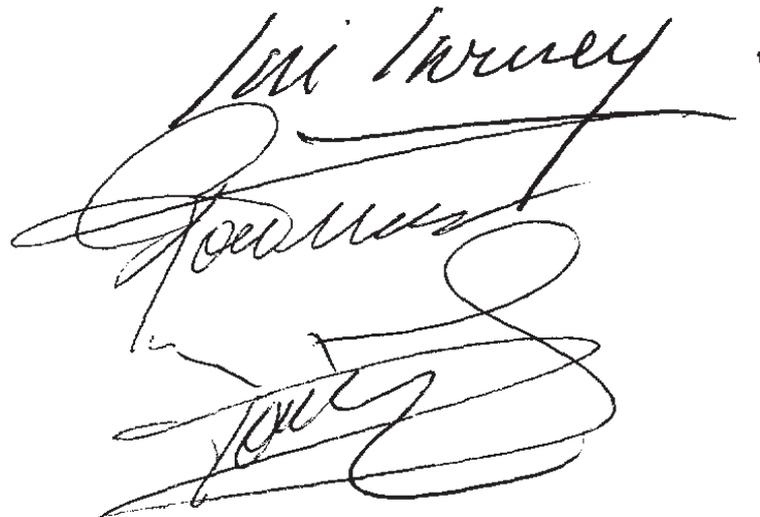
A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, **RESOLVE**:

Art. 1.º Em atendimento ao disposto no art. 29 da Lei n.º 10.707, de 30 de julho de 2003, fica autorizada, para o exercício de 2004, a transferência de recursos financeiros relativos a dotações consignadas no Orçamento do SENADO FEDERAL, a título de Contribuição Corrente, ao Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, ao Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, e ao Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar, uma vez atendido ao disposto no art. 32 da mesma Lei.

Art. 2.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 14 de abril de 2004.



**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 060 , DE 2004**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 42 de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apurar os fatos constantes no processo nº 00776/03-3, na forma disposta no art. 145, da Lei nº 8.112, de 1990.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 061, DE 2004**

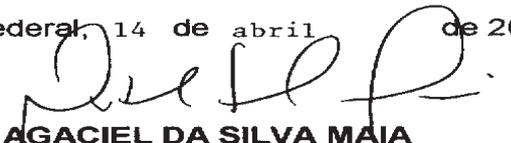
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I - Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pela Portaria nº 04, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida na análise de execução do Contrato nº 17/1997, firmado com a empresa KMW Informática Ltda., objeto do Processo nº 002768/97-6

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº62 , DE 2004

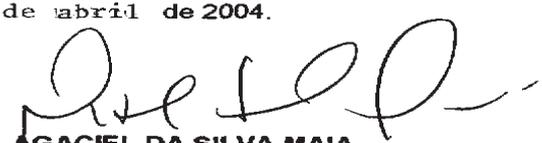
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias, o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de Planejamento e Orçamento – COPLAN, com o objetivo de assessorar a Diretoria do PRODASEN, nas atividades relacionadas ao processo de planejamento e orçamento do Órgão, instituída pela Portaria do Diretor-Geral Nº 022, de 2004.

II - Designar para integrarem a presente Comissão os servidores José Oswaldo F. Câmara, mat. 476, e Edward Catette Pinheiro Filho, mat. 063.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 063 DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atividades regimentais e regulamentares, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para fazer parte da Comissão Especial criada pela Portaria do Diretor-Geral nº 30, de 2004, os seguintes servidores: José Carlos Aureliano, matrícula 2487, Maria Jose Silva da Paz, matrícula 3526, Manoel da Cruz Santos, matrícula 2311, Mario César Pinheiro Maia, matrícula 956, Luciano Araújo Silva, matrícula 4115, Vanildo Batista, matrícula 2525 e Nidoval Pinto da Silva, matrícula 1703.

Art. 2º - Presidente da Comissão Especial promoverá as exclusões e substituições dos membros da Comissão Especial criada pela Portaria nº 30, de 2004-DGER.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 14 de abril de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 679 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004380/04-5,

RESOLVE dispensar a servidora CHRISTINA RODRIGUES MARTINS SIK, matrícula 4840, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Magno Malta, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador João Capiberibe, a partir de 31 de março de 2004.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.



**AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 680 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004124/04-9,

RESOLVE dispensar o servidor JORGE PAULO FUNARI ALVES, matrícula 4732, ocupante do cargo efetivo de Secretário Parlamentar, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilberto Mestrinho, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 29 de março de 2004.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

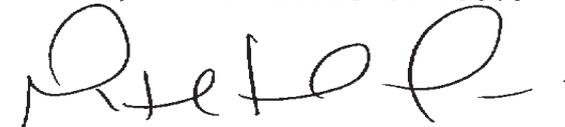
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 681 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 004300/04-1,

RESOLVE dispensar a servidora ELISABETH CRISTINA ALVES DOS SANTOS, matrícula 2880, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 31 de março de 2004.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

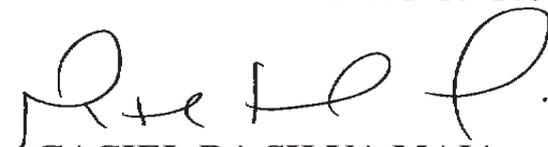
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 682 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003253/04-0,

RESOLVE designar o servidor RUBENS DE ARAUJO LIMA, matrícula 4273, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 10 de março de 2004.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 683, de 2004.

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 105 e seguintes do Regulamento Administrativo alterado pela Resolução nº 9, de 1997, tendo em vista as razões constantes do **Parecer ADVOSF nº 67/2004**, emitido no processo nº **014.764/03-2**, RESOLVE atribuir à Advocacia do Senado a incumbência de promover a constituição dos créditos da União, de natureza tributária e não-tributária, sujeitos ou não à cobrança judicial mediante executivo fiscal, e ainda que não sujeitos a inscrição em dívida ativa, em face da previsão de instituição de programas especiais de cobrança desses créditos contida na Portaria nº 289, de 31 de outubro de 1997, do Ministério da Fazenda, ressalvada a competência do Diretor-Financeiro quanto à cobrança para efeitos de inscrição dos devedores no CADIN, de que trata o Ato nº 21, de 2002, da Comissão Diretora, com vistas à reposição ao erário de todos os valores identificados como créditos da União no âmbito do Senado Federal.

Senado Federal, 14 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscocccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral: 19.04.1995 3ª Eleição Geral: 27.06.2001****2ª Eleição Geral: 30.06.1999 4ª Eleição Geral: 13.03.2003****Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³****Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaiê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	RÉGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES ¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senadora IDELI SALVATTI ^{4 5} (PT – SC) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPLICY (PT ² -SP)

Atualizado em 12.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Assumiu a Presidência na Reunião Extraordinária do dia 06.04.2004, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

⁵ Indicada conforme comunicação lida na Sessão do SF de 03.03.2004, em substituição ao Senador Tião Viana.



EDIÇÃO DE HOJE: 132 PÁGINAS